



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO

**CULTURA, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA  
APA DO RIO CURIAÚ NO AMAPÁ**

Belém  
2012

FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS

**CULTURA, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA  
APA DO RIO CURIAÚ NO AMAPÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientado por: Ph. D. Ligia T. L. Simonian

Belém  
2012

Dados Internacionais de Catalogação de publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Santos, Fernando Junio da Costa

Cultura, territorialidade e desenvolvimento local: o caso da APA do Rio Curiaú no Amapá;  
Orientadora, Ligia Simonian – 2012.

127 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Dossertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do  
Trópico Úmido, Belém, 2012.

1. Cultura – Amapá. 2. Cultura afro-brasileira. Territorialidade humana – Amapá. 3.  
Desenvolvimento sustentável – Amapá. 4. Cultura – Amapá. I. Ligia Simonian, orientador.  
II. Título.

CDD 22. ed. 306.4098116

---

FERNANDO JUNIO DA COSTA SANTOS

**CULTURA, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA  
APA DO RIO CURIAÚ NO AMAPÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Ph. D. Ligia T. L. Simonian  
Orientadora, PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa E. A. Marin  
Examinadora interna, PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Machado Cardoso  
Examinadora externa, PPGCS/IFCH/UFPA

Belém  
2012

A Deus, Manoel dos Santos (*in memoriam*),  
Maria Feliz da Costa Santos e Rosy Viviane da  
Silva Conceição.

## **AGRADECIMENTOS**

Sem medidas, presta-se agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) por ter viabilizado a bolsa de produtividade e possibilitar o custeamento não somente da pesquisa, mas da própria sobrevivência do autor. Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP). Bem como, à orientação inestimável da professora Ph. D. Ligia Simonian.

Hoje nossa pobreza se encontra no altar com a tua grandeza Senhor. Nossa vida perdida no vinho e no pão, eis a nossa oferta de Amor.

Comunidade Católica Shalom

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre fortalecimento e valorização cultural e a promoção do desenvolvimento local na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Curiaú no Amapá. Imbricada de interesses diversos e conflitos instigantes, esta relação presume a identificação de territorialidades como um elemento teórico e empírico importante para o entendimento da problemática proposta. Nesse sentido, serão abordadas, em conjunto com a dimensão cultural, as dimensões políticas, econômicas e ambientais que são pertinentes à esta área protegida. Isso porque a mesma está sobreposta a um Território Quilombola (TQ) e resulta, assim, em um espaço profícuo para a elaboração de um análise científica que vise a compreensão do desenvolvimento nestas condições.

**Palavras-chave:** Cultura, Territorialidade, Desenvolvimento Local, Unidade de Conservação, Curiaú.

## **ABSTRACT**

The objective in this research is to analysis the relationship between cultural strengthening and appreciation and the promote local development in the Environmental Protection Area of the Curiaú River in Amapá. Imbricate many interesting and provocative conflicts, this relationship suppose identify territorialities as empiric and theoretical important element to understand a set of problems. Thus, will be approaches, concomitantly cultural dimension, the politics, economies and environmental dimensions that are pertinent to this safeguard area. Because the same area is superposing to Quilombola territory and result, then, a rich space to elaboration of the scientific analysis whose focus is the development comprehension.

**Key-words:** Culture, Territoriality, Local Development, Conservancy's Area, Curiaú.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 1, 2, 3 e 4	Usos e paisagens dos ambientes naturais na APA do rio Curiaú.	55
Fotografias 5 e 6	- Diferença instrumental entre batuque e marabaixo.	64
Fotografia 7	- Vistas da comunidade Mocambo.	67
Fotografia 8	- Características paisagísticas e locacionais em Pescada.	69
Fotografia 9	- Capela e escola de ensino infantil em Pescada.	70
Fotografia 10	- Impressões ambientais em Pirativa.	72
Fotografias 11 e 12	- Igreja adventista e escola de ensino infantil.	74
Fotografia 13	- Projetos executados na APA do rio Curiaú.	85
Fotografia 14	- Reunião dos conselheiros do CONGAR.	92
Fotografia 15	- Coexistência simbólica em Curiaú.	98
Fotografia 16	- Uso do deck panorâmico.	99
Fotografia 17	- Passivos ambientais em Curiaú e Curralinho.	103

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
1.1	DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS	15
1.2	ABORDAGEM METODOLÓGICA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	18
1.3	IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E SOCIAIS	22
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	23
<b>2</b>	<b>PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b>	25
2.1	O CONCEITO DE CULTURA	25
2.1.1	<b>A Geografia Cultural</b>	29
2.2	A QUESTÃO DA TERRITORIALIDADE	30
2.3	PRESSUSPOSTOS SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL	35
2.3.1	<b>Manejo ambiental e populações tradicionais</b>	41
2.4	AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	44
2.4.1	<b>A questão ambiental no Amapá</b>	48
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO</b>	51
3.1	ASPECTOS FISICOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS	51
3.2	ASPECTOS SOCIOECONOMICOS	57
3.3	ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	60
3.4	CARACTERÍSTICAS GEO-HISTÓRICAS DE PESCADA E PIRATIVA	66
3.4.1	<b>Pescada</b>	68
3.4.2	<b>Pirativa</b>	71
<b>4</b>	<b>CULTURA, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO NA APA DO RIO CURIAÚ</b>	76
4.1	FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO CULTURAL: A TENTATIVA DOS TEMPOS LENTOS	79
4.2	INSTRUMENTAÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS	89
4.2.1	<b>A superposição APA/TQ</b>	95
4.3	A RESISTÊNCIA NO MERCADO	97
4.4	A INTENÇÃO DO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	101

<b>5 CONCLUSÕES</b>	108
<b>REFERÊNCIAS</b>	112
<b>APÊNDICES</b>	123

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, discute-se a questão do desenvolvimento em Unidades de Conservação (UC) a partir de uma análise territorial na qual a dimensão cultural local é variável imprescindível para alcançar-se a sustentabilidade. Nesse sentido, investigou-se a relação dada entre cultura e desenvolvimento local na Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Curiaú no Amapá<sup>1</sup> e suas devidas (re)produções de territorialidade(s). Portanto, abordou-se a dimensão cultural das comunidades<sup>2</sup> residentes na APA como um constructo humano indissociável na (re)produção do desenvolvimento.

Como bem observa Sachs (1993), a noção de sustentabilidade não se limita apenas à problemática ecológica e ambiental. A mesma possui cinco dimensões: social, econômica, política, espacial e cultural. Nessa perspectiva, e de acordo com Buarque (2006), Matus (1989) e Putnam (1996), o desenvolvimento é resultado da operacionalização de um planejamento estrategicossituacional no qual a análise das variáveis diversas a serem trabalhadas (a prazos longo, médio e curto) segue a dinâmica social vivida naquele momento no território.

Assim, o desenvolvimento decorre de um ambiente político favorável expresso por uma mobilização e convergência forte dos atores sociais da comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas direcionadas para o bem estar coletivo. Por esse motivo, o desenvolvimento local depende da capacidade de os atores e a sociedade local (*stakeholders*) se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural. Isso para definir e explorar suas prioridades específicas, o que dá ênfase à formação de múltiplas territorialidades, pois cada parcela da sociedade, ou até mesmo o indivíduo, traz consigo suas projeções subjetivas de desenvolvimento territorial.

Território e territorialidade são constructos socioespaciais que refletem o poder humano na dominação ou na apropriação<sup>3</sup> da natureza. Esses desdobram-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação políticoeconômica mais concreta e funcional à apropriação

---

<sup>1</sup> A nível de esclarecimento e definição precisa do objeto de estudo dessa pesquisa, considera-se a APA do rio Curiaú como categoria de UC, conforme estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) do Brasil.

<sup>2</sup> A pensar-se como Simonian (2005. p. 122), em caráter “des”romantizado do conceito proposto Frei Betto (1981): “[...] comunidade implica em união, cooperação e fraternidade de seus integrantes, quer estejam espacialmente próximos ou não [...] mas, há de se considerar as tensões, conflitos e violência que permeiam tais comunidades”.

<sup>3</sup> Lefebvre (1986, apud Haesbaert, 2004) explica que a apropriação possui uma conotação mais simbólica, enquanto que a dominação apresenta característica formal ou funcional.

mais subjetiva e/ou simbólica (HAESBAERT, 2004). Para Sack (1986), a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter uma parte significativa do contexto geográfico por meio do qual os sujeitos experimentam o mundo e o dotam de significados.

De acordo com o SNUC, as UC são territórios com características naturais relevantes. São legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e com limites espaciais bem definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção. Como se depreende do SNUC (2000), as UC são subdivididas em Unidades de Proteção Integral (UCPI) e Unidades de Uso Sustentável (UCUS); e enquanto tipologia dessas UCUS formaliza-se as Áreas de Proteção Ambiental (APA), cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

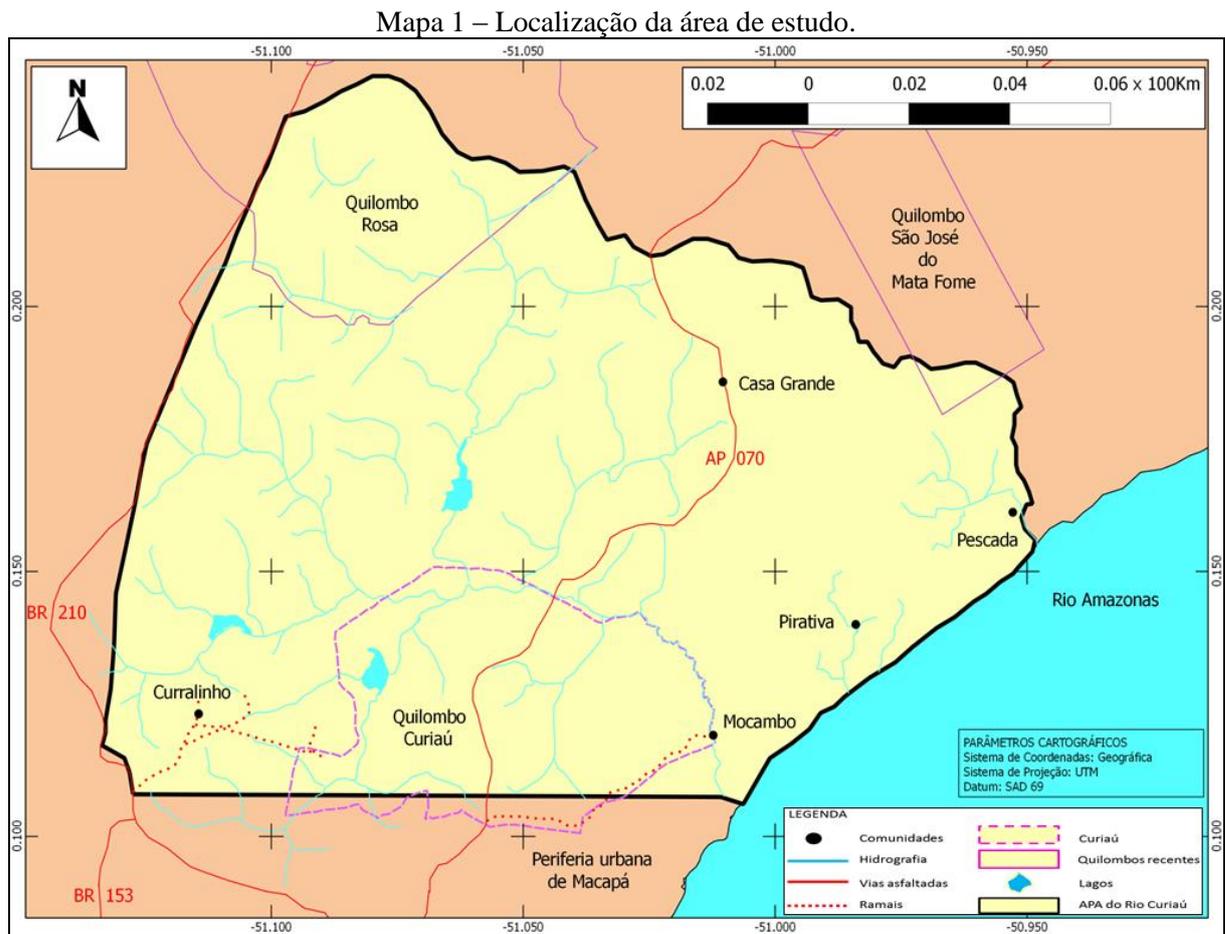
A APA do rio Curiaú está localizada ao norte da cidade de Macapá/AP, exatamente no limite urbano setentrional da capital do estado amapaense. Criou-se a mesma em 15 de novembro de 1998, no âmbito da administração amapaense. Ainda, é gerida pelo governo estadual, de acordo com os termos da Lei Estadual nº. 431, de 15 de setembro de 1998. Segundo Amapá (2010a) e dados coletados em campo, ela possui uma área de 21.676 ha, a qual abrange seis comunidades locais: Curiaú (de Dentro e de Fora), Casa Grande, Mocambo, Curralinho, Pirativa e Pescada.

O Decreto 1419/1992 tombou a vila do Curiaú, tornando-a patrimônio cultural do estado do Amapá. Ainda, a mesma constituiu-se como comunidade remanescente de quilombo, por meio do Título de Reconhecimento nº. 1/1999 outorgado pela União a partir da Fundação Cultural Palmares. A área em questão tem 3.321,89 ha.

Durante a pesquisa de campo, detectou-se que mais duas comunidades quilombolas integram em parte a APA, não obstante as reivindicações locais pelo reconhecimento de Casa Grande e de Curralinho como Território Quilombola (TQ). Trata-se do Quilombo Rosa e do Quilombo São José do Mata Fome. A primeira espalha-se a noroeste da UC, e a segunda localiza-se mais na porção nordeste.

Do ponto de vista investigativo, serão consideradas a dimensão material e imaterial da cultura. Tanto o presente quanto o passado; objetos e ações em escala local; aspectos concebidos e vivenciados, espontâneos e planejados; tanto aspectos objetivos quanto intersubjetivos. Logo, objetam-se nuances socioespaciais que corroboram, em tese, com uma abordagem pautada nas matrizes teóricas da Geografia Cultural de base humanista.

Nesta perspectiva teórica, Claval (2001) anuncia tal Geografia considerando-a numa “abordagem nova”, na qual a cultura é imprescindível para o entendimento das diferenciações socioespaciais. Trata-se, portanto, de interrogar os seres humanos sobre a experiência que têm em relação ao que os envolve. Sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes (Mapa 1) e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças.



Em meio às diferenciações socioespaciais múltiplas de cunho preponderantemente cultural (CLAVAL, 2001; LÉVI-STRAUSS, 1962; MEDEIROS, 2009; SIMONIAN, 2005), cada comunidade em seu território tem parâmetros de felicidade (“desenvolvimento”) diferentes. Appadurai (2002) denomina tal possibilidade como “*imagined worlds*”. Felicidade ou desenvolvimento esse traduzido enquanto contemplação fiel de qualidade de vida e bem estar social coletivo e individual, a qual remete a um mundo imaginado construído por e a partir de relações interpessoais com a outridade<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Basicamente, para Leff (2003) a outridade se refere à condição de interação social e ambiental com os “outros”. Para ele o ambiente “[...] é o outro complexo na ordem do real e do simbólico, que transgride a realidade

Com efeito, uma vez entendida virtuosamente tal heteronomia entre os próprios atores internos e externos à APA, torna-se mais fácil interagir com a coletividade. Isso pode ser feito primeiramente pela identificação minuciosa de seus interesses, de suas territorialidades, a fim de consolidar uma ferramenta ética potente de planejamento, gerando a confiança mútua entre os envolvidos (BUARQUE, 2002; COSTA, 2009; MATUS, 1989; PUTNAM, 1996; SILVA; SILVA, 2009; SILVA, 2011; VIERTLER, 1999). Então, por esse caminho, é possível (re)produzir desenvolvimento abrangendo parcela maior das comunidades.

Certamente, entender os modos sutis, porém, complexos e profundos pelos quais as vidas individuais refletem os contextos de experiências sociais é fundamental para ser iniciada uma trajetória de desenvolvimento. Seja na esfera econômica, política, ambiental ou sociocultural, nas escalas micro ou macro da realidade. Enfim, como resultado dessa análise, estrutura-se a problemática da pesquisa.

## 1.1 DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

Parte-se do pressuposto de que o espaço geográfico, constructo inerente à relação sociedade e natureza, é constantemente produzido (SANTOS, 2008). Também, que por propriedades de características culturais, as sociedades são insondavelmente diferentes (LÉVI-STRAUSS, 1962). Portanto, pode-se afirmar a partir de Adams (1994) e Vianna (2008), que uma comunidade em determinada área elabora suas devidas interações com o ambiente de acordo com seus princípios simbólicos e culturais e que, por isso, as diferenciações socioespaciais são tão persistentes no planeta.

Segundo tais referenciais e outras como posto por Garcia-Canclini (2002), Haesbaert (2009; 2004; 2002), Leff (2003) e Santos (2008), as configurações territoriais no e pelo espaço obedecem a um híbrido. Por sua vez, esse é de ordem política, econômica, cultural e ambiental. E desse modo, justifica-se as diferentes maneiras de gerir e vivenciar melhor o território em qualquer escala<sup>5</sup>.

Todavia, o trabalho clássico de Hardin (1968) alerta o mundo para a necessidade de ser repensado o modo de consumir o próprio planeta. Desse modo, coloca-se em xeque as

---

unidimensional e sua globalidade homogeneizante, para dar curso ao porvir de um futuro sustentável, atraído pela relação com o outro e aberto a um processo infinito de criação e diversificação” (LEFF, 2003, p. 38).

<sup>5</sup> Local, regional, nacional e mundial.

abundâncias naturais e desvela-se um futuro trágico às sociedades em geral: exaustão da atmosfera, dos rios, dos parques, dos oceanos. Enquanto produto da discussão hardiniana, incutiu-se no âmbito científico – e nesse sentido a partir de Boserup (1987), Feeny et al. (1990), de Olson (1993) e de Ostrom (2002) – a tese de que os sujeitos seguem lógicas de ação coletiva pelas quais os interesses comuns são devidamente alcançados ou não<sup>6</sup>.

Dentro deste contexto e como mecanismo institucional de controle e gestão do espaço surgem as chamadas Áreas Protegidas (AP). Essas são “[...] espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a preservação e/ou conservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados” (MEDEIROS, 2006, p. 41). De acordo com a União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN), tais espaços podem ser uma “[...] área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (UICN, 1994, apud MEDEIROS, 2006, p. 41). Nos termos de Coelho et al. (2009), são *loci* de expressão múltiplas de territorialidades exímias.

No âmbito dos processos de utilização da natureza, as civilizações, povos, sociedades ou comunidades sempre buscaram reservar áreas naturais específicas, e que a efetivação de práticas conservacionistas não é nova. Nem mesmo é privilégio das sociedades ocidentais modernas (ARAÚJO, 2007; JÚNIOR et al., 2009; DIEGUES, 2000; 1996; MMA, 2001; SILVA, 2007; SIMONIAN, 2007b; 2005). Tais autores permitem constatar toda uma historicidade peculiar do conceito e da práxis sobre UC. A lembrar-se o art. 225 da Constituição Federal (1988), reitera-se com veemência que todo cidadão brasileiro tem direito ao um ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum e essencial à qualidade de vida.

Destarte, investigou-se a critérios científicos a APA do Rio Curiaú no Amapá, apresentando-se ao final as considerações pertinentes acerca da garantia, ou não, da qualidade de vida e bem estar (alhores previstos em Lei) das comunidades locais residentes neste espaço. Isso com pressuposto conferido às territorialidades múltiplas via valorização e fortalecimento cultural das comunidades enquanto variável para alcançar o pleno desenvolvimento de modo sustentável. Como definido em Amapá (2010a), a APA em seus

---

<sup>6</sup> É válido ressaltar que tais autores possuem entendimentos diferentes de como se processa a “lógica coletiva”, no entanto, não é interesse de se aprofundar e identificar essas diferenças de cunho teórico e metodológico nesta dissertação.

termos de criação tem o objetivo de proteger e conservar os recursos naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais residentes no local<sup>7</sup>.

Sob a pressão de restrições legais que as APA assumem *per se*, emergem nestes espaços problemas diversos pelos quais são visíveis os desajustes de ordem política, econômica, cultural e ambiental (ARRUDA, 2000; DIEGUES, 2000; COELHO et al., 2009; MEDEIROS, 2006; SILVA, 2010; SIMONIAN et al., 2010; VEIGA, 2005). Também, considerando os entraves territoriais categoricamente já destacados nos trabalhos de Trindade (1999) e de Queiroz (2007), os quais enfatizam a resistência cultural local na luta para a manutenção de seu ambiente de sobrevivência.

Assim, algumas questões dão direcionamento amplo à discussão da problemática ora tratada. Em primeiro lugar, elenca-se a questão central: como se dá a relação entre o fortalecimento e valorização cultural local e a promoção do desenvolvimento sustentável na APA do Rio Curiaú no Amapá? Com essa inquirição buscou-se revelar as práticas e mecanismos reais de viabilizar o desenvolvimento nessa UC, atribuindo-lhas a valorização e o fortalecimento cultural que as comunidades locais entendem como imprescindíveis.

Na tentativa de contribuir na elaboração de uma resposta coerente com a realidade, são também necessários dois questionamentos secundários. Precisamente, quais as implicações socioespaciais, em suas dimensões política, econômica, ambiental e cultural são evidenciadas a partir da existência de expressões de territorialidades múltiplas na APA do Rio Curiaú no Amapá? Como e quais os elementos de planejamento local assimilam, via implementação de políticas públicas, o fortalecimento e valorização cultural enquanto relevante para a sustentabilidade na APA?

A dimensão política da territorialidade expressa o modo como as estratégias de controle e gestão estão postas, tanto pelo viés político mais formal, dito eleitoral,<sup>8</sup> quanto pelas alternativas locais das comunidades para melhor administrar seu território. Na dimensão econômica, a territorialidade se manifesta na dinâmica social de produção, circulação e consumo, caracterizando as devidas articulações internas e externas das comunidades para conferir vantagens no mercado. Tudo isso reflete-se em alterações no ambiente vivido e, por consequência, a maneira como as territorialidades se impõem provoca um grau de interferência maior ou menor nos ecossistemas locais, o que também se enfatizou na pesquisa.

---

<sup>7</sup> O Planejamento e Zoneamento da APA do Rio Curiaú (AMAPÁ, 2010a) dispõe algumas diretrizes que enriquecem essa investigação, tais como: a conservação da paisagem natural e cultural; a proteção das vilas dos quilombolas contra a especulação imobiliária e a descaracterização da organização do espaço residencial típico das mesmas; a conservação dos sítios históricos; garantir a integridade da beleza paisagística da região, entre outros.

<sup>8</sup> A exemplo das estratégias de governo municipal e estadual.

Por sua vez, no âmbito cultural, todos estes mecanismos de reprodução social serão considerados. Entender como que eles são fortalecidos e (re)estruturados sabiamente entre as gerações e especificar as práticas efetivas de (re)produção cultural local são também objetivos aqui. Por fim, é de relevância extrema para a sociedade de modo geral apontar se existem elementos de planejamento local nos quais sejam considerados os aspectos socioculturais das comunidades. Aliás, conforme o texto constitucional vigente (BRASIL, 1988), isso é previsto.

Executa-se tais elementos por meio de elaboração e implementação de políticas públicas<sup>9</sup>. E tanto via governo estadual, federal ou ações coletivas dos próprios moradores da APA e aproximações de outras instituições (como as Organizações Não-Governamentais – ONG), pois, isso há de refletir o quanto é corrente (ou não) quanto ao desenvolvimento nas comunidades. Na subseção seguinte, relata-se a trajetória instrumental e teórica balizadora da pesquisa então realizada.

## 1.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O propósito desta dissertação está assentado na análise do desenvolvimento na APA do Rio Curiaú no Amapá por um viés culturalista do território. Dessa maneira, buscou-se explorar cientificamente as territorialidades expressas na APA, o que significou lançar mão de instrumentais teóricos, técnicos e empíricos adequados para responder coerentemente à problemática em discussão. Portanto, trata-se a seguir da trajetória metodológica utilizada no decorrer da pesquisa para esta dissertação, bem como de sua exposição<sup>10</sup>.

A fim de dar conta do proposto, elaborou-se um estudo de caso como estratégia de pesquisa porque “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32). Sua natureza qualitativa não excluiu o contato com metodologias quantitativas, pois segundo Martins (2004, p. 292), “[...] a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la”.

---

<sup>9</sup> Um conjunto de “[...] propostas, planos, metas definidas a partir de estruturas de poder que podem incluir o Estado e seus representantes mais diretos, destinados ao ambiente, recursos naturais e a sociedade onde e com quem são implementados” (SIMONIAN, 2000, p. 14).

<sup>10</sup> Nos termos de Marx (1859), é o método investigativo e o expositivo.

Se há uma cara característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade (MARTINS, 2004; SEVERINO, 2007), principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita. No que se refere à abordagem teórica, o estudo aproximou-se das construções oriundas da Geografia Cultural de base humanista, nas quais as discussões de Claval (2001; 1999), Corrêa e Rosendahl (2007) representarão o fundamento epistemológico. Nesse sentido, a corroborar com o pensamento de Claval (2001), os estudos culturais realizados pelo olhar geográfico contemporâneo (pós-1970) revelam que as realidades de organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais.

Estas são, pois, a expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias. Ainda, no entendimento deste autor,

As relações dos indivíduos e grupos com o meio ambiente com o qual estão envolvidos e com o espaço no qual estão inseridos respondem a finalidades variadas: proteger-se do meio ambiente e dele extrair a energia, os alimentos e as matérias-primas das quais necessitam (é o registro do que é útil); afirmar seu ser social por meio das redes de que participam (é o registro propriamente social); construir sua identidade por meio do sentido dado às coletividades às quais estão ligados e aos lugares que elas habitam (é o registro psicossocial); interrogar-se sobre o significado da presença humana no mundo e no cosmos, a natureza, a sociedade e as paisagens por meio das quais essas entidades se exprimem (CLAVAL, 2001, p. 40).

Logo, a Geografia Cultural se preocupa com os motivos pelos quais os sujeitos não vivem, percebem, recortam, ou praticam os lugares da mesma maneira. Trata-se de compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime, nele se reflete e se reproduz.

Nesta direção, habilitou-se um instrumental técnico-empírico na tentativa ousada de apreender e mensurar cientificamente tais evidências que os sujeitos buscam e materializam no espaço geográfico, no caso, no território pertencente à APA. Primeiramente, a continuidade do levantamento de dados secundários e informações bibliográficas relacionadas às questões priorizadas foi constante, o que ocorreu até a proximidade da defesa dessa dissertação. A coleta de dados e informações secundárias foi imprescindível para compor um conhecimento mais acurado da realidade, articulados à necessidade de uma caracterização coesa e minuciosa da área de estudo.

As informações bibliográficas auxiliaram na composição de uma segurança teórica e enriquecimento da pesquisa: principalmente literaturas sobre cultura, territorialidade e desenvolvimento local. Ao mesmo tempo em que ocorreu uma pesquisa documental a fim de

constatar registros oficiais, ou não, relativos às intervenções políticas que abrangem a APA do Rio Curiaú ou mesmo as UC em geral (leis, decretos, portarias, atas, relatórios). Tais informações puderam ser garantidas por meio de algumas instituições públicas, privadas e associações locais que disponibilizaram gentilmente tais instrumentos para análise.

No que se refere à pesquisa de campo, ocorreram dois momentos distintos: um entre os dias 05 e 10 de dezembro de 2011, e o outro, entre os dias 18 de junho e 15 de julho de 2012, totalizando 35 dias de investigações *in loci*<sup>11</sup>. Nestas etapas, apoiou-se em observações participantes (MALINOWSKI, 1978), pelas quais a interação pesquisador e objeto permitiu identificar o que tem centralidade precípua para se promover o desenvolvimento sustentável na APA. Precisamente, buscou-se compreender como e o quanto as (re)produções simbólico-culturais provocam a valorização, formação e afirmação de territorialidades e como essas influenciam na prática do desenvolvimento local.

Esta etapa constituiu-se no uso de técnicas de entrevistas semiestruturadas aplicadas a um universo de 50 entrevistados, dos quais 41 foram formais e o restante informal. De acordo com Gil (1999), entrevistas informais são recomendadas no sentido de fornecer uma visão aproximativa do problema pesquisado. Nesse sentido e embora o referido autor defenda recorrer-se a colaboradores-chaves, as entrevistas não obedeceram somente à escolha desses, pois, a ausência de critérios mais seguros e consolidados impediu a seleção coerente deles, logo, optou-se por escolhas mais livres de acordo com o contexto vivenciado em campo.

Estas escolhas privilegiaram líderes locais, como: presidentes de associações, líderes comunitários e membros de secretarias do governo do estado. Isso além de moradores e prestadores de serviços relacionados a alguma atividade presente na APA. Tudo para ser vivenciado *in loci* o ambiente da pesquisa, daí conjecturar observações relevantes para a consolidação da veracidade das informações e, assim, definir de modo coeso os efeitos conclusivos da dissertação.

Primeiramente, consultou-se a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP) e, após o diálogo com os chefes de unidades de conservação,<sup>12</sup> planejou-se uma trajetória de entrevistas, na qual ficou definido quem, e onde, entrevistar. Nesse momento, é essencial dar clareza à questão das inserções textuais das falas dos entrevistados, pois, conferiu-se prioridade situacional cautelosa<sup>13</sup> nas escolhas e na quantidade dos trechos transcritos. Nos apêndices, disponibilizam-se a identificação dos entrevistados formais e

---

<sup>11</sup> Especificamente à pesquisa de campo em Pescada e Pirativa, conferir detalhamento na subseção 3.4.

<sup>12</sup> Cargo comissionado da estrutura organizacional desta Secretaria.

<sup>13</sup> Considerou-se basicamente a qualidade das informações prestadas e o seu potencial respectivo de enriquecimento das soluções propostas nesta dissertação.

informais, bem como sua respectiva comunidade ou instituição a qual pertence e o roteiro de entrevistas semiestruturadas.

Igualmente, registros ocorreram de imagens capturadas da realidade observada, não por mera ilustração (SIMONIAN, 2007b), mas sim, para contribuir profundamente no sentido de identificar, analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais locais. Ao longo do texto, é notório que algumas inserções fotográficas estão em forma de mosaico, agregando-se de duas a quatro capturas de imagem. Isso para permitir ao leitor uma identificação mais ampla, não somente cênica ou paisagística daquilo que ora se está argumentando.

Seguiu-se os preceitos de Malinowski (1978) e de Oliveira (2000). Dessas perspectivas, incorporou-se o exercitar do “olhar” e do “ouvir”, atos por meios dos quais busca-se interpretar ou compreender a sociedade e a cultura do outro “de dentro” em sua verdadeira interioridade (OLIVEIRA, 2000). Isso concatenados à argumentação de que o conhecer depende do mundo cultural do sujeito (TRIVIÑOS, 1992), desdobra-se o caráter etnográfico da metodologia que se adotou, mas manteve-se um *link* interdisciplinar constante com a ciência geográfica.

Uma centralidade metodológica na pesquisa para esta dissertação foi explorar as manifestações de territorialidades a partir da configuração e da atuação do Conselho Gestor da APA do Rio Curiaú (CONGAR). Tal caminho justificou-se pela não convergência dos anseios de cada membro representante das comunidades e dos representantes das outras instituições relacionadas no CONGAR. Portanto, segue-se que cada membro, ao lutar para ter seus interesses aclamados, articula estratégias de como sobrepor seu poder político, econômico e cultural aos dos demais e, nesse momento, constata-se plenamente o direcionamento das implicações socioespaciais que decididas.

Outra decisão metodológica importante foi a de não considerar a localidade de Extrema como comunidade pertencente à APA e de identificar o Curiaú como uma única comunidade. Como visto em trabalhos anteriores, tem-se uma segmentação desse espaço em duas áreas distintas: Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora. No primeiro caso, informações oriundas da própria SEMA-AP orientaram esse posicionamento, não obstante essa localidade ter uma função estratégica de conter o avanço da zona urbana de Macapá para dentro da UC. Precisamente, para que seja contido nos limites do TQ do Curiaú, embora legalmente no decreto de criação da APA em questão ela não consta na extensão territorial da UC.

Já no Curiaú de Fora, o que determinou tal identificação foi a constatação em campo, por meio de relatos dos próprios moradores e percepções de outras instituições encontradas

em documentos. Assim, em unísono se ouviu que “o Curiaú é uma vila só”. Neste ponto, note-se que a distinção entre os espaços requer um zoneamento cultural realizado a partir da percepção e da construção territorial dos moradores locais.

Embora as etapas não tenham obedecido sequências estanques, ocorreu um terceiro momento, quando se realizou a sistematização e ajustamento dos dados técnicos e empíricos. Isso com o recorte teórico apropriado. Seguidamente, ocorreu a produção de um mapa de localização da área de estudo, já considerando as devidas atualizações coletadas em campo. Por fim, elaborou-se as considerações finais da dissertação.

### 1.3 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E SOCIAIS

A relevância desta dissertação desponta como uma possibilidade de compreender-se cientificamente a realidade experimentada pelos amapaenses inseridos na APA do rio Curiaú e em seu entorno. Isso a partir de suas próprias vivências, valorizando suas interpretações, suas subjetividades, seus anseios e sua capacidade colaborativa no planejamento das intervenções locais. Ao fim, é o próprio desenvolvimento individual e comunitário, caracterizado pela garantia de qualidade de vida e de bem estar, que terá um direcionamento científico a ser alcançado.

Neste sentido, mais precisamente relacionada à questão social, esta dissertação pode tornar-se um instrumento referencial para que as comunidades locais assumam o planejar estrategicamente as intervenções em seu território. Assim, espera-se que as mesmas se sintam estimuladas a elaborar projetos de desenvolvimento que considerem *ipso facto* as particularidades locais. Para isso, além da publicação da dissertação, serão cópias fornecidas impressas e eletrônicas da mesma às comunidades locais, à SEMA-AP, à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e demais instituições e pessoas interessadas.

Os resultados desta produção acadêmica e científica poderão representar, ainda, uma ferramenta técnica para intervenções eventuais de políticas públicas nessa APA. Isso poderá ser feito tanto pela esfera municipal, estadual ou federal. Algumas ONG ou instituições privadas também poderão fazer uso, se assim desejarem. Isso no sentido da promoção de atividades sustentáveis na área.

Discutir a relação entre cultura e desenvolvimento alinhada à sustentabilidade em UC é prática em alta no âmbito científico, no entanto, ao investigar-se a formação e afirmação de

territorialidades como condição *sine qua non*, observa-se que este tipo de abordagem ainda é insuficiente. Ao tratar-se de Amazônia, constata-se isso sem dificuldade alguma (CRUZ, 2010; QUARESMA, 2003; SIMONIAN, 2005; 2007a; SIMONIAN et al., 2007). Essa pesquisa, portanto, denota a possibilidade de reforçar o arcabouço analítico nesse quesito, além de enriquecer o esclarecimento a respeito das UC no estado Amapá e, também, ampliar o registro historicogeográfico de todas as comunidades residentes na APA do Rio Curiaú.

A questão ética da pesquisa está alicerçada no compromisso fiel com a produção de conhecimento científico e todo seu arcabouço “administrativo” – pode-se dizer da condição a qual uma dissertação está submetida em termos de apreciação e julgamento por toda uma comunidade acadêmica e institucional, no mundo inteiro. Longe de ser essa produção fruto de um impulso ideológico de naturezas diversas, ou de aquisição de méritos subjetivos, o foco aqui é favorecer plenamente a revelação e fortalecimento do saber enquanto elemento benéfico à maioria da sociedade, pelo menos. Portanto, finalizou-se essa dissertação com base na acuidade das informações obtidas nas entrevistas, nas observações, nas leituras, sem qualquer tipo de manipulação escusa de dados.

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta produção científica é constituída de cinco capítulos, quais sejam: Introdução; Pressupostos Teóricos; Caracterização da Área de Estudo; Cultura, Territorialidade e Desenvolvimento na APA do Rio Curiaú; e Efeitos Conclusivos. No Capítulo 1, fez-se as considerações iniciais da pesquisa, como do que se trata, qual a problemática, quais os objetivos, a localização da área de estudo, quais os referenciais foram utilizados, a preocupação ética e os benefícios trazidos à sociedade acadêmica e local. Nesse capítulo, a abordagem metodológica e os instrumentos de pesquisa também estão devidamente esclarecidos.

No Capítulo 2, abordou-se os pressupostos teóricos que fundamentaram a pesquisa. Quatro conceitos foram essenciais: Cultura, Territorialidade, Desenvolvimento Local e UC. No entanto, incorreu-se na necessidade de aprofundar um pouco as questões sobre a geografia cultural, quando inquiriu-se sobre o conceito de cultura; manejo ambiental e populações tradicionais quando se discutiu desenvolvimento; e a questão ambiental no Amapá, quando foram elencadas as conjecturas sobre UC.

No Capítulo 3, caracterizou-se a área de estudo. Os aspectos físicoambientais e territoriais são tratados no item 3.1 e seguem uma dinâmica de entendimento que mostra precisamente a abrangência da área de estudo, o número de comunidades na APA, os zoneamentos culturais e institucionais e já alguns problemas ambientais. Enquanto que as características socioeconômicas são descritas no tópico 3.2 e revelam as principais atividades produtivas em cada comunidade e os mecanismos de mercado adotados. Os aspectos históricos e culturais apontam, na subseção 3.3, as origens das comunidades, desde então alicerçadas em constructos de solidariedade e reciprocidade, mas que atualmente perde de modo intenso estas bases.

Especificamente a partir da subseção 3.4, tratou-se da ênfase geo-histórica das comunidades Pescada (subtópico 3.1) e Pirativa (subtópico 3.2). Ambas têm dinâmicas territoriais e ecológicas muito semelhantes e localizam-se em ambiente de várzea ao leste da APA. Mesmo em meio à dificuldades logísticas para se locomover intra e interterritorialmente, o que se produziu registra uma contribuição importante para um conhecimento mais amplo dessas comunidades.

No Capítulo 4, as questões de intensidade mais empírica sobre cultura, territorialidade e desenvolvimento na APA foram esclarecidas. Nesse, por sua vez, são apresentadas as tentativas de fortalecimento e valorização cultural engendradas no cerne das comunidades, as instrumentações políticas e institucionais de caráter desconexo com a realidade local, vistas também pela superposição entre as categorias APA e TQ. A maneira de inserção no mercado e a tentativa de manter o ambiente sustentável encerram as diligências que balizam esta produção científica.

No Capítulo 5, construiu-se as argumentações acerca dos efeitos conclusivos desta dissertação. Primeiramente, retoma-se a pertinência de alguns fenômenos já tratados nos capítulos anteriores e outros esclarecimentos. Por fim e nesta seção, aponta-se como centralidade o potencial amplo e real de ter a cultura como elemento imprescindível a qualquer intenção de desenvolvimento.

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: CULTURA, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO

Todo esforço científico traduz-se em uma tentativa profícua de aproximação daquilo que é a realidade. Essa pode ser entendida como “[...] o conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras e nunca é imediato e pleno [...]” (BACHELARD, 1996, p. 17). Destarte, produzir um conhecimento aplicável que assuma uma explicação e controle dos fenômenos e da problemática proposta é tarefa primordial aqui, o que se fará quanto ao encontrado na APA do Rio Curiaú no Amapá.

### 2.1 O CONCEITO DE CULTURA

Inicialmente, é válido ressaltar que o conceito de cultura assume historicamente definições incontáveis no meio científico. No entanto, é na ciência antropológica que as primeiras noções conceituais se estruturam e apontam qualificações a respeito. Assim, a busca por um referencial teórico consolidado e concatenado às objeções aqui expostas não é (e não foi) tão simples, mas delineia uma postura de aproximação relacionada a alguns constructos teóricos basilares, sem apontar se um ou outro autor é melhor ou pior.

A exemplo, Hoebel e Frost (1981) pensam a cultura enquanto sistema integrado de padrões de comportamento aprendidos, característicos dos membros de uma sociedade e não o resultado de uma herança biológica. Para eles, cada sociedade isolada tem sua cultura distintiva que se entrelaça interssocialmente com outras culturas, sendo passiva a constantes alterações, e creem na existência de uma cultura real e outra ideal. A real é a que todos os membros de uma sociedade fazem ou pensam em todas as suas atividades na sua rotina total de vida; a ideal consta dos padrões de comportamento de um povo expressos verbalmente, os quais podem ou não ser traduzidos em comportamento normal.

Neste contexto, desde a Idade Antiga foram comuns as tentativas de explicar as diferenças no pensar e de comportamento entre os seres humanos. A tratar de costumes singulares a cada sociedade, Heródoto (484-424 a.C), Tácito (55-120), Marco Polo (1254-1324), José de Anchieta (1534-1597), Montaigne (1533-1572) ensaiam a “pré” história conceitual sobre o que vem a ser cultura (LARAIA, 1986). Mas, a citar Tylor (1971, apud

Laraia, 1986), a junção do termo germânico *kultur*, e do francês *civilization*, constitui a cultura como todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos humanamente em uma sociedade.

A título de profundidade, Laraia (1986) estabelece uma trajetória temporal de conceitos que inicia em John Locke, passando por Tylor, Harris, Turgot, Boas, Rosseau, entre outros, até os mais contemporâneos como Malinowsky, White e Kroeber. Tudo para afirmar que o ser humano “[...] é o único ser possuidor de cultura” (LARAIA, 1986, p. 29) e que

O [ser humano] é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Essas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 1986. p. 46)

Nessa perspectiva, o autor destaca a infinitude acerca da discussão sobre cultura. E, finalmente, declara a validade teórica de Sahlins (2003), quando esse aborda a cultura como definidora da vida, não por meio das pressões de ordem material, mas de acordo com um sistema simbólico definido, o qual nunca é único.

Em análise mais recente, Canclini (2007) postula que a cultura é um conjunto de processos sociais de significação. Mas antes e acuradamente, a defende como um “[...] conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social [...]” (CANCLINI, 2007, p. 41), também traça um caminho histórico. Identifica tais indefinições enquanto um “labirinto de sentidos”. Disso emanam duas noções elementares: da cultura enquanto acúmulo de conhecimentos e aptidões intelectuais e estéticas; e dela como produto da oposição metodológica entre cultura e natureza, e cultura e sociedade.

Todavia, este autor menciona quatro vertentes de sua interpretação sociossemiótica. A primeira seria a cultura como instância de organização identitária. A segunda, como instância simbólica da produção e reprodução da sociedade. A terceira, instância de conformação de consenso e hegemonia e, por último, a cultura é entendida enquanto dramatização eufemizada dos conflitos sociais.

Sob o enfoque de outros horizontes, a cultura pode ser um referencial de natureza tanto inconsciente quanto consciente que preside as modalidades mais significativas do comportamento dos seus portadores (VIERTLER, 1999). Atribuída de referenciais mentais que dão sentido ao comportamento social dos indivíduos, associada à manifestações materiais

e espirituais, oferece um panorama de estilos (*modus vivendi*), valores e aspirações dos mais diversos os quais antecedem a organização da sociedade. É, *ad hoc*, constructo inerente a qualquer sociedade humana por simples que ela possa parecer sob o ponto de vista tecnológico ou material.

Verheslt (1990) quando discute a cultura enquanto dimensão esquecida (“*the forgotten dimension*”) nos projetos de desenvolvimento, identifica-a como a soma total de soluções originais que um grupo humano inventa para adaptar-se aos seus respectivos ambientes naturais e sociais. Com muita veemência, o autor acusa os modelos de desenvolvimento aplicados aos chamados países do terceiro mundo de eurocêntricos. Portanto, fadados ao fracasso ao tentarem impor suas culturas “dominantes” às culturas locais – situação que Crewe e Harrison (2005) descrevem como barreiras culturais (“*cultural barriers*”).

Parece claro para alguns autores que a discussão atual sobre a dimensão cultural perpassa pela dinâmica antagônica, embora complementar, do processo de globalização, ora homogeneizante, outrora, ou concomitantemente, heterogeneizante (APADDURAI, 2002; CABALLERO-ARIAS, 2007; ESCOBAR, 2000; SPALING; DECKER, 1996; VIOLA, 2000). Dentro dessa perspectiva, os processos sociais de significação são, sobremaneira nos chamados países do Sul, constantemente entranhados de externalidades. Ainda para Canclini (1997) são tais processos que dão origem à hibridação cultural, caracterizada pela interação de constructos simbólicos entre o global e o local.

Assim sendo, a cultura é um produto intrinsecamente produzido a partir das significações dadas pelo homem a seu entorno, algo que tem um movimento e é consumido segundo as significações dadas também pela outridade. E a lembrar Geertz (1973) quando afirma que o ser humano é um animal amarrado à teias de significados que ele mesmo teceu, a cultura permite o estabelecimento de uma ciência interpretativa em busca do significado. Essa referência defendida pelo autor delineia que toda ação humana possui uma intencionalidade. Portanto, a mesma tem um significado ou um efeito cultural tanto para quem pratica a ação quanto para quem a recebe.

Ainda par ao mesmo autor, o conceito de cultura oferece um meio para classificar os seres humanos em grupos bem definidos. Em geral, isso é feito de acordo com características comuns verificáveis. Também, usa-se como possibilidade para classificar áreas de acordo com as características dos grupos humanos que as ocupam.

Ao fazer uma revisão derivada da chamada sociologia da consciência, Collins (2009) mostra que os objetos são socialmente o que são em virtude da estrutura simbólica a eles conferida (processo de significação), humanamente é impossível agir-se sem objetos

significados. A tudo é atribuído referências/representatividade, e essas são eminentemente constructos simbólicos e culturais. Ao abordar Bello (2004), é enfática a argumentação de que as regras sociais têm valor do ponto de vista da convivência civil humana: toda cultura tem suas regras sociais, sendo que toda regra social é estabelecida por um relacionamento intersubjetivo, que leva em conta o respeito na relação com os outros.

Neste sentido, a cultura faz-se de um *pool* de referências mentais. Essas podem ou não engendrar manifestações materiais por meio da criatividade dos indivíduos humanos conforme o contexto em que se encontrem. Como já destacado por Viertler (1999), esse *pool* está sujeito à alterações constantes na medida em que preside, enquanto um conjunto de referenciais de hábitos, padrões cognitivos e características emocionais, a ação dos seres humanos que é muito variável no decorrer de sua vida social.

Oportunamente, Etkin (2007) também assimila a cultura a um sistema de significados e de símbolos coletivos, segundo o qual os humanos interpretam suas experiências e orientam suas ações. Para esse autor, existe uma indissociabilidade entre um fortalecimento cultural e formação de capital social<sup>14</sup> que é determinado pela confluência de alguns fatores, como: ambientes de confiança, *justicia retributiva*, trabalho em equipe, decisões baseadas em valores, participação e democracia. Ele combate, assim, o paradigma racional que impõe modelos de desenvolvimento desconexos com a realidade onde o empreendimento é alocado ao analisar o comportamento organizacional de empresas e modos de controle coletivo.

Em outros termos e aproximando-se do que se identificou no contexto da pesquisa que informa esta dissertação, Wagley (1977) entende a cultura como um todo que emana do modo de vida de um povo. É, portanto, “[...] o legado social que o indivíduo recebe do grupo a que pertence” (WAGLEY, 1977, p. 251). Também integra perspectivas, a saber: parte do ambiente criado pelo ser humano que inclui as instituições econômicas e religiosas, os costumes, o comportamento habitual e as atitudes dos seus habitantes; e, ainda todas as maneiras de vida que aprenderam como membros de sua sociedade e que transmitem a sua descendência.

---

<sup>14</sup> As discussões acerca do conceito de capital social possuem uma amplitude teórica muito diversa, a qual é trabalhada sob diversos prismas (ETKIN, 2007; FUKUYAMA, 1995; MULS, 2008; PUTNAM, 1996), no entanto, nesse caso, o capital social assemelha-se ao grau de engajamento cívico baseado na reciprocidade, solidariedade, confiança, virtude coletiva, ética, entre outros; aspectos da vida social humana os quais são ferramentas potentes para planejar e construir o desenvolvimento de uma sociedade.

### 2.1.1 A geografia cultural

No âmbito das contribuições da ciência geográfica para o conceito, o enfoque cultural se recusa a considerar a natureza, a sociedade, a cultura e o espaço como realidades prontas. Todavia, julga-se que o mundo é mais complexo. Para mostrá-lo, parte dos indivíduos se debruça nas suas experiências.

Nos preceitos de Claval (2002), o que lhe importa é compreender o sentido que as pessoas dão à sua existência. Nessa direção, Corrêa e Rosendahl (2007) relatam que o conceito de cultura em Sauer<sup>15</sup> abrangia uma entidade supra-orgânica, com suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura, sem autonomia, e que sua apreensão se fazia por mecanismos de condicionamento, gerador de hábitos, entendidos como cultura. Porém, a partir da década de 1970 e em meio às transformações em escala mundial,<sup>16</sup> essa vertente geográfica inicia um processo de renovação acompanhada da necessidade imanente de uma maneira nova de se construir e entender a realidade.

É quando a influência das filosofias do significado (fenomenologia) e do materialismo cultural amplia a um relacionamento com as humanidades em geral, discutindo uma geografia do social, principalmente na década iniciada em 1990. Nesse momento, a cultura é revista como um reflexo, uma mediação e uma condição social, pois, não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada (CORRÊA; ROSENDALL, 2007). Por outro lado, considera-se a cultura como um conjunto de saberes, técnicas, crenças e valores intrínseco ao cotidiano e cunhado no seio das relações sociais.

Nestes caminhos, se pode considerar tanto a dimensão material da cultura como a sua dimensão não-material. Assim, há de ser vista tanto no presente como no passado, tanto como objetos e ações em escala global como regional e local, tanto em aspectos concebidos como vivenciados, espontâneos como planejados, aspectos objetivos como intersubjetivos. A pensar-se como Corrêa e Rosendahl (2007), a geografia cultural é que une esses aspectos que são vistos em termos de significados e como parte integrante da espacialidade humana.

Em consonância a Wagner e Mikesell (2007), a cultura é uma propriedade ou atributo inerente aos seres humanos, ou meramente um artifício intelectual para se generalizar convenientemente a respeito de atitudes e comportamentos humanos. Nesses termos, cultura é uma chave para compreensão sistemática de diferenças e semelhanças entre os seres humanos.

---

<sup>15</sup> Discípulo da fenomenologia hurssealiana e um dos marcos da Escola de Berkeley nos EUA.

<sup>16</sup> Econômica, ecológicoambiental, ativismo social, migrações.

Essa perspectiva considera indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir.

Ainda, refere-se às comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além das características distintas de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades.

Qualquer sinal da ação humana numa paisagem implica uma cultura, atrai a história e demanda uma interpretação ecológica; a história de um povo evoca sua instalação em uma paisagem, seus problemas ecológicos e seus concomitantes culturais; e o reconhecimento da cultura leva à descoberta dos traços deixados sobre a terra (MIKESELL, 1978, apud CORRÊA, 2001. p. 19).

Dentro dessa orientação, todos os fatos geográficos são de natureza cultural e “[...] o termo cultura deve ser utilizado com precaução, porque não existe nada que se assemelhe, no mundo objetivo, a esse conceito, que só existe no espírito das pessoas” (CLAVAL, 2001. p. 50). Então, ao relacionar com o *modus operandis* de uma dada sociedade, em sinergia com Corrêa e Rosendahl (2010), a cultura constitui-se, qualquer que seja sua definição, em ingrediente importante do cada vez mais complexo ciclo de reprodução do capital.

A partir das considerações apresentadas, desdobra-se nesta dissertação uma abordagem que enfoca a concepção simbólica subjetiva dos residentes na APA. Em certo momento, pode-se até redimensionar uma ideia de cultura proposta no âmbito científico e encontrar semelhanças com a realidade vivida *in situ*. No entanto, ousa-se entender como que os sujeitos pensam e agem iniciando dos seus constructos simbólico e culturais.

## 2.2 A QUESTÃO DA TERRITORIALIDADE

Ao conceber teoricamente que a territorialidade é a expressão de poder que emana das conjecturas políticas, econômicas, culturais e ambientais de cada indivíduo ou coletividade, materializando-se (ou não) no espaço geográfico, faz-se pertinente esclarecer que essa é qualidade intrínseca ao território. A retomar Claval (1999), o território é uma aposta entre poderes, disputado, apropriado, ameaçado, povoado explorado. Integra uma dimensão natural (base material), uma dimensão sociopolítica (sistemas de controle e apropriação) e uma

cultural que expressa a carga simbólica de grupos ou indivíduos que nele capturam uma parte ou a totalidade de sua identidade.

Contudo, de início, na *episteme* geográfica é importantíssimo ressaltar que espaço e território não são termos equivalentes, muito menos sinônimos. Assim,

[...] como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território (CORRÊA, 2006, p. 16).

Nesse sentido, os referenciais espaciais de uma comunidade são produtos de sua relação com o entorno, justificando a maneira com a qual se atribuem permissões à utilização do espaço que se vive e, portanto, com a qual e segundo Corrêa (2006, p. 77), “[...] modelam a superfície terrestre”.

Sob um prisma mais ontológico, Raffestein (1993) julga o espaço geográfico enquanto “prisão original” e o território como produto da ação humana sobre essa prisão fundante. É imperativo entender como o espaço está em posição que antecede o território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que imprime seus direcionamentos sociais em qualquer nível. Direcionamentos esses que partem da apropriação concreta ou abstrata (dimensão simbólica) de um espaço, inaugurando, então, o processo chamado “territorialização”.

Em outro ponto de vista, Corrêa (2006, p. 44) chama o espaço geográfico de “[...] morada do [Ser humano] [...]” e de “[...] multidimensional”. Ainda, destaca as práticas sociais distintas que resultam da consciência humana da diferenciação espacial, ancorada em padrões culturais e técnicos próprios a cada tipo de sociedade. Daí surgir a concepção do espaço como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, caracterizando uma sistematização da “organização espacial” no mundo, ou da “estrutura territorial”, da “configuração espacial”, do “arranjo espacial”.

Todavia, para Corrêa (2006), a organização espacial é o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos na superfície terrestre, constituindo a materialidade social. Balizador importante acerca do que se entende por território, Souza (2006, p. 78) fundamenta-o enquanto “[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”, funcionando como instrumento de exercício do poder de um grupo, uma vez que o poder é uma propriedade coletiva. Quando analisada as dimensões política e cultural da sociedade o território assemelha-se a um “campo de forças”,

[...] uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (SOUZA, 2006, p. 86).

Por isso, os territórios que são primordialmente relações sociais projetadas no espaço e mais que espaços concretos, podem formar-se e dissolver-se em tempos curtos, originando o que o autor chama de territorialidades flexíveis ou móveis.

Ainda, segundo ele,

Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes (SOUZA, 2006, p. 94)

Nesse contexto, as superposições são reflexos de descontinuidade territorial que estabelecem redes constituídas de “nós” e “arcos” os quais representam a funcionalidade e o poder de articulação entre *stakeholders* na realização de um objetivo. Quanto mais fortalecidas sob o aspecto da autonomia (SOUZA, 2006), tais redes mais os grupos envolvidos tendem a alcançar o desenvolvimento.

Ao prosseguir com a amplitude conceitual, Saquet (2009) afirma, em diálogo com autores diversos, que espaço e território não estão separados. Suas relações de poder multidimensional (campos de força econômicos, políticos e culturais), a construção histórica e relacional de identidades, e o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) são processos essenciais. E são eles que caracterizam o território.

De acordo com o autor:

Tanto os processos culturais inerentes às relações de poder como as identidades simbólico-culturais mais específicas, sobretudo os processos TDR, são aspectos utilizados em estudos de geografia quando se destaca o conceito de território, juntamente com relações econômicas e políticas (de poder), as redes e a natureza exterior ao homem (SAQUET, 2009. p. 82).

Dentro dessa análise, o território é entendido como um espaço de identidade no qual o sentimento é a sua base, onde a forma espacial importa muito pouco, pois essa é amplamente dinâmica. É parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento (BONNEMAISON, 2002; CLAVAL, 2002; MEDEIROS, 2009). Esse

possui significado biológico, econômico, social e político, mas na sua expressão mais humana representa um lugar de mediação entre homens e sua cultura.

Deste modo, toda cultura se relaciona, para além de um discurso, em uma forma de territorialidade “[...] compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira” (BONNEMAISON, 2002, p. 99). Segue-se daí que um território é coisa bem diferente de um espaço fechado, protegido por uma fronteira, com limites físicos ou políticos. No fundo, ele é muito mais um “núcleo” do que uma muralha e um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão do estrangeiro.

Dentro deste contexto, Cifelli (2010, p. 124) reforça a dimensão simbólica do território quando sublinha que

Além de sua base material determinar e sofrer determinações advindas de um sistema de ações movidas por intencionalidades e racionalidades que subordinam o território a uma lógica global ditada pelos interesses políticos e econômicos muitas vezes alheios à realidade local, o território contempla também uma dimensão simbólica relacionada aos laços sócio-culturais que unem os grupos sociais ao seu espaço de referência. Dessa forma, o território constitui-se no lócus da solidariedade, da organização da vida, da coexistência de diversas práticas sociais, das ações cotidianas e da manutenção dos referenciais identitários que caracterizam determinada sociedade.

Em sentido mais enfático, Haesbaert (2009; 2004; 2002) observa o território nas dimensões jurídica e política, econômica e culturalista ou simbólica. A primeira é composta por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter estatal e econômico. A segunda é dada principalmente pelas relações de mercado ou capital-trabalho. Enquanto que a terceira é vista, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Um aspecto importante a ser lembrado neste debate é que, mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural.

Além da acepção genérica ou sentido *lato*, a territorialidade é vista como a qualidade simples de ser território e, muitas vezes, é concebida em um sentido estrito como a sua dimensão simbólica (HAESBAERT, 2004). Essa dimensão pressupõe a formação e afirmação de identidades no espaço, uma vez que “[...] a cultura tece com o espaço uma relação de identidade reforçada e repassada através das manifestações culturais [...] reafirmando suas identidades com o território” (CLAVAL, 1999. p. 25). Enfim, conforme salienta Claval (2002), o território constitui um dos componentes essenciais das identidades.

Com pressupostos semelhantes, Corrêa (2002. p. 251) define a territorialidade como o “[...] conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um dado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”. Assim, Cifelli (2010. p. 133) indica que a diversidade de agentes e práticas sociais presentes no espaço pode gerar a alternância e/ou sobreposição de diversas territorialidades, fazendo do território um campo de forças onde se interpolam interesses comuns, divergentes e conflitantes. Essa dinâmica determina modos diversos de uso e apropriação do território, o que envolve grupos sociais múltiplos.

Pelo viés da Antropologia, em primeiro lugar, o território fornece o ser humano como espécie, mas também os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios para produção dos aspectos materiais das relações sociais. Estas compõem a estrutura dada de uma sociedade, como as relações de parentesco (GODELIER, 1984, apud MMA, 2001). Por esse caminho e no que está relacionado no contexto das populações tradicionais, além do espaço de reprodução econômica das relações sociais, o território é também o *locus* das representações mentais e do imaginário mitológico dessas sociedades.

Neste sentido, Acevedo e Castro (1998) e Castro (2000) lapidam que a territorialidade é uma síntese da apreensão desse universo pela comunidade tradicional. Está concretizada em práticas cotidianas, na perseguição de estratégias de vida e trabalho, na execução de ações que são criadoras de existência material e social. Portanto, o território é condição de existência, de sobrevivência física dos grupos humanos, em especial do ser aquilombado.

O enfoque científico sobre territorialidade nesta dissertação revela expressões diversas de poderes intrínsecos à APA do Rio Curiaú no Amapá, pois as UC correspondem a um espaço permeado por territorialidades múltiplas (COELHO et al., 2009). Situação essa que aponta conflitos eventuais entre os sujeitos diversos que tentam imprimir sua territorialidade de modo mais incisivo em busca da própria sobrevivência, principalmente porque a ênfase

metodológica está centrada no poder simbólico que emana basicamente dos interesses individuais. Desse modo e a pensar no bem estar coletivo, importa que se perceba como as territorialidades múltiplas estão imbricadas e indicam o poder que se sobrepõe a outros poderes<sup>17</sup>.

### 2.3 PRESSUPOSTOS SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Antes de serem devidamente esclarecidas as questões conceituais a respeito de desenvolvimento local, é bom destacar que a própria palavra “desenvolvimento”, isoladamente, recorre de modo súbito a uma assimilação cognitiva de outro termo: “crescimento”. Isso não somente em dicionários da língua portuguesa, mas direta ou indiretamente em produções científicas, como as de Buarque (2002), Cardoso e Faletto (1979), Furtado (2000), Mantega (1995), Rostow (1984), Sachs (1993), mesmo que as pretensões de um ou outro autor supracitado sejam desvincular tal entendimento. Nesse contexto, é importante compreender os usos, ou práticas, relacionadas ao desenvolvimento, o qual também já pressupõe um movimento de mudança.

Pode-se antecipar que essa mudança é de ordem social e, como será visto, ambiental.

Em termos muito singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma *melhoria da qualidade de vida* e um *aumento da justiça social*. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade. (SOUZA, 2002. p. 61)

Portanto, uma transformação resultante da relação sociedade e natureza na qual as posturas políticas e econômicas são imprescindíveis na constituição do espaço geográfico e, em consequência, do território. Em síntese, desenvolvimento significa mudança, transformação, alteração, modificação, dada na conjuntura socioespacial inerente à humanidade, restando saber até que ponto tais (re)configurações beneficiam ou prejudicam o quê e a quem.

Ainda de acordo com essa análise breve, é possível interpretar que o maior ou menor grau de desenvolvimento de uma comunidade depende diretamente do seu modo de vida, de origem eminentemente simbólica que antecipa sua ação, e de sua base material, no que se

---

<sup>17</sup> Seja do ponto de vista do controle do estado que administra a APA ou das comunidades que residem no local.

refere à disponibilidade de recursos. Dito de outra maneira é reflexo do próprio modo de produção que se adota e do incremento técnico que a comunidade cria ou assimila da exterioridade (GODELIER, 1984 apud MMA, 2001). Logo, a citar Jameson (2006), historicamente as culturas humanas perceberam quatro transformações essenciais relacionadas ao *modus operandi*: caça e coleta, pastoreio, agricultura e comércio.

Ao considerar cuidadosamente as devidas proporções, essas mudanças também são classificadas por Rostow (1984) quando narra as cinco etapas do desenvolvimento, quais sejam: a sociedade tradicional, as precondições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. Em uma abordagem assumidamente econômica, o autor confere menor grau de crescimento à sociedade tradicional e, assim, sucessivamente até o último estágio da era do consumo em massa. Nessa construção analítica não é difícil inferir a ideia de progresso que permeia uma etapa e outra, embora, na *práxis* nem sempre seja possível igualar desenvolvimento a algum tipo de evolução ou progresso, em especial no que concerne a garantia da qualidade de vida e do bem estar à maioria de uma comunidade.

Quando abordam a questão do subdesenvolvimento, Cardoso e Faletto (1979) indicam uma especificidade histórica do sistema produtivo nos países centrais. Esses, por sua vez, atribuem funcionalidades aos países periféricos tornando-os dependentes economicamente. Por fim, os autores defendem que o desenvolvimento é resultado da interação de grupos e classes sociais distintos, com interesses materiais e valorativos diferentes, que gera vida ao sistema econômico através da oposição, conciliação ou superação dos respectivos interesses.

Na perspectiva de Furtado (2000), existem três dimensões da ideia de desenvolvimento: eficácia do sistema social de produção, satisfação das necessidades elementares da população (alimentação, vestuário, habitação) e consecução de objetivos de grupos dominantes que competem na utilização de recursos escassos. Para este autor, o aumento da eficácia do sistema de produção não indica a satisfação das necessidades da população e, ainda que

Não é demais assinalar que a ação produtiva do homem tem cada vez mais como contrapartida processos naturais irreversíveis, tais como a degradação de energia, tendentes a aumentar a entropia do universo. O estímulo às técnicas apoiadas na utilização intensiva de energia, fruto da visão a curto prazo engendrada pela apropriação privada dos recursos não-renováveis, agrava essa tendência, fazendo do processo econômico uma ação crescentemente predatória (FURTADO, 2000. p. 22-23).

Isto posto, estabelece-se o contraponto entre desenvolvimento e subdesenvolvimento dado pela tendência estrutural no modo de produção capitalista de concentrar a renda em benefício dos países que exportam produtos derivados do uso de técnicas mais avançadas. Assim sendo, desenvolvimento e subdesenvolvimento são frutos de situações históricas distintas. São, portanto, expressões da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial, o qual dispõe locacionalmente países centrais industrializados de um lado (ou ao norte), e periféricos (não industrializados ou em industrialização) de outro (ao sul).

A questão do imediatismo no retorno do investimento de capital em uma determinada atividade produtiva põe em cheque a relação da sociedade com o ambiente. E isso porque o desenvolvimento depende do equilíbrio ambiental. Aliás, a dialogar com Sachs (1993), a sustentabilidade não tem somente a dimensão econômica. Sem embargo, possibilita progressos sociais, ecológicos, espaciais e culturais.

A sustentabilidade social, na concepção do autor, está assentada na permanência de uma sociedade boa, com equidade maior na distribuição de renda e de bens. No âmbito econômico, deveria existir uma alocação e gerenciamento mais eficientes de recursos e fluxos constantes de investimentos públicos e privados. Na dimensão ecológica, é importante minimizar incisivamente os danos ao meio ambiente, tais como, limitar o consumo de combustíveis fósseis, conservação energética e reciclagens, uso de tecnologia com baixo teor de resíduos e consolidar normas de proteção ambiental.

Ainda para o mesmo autor, na dimensão espacial, deve-se priorizar uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. E no aspecto cultural dá-se ênfase no que ele chama de ecodesenvolvimento, com continuidade de processos endógenos de mudança ou modernização. Enfim, Sachs (2003) clama um desenvolvimento que seja coesamente planejado e que considere essas cinco dimensões simultaneamente.

De fato, corrobora-se plenamente com a argumentação de que toda e qualquer pretensão de desenvolvimento, desde a esfera subjetiva<sup>18</sup> até conjunturas sociais maiores, deveria privilegiar incondicionalmente o planejamento. E como trabalhado por Matus (1996; 1989) essa ferramenta de luta permanente do homem é um produto do conhecimento que garante a liberdade para decidir entre opções as quais contextualmente julgam-se favoráveis tanto ao indivíduo quanto ao coletivo. *Ad hoc*, o planejamento situacional é um planejamento

---

<sup>18</sup> Como sucesso na profissão, nos estudos, nos relacionamentos, nas escolhas, nas ações.

comunicativo e participativo que, de modo estratégico, considera e pondera os interesses diversos dos atores reunidos para tomada de decisões.

As contribuições de Matus (1996; 1989) juntamente com Buarque (2002) e Putnam (1994) forjam um planejamento do tipo estrategicossituacional, pelo qual a gestão de um território permite a participação qualitativa dos *stakeholders* (líderes comunitários, presidentes de associações, representantes institucionais, empresas e governo). As variáveis externas que podem interferir direta ou indiretamente na execução de um projeto de desenvolvimento são cuidadosamente monitoradas, mas, para isso, o governo atua enquanto mediador de eventuais conflitos de interesses por parte dos atores. E essa participação qualitativa presume fundamentação em regras de reciprocidade e sistemas fortes de engajamento cívico<sup>19</sup>.

Em outros termos, sem optar por simplificar as abordagens, mas estabelecer um parâmetro com o que é gestão, planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno, simular os desdobramentos de um processo, objetivando uma precaução mais eficiente contra problemas prováveis (MATUS, 1989; SOUZA, 2002). Diferentemente de gerir, pois gestão pressupõe a “[...] administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista necessidades imediatas” (SOUZA, 2002. p.46). Assim, o planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra, enquanto que a gestão é a efetivação, ao menos em parte, das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir.

Ao sair um pouco do campo teórico macro, é sabido historicamente que os projetos de desenvolvimento pensados para a região amazônica, a exemplo, foram planejados e implantados sem um conhecimento acerca das realidades locais vividas pelos diversos sujeitos que nela habitam. Os mesmos foram feitos incoerentemente via decisões *top down*. Em sentido contrário, na tentativa de perceber a realidade e as intencionalidades na esfera particular/subjetiva para, então, pensar o desenvolvimento coletivo na esfera macro/geral, essa dissertação aponta uma oportunidade rica de entendimento “de baixo para cima”.

Um caminho escasso no que se refere à viabilização de políticas públicas. Mormente no que está relacionado à Amazônia (ACEVEDO MARIN; CHAVES, 1997; CASTRO, 2008; HÉBETTE, 2004; HURTIENNE, 2005; SIMONIAN, 2007a; SIMONIAN et al., 2007). Não obstante, trabalhos como os de Allegretti (2002), Batista (2010), Fernandes (2009), Quaresma

---

<sup>19</sup> Em outras palavras, a (re)produção de capital social (PUTNAM, 1994) é imprescindível para o desenvolvimento de um território.

(2003), Ribeiro (2008), Silva (2007), Simonian (2007a), Trindade (1999), Vianna (2008), entre tantos outros, já sugerirem uma lógica de desenvolvimento *bottom up* na região.

No âmbito das discussões sobre desenvolvimento nas quais são projetados modelos pelos quais a ideia de progresso e crescimento econômico imposta de cima para baixo são elementos centrais, alijando ou desrespeitando as potencialidades locais, ganha força o conceito de desenvolvimento local ou endógeno. Tal endogenia tem origem na década de 1970 e ganha força na década de 1990 devido ao conhecimento das causas da variação dos níveis de crescimento das diversas regiões e territórios. Não obstante, esses apresentam as mesmas condições em termos de fatores produtivos, como capital financeiro, mão de obra ou tecnologia.

O desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas do território, visando a consolidação de um desenvolvimento genuinamente local e criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas (MORAES, 2003). Pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento centrado nas comunidades locais, rurais e urbanas. Essas poderão passar a desenvolver estratégias e criar ou captar meios para implantar processos permanentes de mobilização, organização e internalização de capacidades, competências e habilidades da comunidade.

É originário da mobilização de forças sociais solidárias e inteligentes quando a comunidade transforma-se no próprio sujeito do desenvolvimento no seu espaço de vida (MORAES, 2003; VÁZQUEZ-BARQUERO, 2002), ampliando suas margens de manobra e autonomia nas decisões a respeito de seus destinos. Assim, de acordo com Silva (2011; 2009), pode-se identificar duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno. A primeira, econômica, na qual os grupos empresariais locais utilizam sua capacidade organizativa altamente produtora para se beneficiarem dos fatores produtivos da região. A segunda, sociocultural, onde os valores e as instituições locais são a base para o desenvolvimento.

Neste sentido, Buarque (2002. p. 25) considera-o como “[...] um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Esse processo deve, ainda:

[...] explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento demanda normalmente um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as

suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2002. p. 26).

Na mesma direção, Muls (2008. p. 8) apresenta o território como “[...] sujeito da ação coletiva em prol do desenvolvimento econômico local”. Logo, o desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida, que se dá pela representação política honestamente comprometida.

A corroborar com Vázquez-Barquero (2002), o objetivo do desenvolvimento é sempre buscar o bem estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento local procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem estar da sociedade. Já para Amaral Filho (2001) é importante destacar que o caráter endógeno desse processo não tem um sentido autocentrado na própria região ou local.

Nesta direção, seus fatores propulsores podem ser vistos tanto pelo lado da endogeneização (da poupança ou excedente), como pela acumulação de conhecimento. É um processo claramente intensificado também pelo fomento das inovações e competências tecnológicas, como repercussões sobre o crescimento da produtividade dos fatores. Na escala regional, isso implica numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção e retenção consequente do excedente econômico gerado na economia local e/ou excedentes provenientes de outras regiões.

É por meio da solidariedade, integração social e cooperação local, que a sociedade pode ser considerada o principal agente de modernização e transformação cultural e socioeconômica num território (BOISIER, 1997; COELHO et al., 2009). Desse modo, no contexto da “nova lógica de participação local”, Caballero-Arias (2007) ao abordar o que chama de pós-desenvolvimento (*post-desarrollo*) vivido na Venezuela demonstra que o local tem se convertido em um recurso heurístico com forte conteúdo político. Esse é definido e controlado por instâncias externas, entre elas o Estado, onde o mesmo assume novas significações e apresenta novos cenários de produção sociocultural.

### 2.3.1 Manejo ambiental e populações tradicionais

Uma vez expostas as argumentações acerca do que vem a ser desenvolvimento local, alega-se neste tópico a aproximação teórica e empírica que as estratégias de manejo das populações tradicionais permitem, no sentido de compreensão melhor da eficácia de suas ações. Sobretudo, no que se refere à relação dessas comunidades com seu ambiente. Pois, essas sinalizam, em maior ou menor grau, como alcançar a sustentabilidade em suas dimensões variadas.

*A priori* na discussão conceitual acerca do que se entende por populações tradicionais, Simonian (2007a; 2005) demonstra que estas são, em geral, agrupamentos humanos que têm um grau de dependência grande em relação ao ambiente natural somado a um acervo tecnológico e cultural bem simples. Diegues (1994. p. 14) conferem-nas enquanto populações e culturas tradicionais não indígenas “camponesas” (não urbanas), frutos de intensa miscigenação entre o branco colonizador, os nativos indígenas e o escravo negro. Por esse contexto, então, e também conforme Adams et al. (2006), Arruda (2000), Filho (2006), Maués (2006), Murrieta (1998) e Wagley (1977), são marcantes tais categorias sociais no Brasil: caiçaras, caipiras, varzeiros, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, sitiantes e roceiros, quilombolas, seringueiros e outros extrativistas, caboclos e até os indígenas.

Entretanto, o que é comum, e impressiona, principalmente na Amazônia é a relação sinérgica que as populações tradicionais estabelecem com o ambiente historicamente.

No transcorrer dos séculos, os índios e mais tarde os caboclos luso-brasileiros aprenderam a coexistir com o meio local e a explorá-lo. Eles conhecem os solos, a flora e a fauna, a cheia e a vazante dos grandes rios, a época das chuvas e os períodos relativamente secos, os perigos dos insetos e das doenças endêmicas, e muitos outros aspectos do seu meio ambiente. E, a partir dessa experiência, moldaram a sua própria cultura amazônica, com seu próprio sistema social, sua cozinha, suas formas de recreação e sua mitologia. É uma herança rica que jamais deverá ser ignorada na moderna conquista da Amazônia. (WAGLEY, 1977. p. 9).

Ao redimensionar esses aspectos na dinâmica socioespacial na APA do rio Curiaú, é possível compreender ainda mais a complexidade do objeto. Desse modo, Murrieta (1998), elenca a necessidade do entendimento da ação social não como uma regularidade estática de alguma estrutura onipresente que padroniza comportamentos e pensamentos sociais. Para o autor, a

toda ação social é um processo de construção da prática e das condições simbólicas, econômicas e sociais no qual se está inserido.

Como visto antes, o desenvolvimento, por ter premissas essencialmente econômicas, acompanha nas sociedades ocidentais, em especial, a disseminação vertiginosa do modo capitalista de produção, muito intensificado a partir da Revolução Industrial na Europa. Entretanto, pelas construções analíticas de Polanyi (1980. p. 51), constata-se que anterior à época vigente “[...] nenhuma economia existiu à base das ditas leis do mercado [...]” e que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Para o autor, o ser humano não age economicamente com interesse individualista e material e para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social; e mais, sua divisão do trabalho origina-se de diferenças sexuais, geográficas e de desempenho individual.

Ainda, o mesmo enfatiza profundamente que o trabalho, a terra e o dinheiro não são mercadorias. Trabalho é apenas outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diversas. Terra é somente outro nome para natureza, que não é produzida pelo ser humano. Por fim, o dinheiro é unicamente símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através dos mecanismos dos bancos e das finanças estatais.

Deste comportamento não econômico, o qual, segundo Polanyi (1980), não é de natureza humana, e muito menos de cultura humana, derivam alguns enfoques científicos orientados à compreensão da reprodução da vida em sistemas sociais e ambientais chamados “pré-capitalistas” (ADAMS, 1994; ARRUDA, 2000; DIEGUES, 2000; 1996; LIMA; POZZOBON, 2005; SIMONIAN, 2007a). Dassmann (1988, apud MMA, 2001) distingue tais sociedades como “povos dos ecossistemas” e “povos da biosfera”. Os primeiros são aqueles que se estabelecem em simbiose com os ecossistemas e conseguem viver por longo tempo em sustentabilidade com os recursos naturais; os segundos são sociedades interligadas a uma economia global, de alto consumo e poder de transformação da natureza.

No mesmo âmbito, Adams (1994) demonstra que a coexistência de populações humanas com as florestas trouxe um acúmulo de conhecimento que permitiu, através de um tipo de agricultura não destrutiva, a interferência nestes ecossistemas de forma pacífica, e muitas vezes até benéfica. Destaca, igualmente, que a floresta, de modo geral, sempre foi manejada desde os primórdios pelas comunidades tradicionais, justificando o que chama de “floresta cultural”. Para autora, o acúmulo de conhecimento teria ocorrido entre os povos habitantes das bordas das florestas (ecótonos), onde o contato com dois habitats diferentes

teria possibilitado a sobrevivência e a observação dos fenômenos naturais e seus ciclos, aumentando a capacidade de exploração da mata.

Também, as comunidades tradicionais se modificam sob o efeito de dinâmicas internas e externas,<sup>20</sup> mas em ritmo bem lento. E, sua dependência forte dos recursos naturais, a estrutura simbólica, os sistemas de manejo praticados e seu isolamento até certo ponto, possibilitam uma parceria nos esforços para a conservação (ACEVEDO; CASTRO, 1998; ADAMS, 1994; ARRUDA, 2000; DIEGUES, 2000; 1996; LIMA; POZZOBON, 2005; MMA, 2001; SIMONIAN, 2005; 2007a). Assim, é de relevância fundamental analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, pois, é com ele que agem sobre a natureza e progridem seus sistemas tradicionais de manejo.

No Brasil, as áreas maiores de preservação são habitadas com maior ou menor densidade por populações indígenas ou por comunidades rurais tradicionais, para as quais a conservação da fauna e da flora é garantia de perenidade. Mesmo sem deixar de citar o histórico de equívocos da política ambiental brasileira pela qual se efetivou a criação de áreas protegidas sem as devidas considerações a respeito dos conhecimentos tradicionais (ARRUDA, 2000; DIEGUES, 2000; 1996; MEDEIROS, 2006). Nessa abrangência de cunho governamental, a Amazônia não deixou de ser vítima.

No ensaio de Lima e Pozzobon (2005), os autores apresentam uma classificação de categorias sociais amazônicas baseada no grau de sustentabilidade ecológica de suas formas de uso e ocupação do ambiente<sup>21</sup>. Mostram que o caráter variável da sustentabilidade ecológica dessas diversas categorias socioambientais associa-se a uma multiplicidade de fatores causais. E, elegem a “cultura ecológica” e a “orientação econômica” como critérios classificatórios principais, concluindo ser preciso analisar as condições específicas que levam determinados segmentos sociais a apresentarem um dado padrão de sustentabilidade ecológica.

---

<sup>20</sup> A saber, mudanças na estrutura fundiária, consumo de produtos industrializados.

<sup>21</sup> Sem a pretensão de limitar as definições diversas relativas às categorias sociais amazônicas, segundo Lima e Pozzobon (2005), essas são: 1 - povos indígenas de comércio esporádico, com alta sustentabilidade ecológica, “cultura ecológica” mitógena e orientação econômica autóctone; 2 - povos indígenas de comércio recorrente, com média sustentabilidade ecológica, mitógenos e consuntivos; 3 - povos indígenas dependentes da produção mercantil, com baixa sustentabilidade, mitógenos/tradicionais caboclos e consuntivos; 4 - pequenos produtores “tradicionais”, com média sustentabilidade, tradicionais caboclos e orientação consuntiva; 5 - latifúndios “tradicionais”, com média sustentabilidade, cultura tradicional cabocla e orientação rentária; 6 - latifúndios recentes, com sustentabilidade muito baixa, cultura não formada ou depredatória e orientação lucrativa; 7 - migrantes/fronteira, com sustentabilidade baixa, cultura não formada e emergente e orientação consuntiva; 8 - grandes projetos, com sustentabilidade baixa, cultura aplicada e orientação lucrativa; 9 - exploradores itinerantes, com sustentabilidade muito baixa, cultura depredatória e orientação lucrativa.

Sumariamente, na elaboração das estratégias de conservação, estimando Diegues (2000), as populações tradicionais não somente devem ser ouvidas, como devem dispor de poder deliberativo nos órgãos de decisão. Nessa parceria, as políticas públicas poderiam valorizar os aspectos positivos dessas culturas, as quais enfatizam a proteção do mundo natural, por meio de ações que levem à melhoria das condições de vida dessas comunidades. Portanto, incluir como prioridade de intervenção e participação política as populações tradicionais assume-se um compromisso real e mais efetivo da sustentabilidade.

## 2.4 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

A história da sociedade mostra que, frente ao desafio da sobrevivência, os interesses práticos na utilização e proteção de recursos naturais existiram desde os primórdios. Mediante uma sucessão de relações entre sociedade e ambiente geograficamente situadas, a natureza tem sido bastante alterada ao longo dos tempos, enfrentando frequência e magnitude crescentes de fragmentação dos habitats e perda da biodiversidade. Principalmente a partir do século XX, a criação de áreas protegidas tem sido o modo de as sociedades reagirem frente aos problemas ambientais (ARAUJO, 2007; CASTRO JÚNIOR et al., 2009; DIEGUES, 2000;1996; MEDEIROS, 2006; MMA, 2001), embora a delimitação de territórios com ação concreta de gestão exista mesmo antes de Cristo.

Por exemplo, na Índia (400 a.c) todas as formas de uso e atividade extrativista foram proibidas nas florestas sagradas; nobres assírios (700 a.c) estabeleceram reservas de caça; na China (600 d.c) criaram-se leis de proteção para planícies úmidas; em Veneza (século VIII) existiram as reservas de veados e javalis (DAVENPORT; RAO, 2002). Até o século XIX, a ideia de controle do espaço tinha conotação gerencial; de então até a década de 1960, o foco era a preservação da paisagem como patrimônio coletivo e testemunho de uma natureza selvagem. A partir da segunda metade do século XX, enfim, a ideia central passa a ser a proteção da natureza visando as gerações futuras (MEDEIROS, 2003, apud CASTRO JÚNIOR et al., 2009), sobrepondo-se a questão da biodiversidade no século XXI.

De modo geral, as UC, internacionalmente denominadas áreas protegidas (ARAUJO, 2007), são conceituadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) como uma área de terra e/ou mar dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados. Manejada por meio de instrumentos legais

ou outros meios efetivos. A IUCN categoriza tais áreas por critérios científicos, o que é referência global para a criação de sistemas nacionais de áreas protegidas.

As contribuições das UC para as sociedades incluem a manutenção de processos ecológicos essenciais e da capacidade produtiva dos ecossistemas, preservação da biodiversidade, salvaguarda de habitats críticos. Somados à preservação de características históricas e culturais de importância para estilos de vida de populações tradicionais (ARAUJO, 2007). Além de oportunidades para o desenvolvimento local, investigação científica, educação, capacitação, recreação e turismo, e provisão de bens e serviços ambientais.

A criação do Parque Nacional de Yellowstone, em março de 1872, marca o nascimento do conceito de UC modernas. Sua origem histórica é marcada por duas vertentes: uma altruísta e a outra mais centrada nos potenciais turísticos da região (ARAUJO, 2007; CASTRO JUNIOR et al., 2009; DIEGUES, 1996; MEDEIROS, 2006). Independentemente, a ideia de parque nacional consolidou-se nos Estados Unidos da América (EUA) e espalhou-se rapidamente para o mundo inteiro.

No final do século XIX, formou-se duas correntes distintas de conservação do mundo natural: a corrente preservacionista e a conservacionista. Conservar seria praticar o bom uso dos recursos naturais, e preservar seria defender a *wilderness* (natureza selvagem), por seu valor próprio, contra qualquer intrusão (ARAUJO, 2007; CASTRO JUNIOR et al., 2009). Tal contraste invadiu o cenário político nos EUA, o que resultou em criação de diferentes áreas protegidas alinhadas a uma das correntes: florestas nacionais “conservacionistas”, parques e refúgios “preservacionistas” de vida silvestre

A criação do parque de Yellowstone teve apelo grande e se espalhou rapidamente pelo mundo. Inspirados na experiência estadunidense, diversos países criaram seus parques nacionais: Canadá (1885); Nova Zelândia (1894); Austrália, África do Sul e México (1898); Argentina (1903). No Brasil, isso ocorreu somente em 1937 com a fundação do Parque Nacional do Itatiaia.

Nas primeiras décadas do século XX, a terminologia utilizada para designar as UC era muito confusa: um mesmo nome era atribuído para designar áreas com diferentes objetivos de manejo. Muitas vezes, os objetivos de manejo eram até conflitantes entre si (ARAUJO, 2007). Como não havia critérios padronizados, cada país adotava uma terminologia, de acordo com suas características culturais, o que gerava uma confusão grande quando se analisava a proteção à natureza em escala internacional.

A primeira tentativa de padronizar tudo foi realizada em Londres (1933), definindo algumas categorias: parque nacional; reserva natural restrita; reserva de fauna e flora; e reserva com proibição de coleta e caça. Essas foram modificadas na Convenção de Washington em 1940, quando foram adotadas quatro novas categorias: Parque Nacional; Reserva Nacional; Monumento Natural; e Reserva Restrita de Regiões Virgens. Todavia, foi somente em 1994 que a IUCN (existente desde 1948<sup>22</sup>) elaborou, após muitos debates internacionais, seis categorias de manejo: Reserva natural/Área Silvestre; Parque; Monumento Natural; Santuário de Vida Silvestre; paisagem terrestre/Marinha Protegida; e Área Protegida com Recursos Manejados.

O Quadro 01 mostra as categorias de manejo de Unidades de Conservação propostas pela IUCN em 1994, juntamente com seus respectivos objetivos principais.

Quadro 01 – Categorias de Manejo IUCN (1994)

Categoria	Denominação	Objetivo principal de manejo
I	Reserva Natural Estrita/Área Silvestre	Fins científicos ou de proteção da natureza.
II	Parque	Conservação de ecossistemas e com fins de recreação
III	Monumento Natural	Conservação de características naturais específicas.
IV	Santuário de Vida Silvestre	Conservação de habitats e/ou satisfazer as necessidades de determinadas espécies.
V	Paisagem Terrestre/Marinha Protegida	Conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos.
VI	Área protegida com Recursos Manejados	Uso sustentável dos ecossistemas naturais.

Fonte: Araujo (2007). Adaptado.

No *millieu* brasileiro, é no âmbito da Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934, que inicia a pressão sobre o governo federal para a criação de um sistema nacional de unidades de conservação. Embora exista algum tipo de preocupação ambiental ainda no final do período imperial até o início da década de 1930 (ARAÚJO, 2007; CASTRO JUNIOR et al., 2009, DIEGUES, 2000; 1996). Dentre os avanços na política ambiental, na época, destacam-se a aprovação do Código das Águas, Código Florestal, Código de Minas, Código de Caça e Pesca, entre outros.

<sup>22</sup> Em 1948, no congresso internacional realizado no Castelo de Fontainebleau (França), fundou-se a União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN), transformando-se, em 1956, em União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

No Brasil, diferentemente do que ocorrera nos EUA, as áreas de proteção integral foram instituídas em espaços onde já havia concentração populacional e de atividades humanas para conservação de ecossistemas remanescentes. Dessa maneira, enquanto os parques americanos buscavam proteger as paisagens de um impacto futuro, os parques brasileiros buscaram proteger áreas de interesse ambiental de impactos imediatos, de conflitos já existentes (CASTRO JUNIOR et al., 2009; MMA, 2001). Os parques brasileiros e outras unidades de conservação já nasceram, em sua maioria, em meio a conflitos territoriais e de acesso a recursos importantes, sendo sua gestão bastante dificultada e particularizada.

Durante o período do governo militar (1964-1985), tem-se no Brasil, um incremento político e institucional grande, no que se refere aos mecanismos de gestão do meio ambiente. Houve, portanto, a descentralização do Ministério da Agricultura – que até então era o responsável pela execução das políticas ambientais – com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal<sup>23</sup> (IDBF), em 1967. A Secretaria Especial de Meio Ambiente<sup>24</sup> (SEMA) foi criada em 1973, e coordenou a chamada Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) lançada pelo governo de Ernesto Geisel, a qual prevê a implantação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

O último instrumento relevante da política ambiental brasileira criado durante no regime militar foi o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Esse tornou-se, a partir da redemocratização do país, o órgão máximo do SISNAMA e condutor da PNMA, exercendo papel fundamental na discussão e elaboração das políticas públicas afins. Nesse ínterim, é importante ressaltar que a Constituição de 1988 consagrou a questão ambiental, mormente na diretiva do artigo 225; e, também, a parceria institucional realizada entre IBAMA e Ministério Público (MP), que permite uma forte alternativa para punição de crimes ambientais.

Outro instrumento jurídico fundamental ao trabalho de conservação foi a Lei 9985/00, que instituiu o SNUC. Esse sistema organizou a gestão de unidades de conservação no país, regulamentando suas diversas categorias e seus objetivos de conservação. Permite a participação democrática na gestão das UC, sem enfraquecer o papel do Estado (ARAÚJO, 2007; CASTRO JUNIOR et al., 2009), pois este se impõe em ordem prioritária de ter o controle sobre o território e conseqüentemente sobre os recursos ali existentes.

---

<sup>23</sup> Atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

<sup>24</sup> O presidente José Sarney criou, em 1985, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, decompondo a estrutura da SEMA. Desde 1999, esse ministério foi transformado em Ministério do Meio Ambiente, atual MMA.

Em suma, as UC envolvem intencionalidades e estratégias (territorialidades) estreitamente relacionadas entre si. Toda constituição de uma nova unidade de conservação implica alterações nas relações entre grupos sociais e desses grupos com o ambiente, num processo recíproco em que a proteção ambiental é socialmente construída (COELHO et al., 2009; SIMONIAN et al., 2010; 2007). Portanto, as UC não são apenas territórios construídos pelas práticas sociais, elas influenciam e transformam essas práticas, numa configuração mutável, conflituosa e complexa de relações sociais.

#### **2.4.1 A questão ambiental no Amapá**

No Amapá, os instrumentos políticos que dão suporte legal à gestão do meio ambiente têm início a partir da década de 1980, como desdobramento da política ambiental brasileira. Nesse contexto, já em 15 de julho de 1980 é criado o Parque Nacional (PARNA) do Cabo Orange (Decreto Federal nº. 84.913), ocupando uma área de 619 mil hectares e abrangendo terras dos municípios de Calçoene e Oiapoque, no extremo nordeste do Amapá, a incluir todo o trecho norte do litoral atlântico do estado. No dia seguinte, o governo federal também cria a Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba (Decreto nº. 84.914), com 395.000ha, estendendo-se pelos territórios dos municípios de Tartarugalzinho e Amapá, incluindo na sua faixa litorânea o lado norte da foz do rio Araguari e o entorno do cabo Norte.

Ainda sob a administração federal, criou-se uma área de 72.000ha, no litoral do município de Amapá, em junho de 1981, a Estação Ecológica (ESEC) Maracá-Jipioca, a qual engloba as ilhas Maracá Norte, Maracá Sul e Jipioca. Em abril de 1982, fundou-se a ESEC do Jarí, localizada a 80km de Monte Dourado (PA), com uma área de 227.126ha e, por sua vez, a Floresta Nacional (FLONA) do Amapá em 1989, com 412 mil hectares no Escudo das Guianas. Na mesma direção, a RESEX do Rio Cajari foi fundada em 1990, com 481.650ha ao sul do estado e, já no ano de 2002, criou-se o PARNA Montanhas do Tumucumaque com 3.867 mil hectares (27% do território amapaense), o qual inclui regiões consideradas biologicamente importantes e de interesse relevante para a conservação.

Quanto às UC de gestão estadual, a mais antiga é a Reserva Biológica (REBIO) do Parazinho, criada em 1985, com 111,32ha, e situada no arquipélago do Bailique, na foz do rio

Amazonas. Essa foi seguida da APA do Rio Curiaú<sup>25</sup>. Assim, enquanto APA, essa porção norte do município de Macapá originou-se em 28 de setembro de 1992, abrangendo uma área de 23.000ha<sup>26</sup>. Porém, devido a alguns conflitos locais, a UC que se conhece atualmente foi criada em 15 de setembro de 1998 e possui uma área de 21.676ha.

Mais tarde, o governo estadual criou outras Áreas Protegidas. Precisamente, em 1997, criou e implantou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru, compondo uma área de 806.184ha e localizada no sul do estado. Em 2004, criou a APA da Fazendinha por meio da lei nº. 873/2004, localizada ao sul de Macapá e com 193.53ha de área. Por último, a Floresta Estadual (FLOTA) do Amapá foi criada em 2006, com 2.369.400ha, situada desde a porção sul até ao norte do espaço amapaense central.

No âmbito da administração municipal existem a RESEX Beija Flor Brilho de Fogo e o Parque Natural Municipal (PARMU) de Cancão. Ambos foram criados no ano de 2007, pelas prefeituras de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, respectivamente (ALBERTO, 2010). A primeira constitui-se de uma área de 68.524 hectares, enquanto que o PARMU tem 370.26 hectares.

Outro aspecto fundamental da questão ambiental no Amapá é a existência de cinco Terras Indígenas (TI) distribuídas no estado. Ao norte tem-se as TI Uaçá (470.164ha), criada em 2002, Galibi (6.689ha), desde 1982, e Juminá (41.601ha), a partir de 2002, enquanto que, na porção centro oeste, localiza-se a Wajãpi (607.017), fundada entre 1995 e 1996, e, por último, o Parque Indígena (PI) do Tumucumaque, no limite oeste do PARNA Tumucumaque. Portanto, a valer o que Porto (2010) explica, todas as TI amapaenses estão circundadas por UC, dando origem ao que o autor chama de “cinturões institucionais” que inibem a ocupação desordenada e conflituosa nessas áreas.

Como visto, o estado do Amapá assimilou categorias variadas de UC previstas no SNUC. Nessa perspectiva, ainda espalham-se pelo seu território cinco Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)<sup>27</sup> que reforçam os 72% de áreas protegidas no estado (AMAPÁ, 2010b). Toda essa imensidão de cunho territorial resulta do pioneirismo em ações direcionadas à sustentabilidade no estado (AMAPÁ, 1995; MARTINS et al., 2000), com

---

<sup>25</sup> A diferença aqui está relacionada não somente ao tamanho da área protegida (de 23.000ha em 1992 para 21.676ha em 1998), mas também à nomenclatura que passou de Área de Proteção Ambiental do Curiaú (em 1992) para Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú (em 1998), na tentativa ilusória de se referir à bacia hidrográfica do rio Curiaú. É válido destacar que a nascente deste rio está situada fora dos limites da APA, do outro lado da BR 210.

<sup>26</sup> Antes de ser APA, este espaço foi identificado na categoria de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e, logo em seguida, à Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural (ARIEC), isso em 1990.

<sup>27</sup> As RPPN são: Aldeia Ekinox, Boa Esperança, Paraíso, Revcom e Seringal Triunfo.

grande ênfase política durante o governo de João Alberto Rodrigues Capiberibe (1995-2002) no qual foi lançado o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA)<sup>28</sup>.

Neste contexto, em setembro de 2003, no VII Congresso Mundial de Parques, em Durban, África do Sul, foi anunciado o Corredor de Biodiversidade no Amapá, com extensão territorial acima de 12 milhões de hectares. Esse compreende cerca de 85% do estado e é formado por sete UC federais, cinco estaduais, as cinco TI e algumas áreas costeiras para conservação de ambientes de várzea amazônica e parte do ambiente de cerrado (OLIVEIRA, 2009). Para visualizar o quanto isso representa espacialmente, observa-se a Figura 1 no Capítulo 3.

Como é possível detectar, e também pelas considerações de Porto (2010), tais restrições protecionistas do espaço incidem na retirada de terras do mercado, mas não os seus produtos naturais, e evita ou retarda a sua ocupação, estimulando a urbanização desordenada, especialmente de Macapá e de Santana. É consensual entre vários autores (BRITO, 2003; PORTO, 2010; SILVA, 2007; 2010; SIMONIAN, 2010; 2005) que a criação dessas UC não resultara de um processo democrático e participativo, pois, a maioria da população afetada por tais intervenções, *top down*, é desconsiderada na aquisição de benefícios sociais maiores. No sentido de aprofundar essas e outras particularidades inerentes à área de estudo da dissertação, segue-se o próximo capítulo.

---

<sup>28</sup> Ao ser implantado, o PDSA tinha como escopo o crescimento com conservação ambiental, estrutura produtiva baseada na biodiversidade e no ecoturismo, integração regional e redução da pobreza (AMAPÁ, 2000).

### 3 CARACTERIZAÇÃO DA APA DO RIO CURIAÚ: AMBIENTE, SOCIOECONOMIA E CULTURA

A APA do rio Curiaú é produto exemplar de esforços engendrados pela sociedade contemporânea no sentido de amenizar, reduzir ou controlar o ímpeto humano em sua relação com o ambiente necessário à sobrevivência. Assim, antes de ser uma APA acompanhada de todo seu arcabouço jurídico e administrativo, o qual rege (ou pelo menos tenta) as intervenções de ordem política, econômica, ambiental e sociocultural neste espaço, esta o é eminentemente constructo histórico de sujeitos engajados na (re)produção social. E isso se dá a partir de referenciais espaciais e simbólicos que lhes são ímpares, como posto por Acevedo-Marin (1997), Acevedo-Marin et al. (2010), Moraes (1991), Queiroz (2007), Santos (2002), Silva (2000; 2004) e Trindade (1999), como em toda sociedade existente no planeta.

Situada ao norte da zona urbana de Macapá, no estado do Amapá, este espaço assimila um valor histórico e cultural inestimável, conforme citado pelos autores acima, por apresentar como característica principal a valorização e fortalecimento das tradições quilombolas. Não obstante os grandes desafios desta permanência que lhes são inerentes. Desafios esses que se intensificam ainda mais em tempos atuais de globalização perversa<sup>29</sup>.

#### 3.1 ASPECTOS FISICOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS

Existe uma quantidade de documentos públicos e acadêmico e científicos suficientes que ajudam a compreender, entre outras, a localização geográfica da área de estudo (AMAPÁ, 2010a; ATLAS, 2008; BRITO, 2003; QUEIROZ, 2007). Nesse contexto, de acordo com o Plano de Manejo elaborado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP) em 2010, a APA do Rio Curiaú possui, precisamente, uma área de 21,676ha e um perímetro de 47.342 km (AMAPÁ, 2010a)<sup>30</sup>. O clima da área é do tipo tropical úmido,

---

<sup>29</sup> Santos (2002) caracteriza o fenômeno da globalização em três principais feições: como fábula, como perversidade e como ela pode ser. O viés da globalização perversa, portanto, vai adentrar e modificar as relações socioespaciais intrínsecas à APA do rio Curiaú.

<sup>30</sup> Segue sua delimitação geográfica: inicia no Ponto 01, localizado na foz do rio Curiaú; deste ponto segue por linha reta percorrendo uma distância de aproximadamente 4,72 km até encontrar o Ponto 02; daí continua-se em linha reta (cerca de 7,37 km) até encontrar o km 6,9 da BR-210, onde está situado o Ponto 03; deste segue-se pela margem direita da BR-210 (1,92 km) até encontrar o Ponto 04, situado no cruzamento do km 8,8 da BR-210 com o km 19,8 da Estrada de Ferro do Amapá; acompanha-se a margem direita da Estrada de Ferro do Amapá

característico em extensões territoriais grandes na Amazônia (AB'SABER, 1996), registrando médias mais altas da temperatura (30°C) e precipitação menor no período de agosto a dezembro.

Na APA, são encontrados três grupos distintos de solos: latossolo amarelo, solos hidromórficos (gleys pouco húmicos) e solos aluviais. O latossolo amarelo ocorre predominantemente nos domínios do ecossistema de cerrado, representa 44,22% da APA, correspondendo a 9.834,28ha de sua superfície, estando associado a relevo plano, suave ondulado a ondulado. Os hidromórficos estão presentes nos ambientes da floresta de várzea e nos campos inundáveis com pequena variação de um ambiente para outro, representam 43,47% da superfície da APA.

O solo hidromórfico gley pouco húmico (HGPe1) ocorre na floresta de várzea, e o Gley pouco Húmico (HGPe2) tem maior incidência nos campos inundáveis. Os do tipo aluviais são solos minerais, pouco desenvolvidos, hidromórficos ou não, formados de sedimentos aluviais recentes, são depositados periodicamente durante as inundações ou trazidos de áreas próximas pelas águas pluviais (AMAPÁ, 2010a; ATLAS, 2008). Representa uma das porções menores dos tipos de solo na APA, 6,06%.

A hidrografia da APA acompanha cerca de 40% (233, 76 km<sup>2</sup>) da própria bacia hidrográfica do rio Curiaú e também as microbacias dos igarapés Pescada e Pirativa, somados aos lagos permanentes do Bonito, Tapera e Buritizal. Referente à cobertura vegetal e uso do solo identifica-se pelo menos quatro tipos de ambientes naturais: cerrado, floresta de várzea, matas de galeria e ilhas de mata (AMAPÁ, 2010a; ATLAS, 2008). O cerrado distribui-se em toda a sua porção oeste, envolve campos de várzea, matas de galerias e ilhas de matas, ocupa uma área de 9.632,32 hectares (43,31% da área total da APA), sendo o ecossistema de representatividade maior na UC e também o que apresenta maior degradação devido às fortes agressões naturais e antrópicas.

A floresta de várzea corresponde à área de inundação periódica, ocasionada principalmente pela variação das marés. Abrange 4.632,71 hectares (20,83% da APA), distribuídos numa faixa de orla fluvial de aproximadamente cinco quilômetros de largura no sentido sul/nordeste (AMAPÁ, 2010a). *Locus* da ocupação ribeirinha historicamente

---

(17,37 km) até a estrada vicinal do km 25 da BR-210, próximo ao km 33,8 da Estrada de Ferro do Amapá, onde está situada o Ponto 05; deste ponto segue- pela margem direita da Estrada Vicinal do km 25 da BR-210 (10,7 km) até o cruzamento com a estrada estadual AP-070, na qual está situado o Ponto 06; encaminha-se pela nascente principal do curso d'água denominado igarapé do Fugitivo, percorrendo a margem direita até encontrar sua foz, onde está localizado o Ponto 07; por fim, continua-se pela linha de costa até encontrar a foz do rio Curiaú, na qual está situado o Ponto 01, início desta descrição (AMAPÁ, 2010a).

engendrada na Amazônia (TRINDADE JÚNIOR, 2010), esse ambiente ainda denota a sua riqueza em palmeiras<sup>31</sup> e biodiversidade considerável. O mesmo abriga espécies vegetais nobres<sup>32</sup> como a andiroba (*Carapa guianensis*), a macacauba (*Platymiscium sp.*), o pau-mulato (*Calicophyllum spruceanum*), o cedro (*Cedrella odorata*), a virola (*Virola surinamensis*), entre outros.

Com 1.369,59 hectares de área (6,16% da APA), as matas de galeria são ambientes que têm como principal característica a presença de nascentes e cursos d'água, protegendo-as e servindo de habitat natural e refúgio para várias espécies da fauna regional e migratória. Com fisionomias florestais de porte pequeno a médio, com 15 a 20 metros de altura, para suas espécies emergentes. Os 1.437,88ha que totalizam 6,47% da APA formam as ilhas de mata e são, por sua vez, áreas de fisionomia florestal que se manifestam isoladamente (AMAPÁ, 2010a), ora nos domínios do ecossistema de cerrado, ora nos chamados “tesos” dos domínios dos campos inundáveis.

O uso das ilhas de mata se manifesta como modo de exploração de madeira ou em abertura de fronteiras agrícolas novas, principalmente para o cultivo da mandioca. É válido lembrar ainda que o Plano de Manejo da APA apresenta um levantamento bastante rico relacionado aos conteúdos da fauna, avifauna e ictiofauna, além dos crustáceos e insetos. No entanto, optou-se por não detalhar esses aspectos.

No Mapa 02 adiante, é possível visualizar os ambientes naturais que compõem a UC. Também é compreensível uma espécie de zoneamento informal referido pela própria SEMA-AP para se dirigir à área de várzea (parte leste do Mapa com tonalidade esverdeada) e à de cerrado (porção a oeste do Mapa com tonalidade salmão). Este zoneamento informal é bastante utilizado nas estratégias de intervenção por parte da Secretaria, a qual concentra a maior parte de suas ações na área de cerrado, talvez devido à concentração populacional e facilidade de acesso maior neste espaço.

As características físicoambientais e territoriais aqui expostas são produtos de um contato com o Plano de Manejo elaborado pela SEMA-AP e o Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá. Deles, foi oportuna a identificação da existência de três ecossistemas<sup>33</sup> e quatro ambientes naturais<sup>34</sup> na APA. Por isso, quando forem feitas

---

<sup>31</sup> A destacar-se o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), que representa fonte importante de renda e de alimentação para muitas comunidades locais.

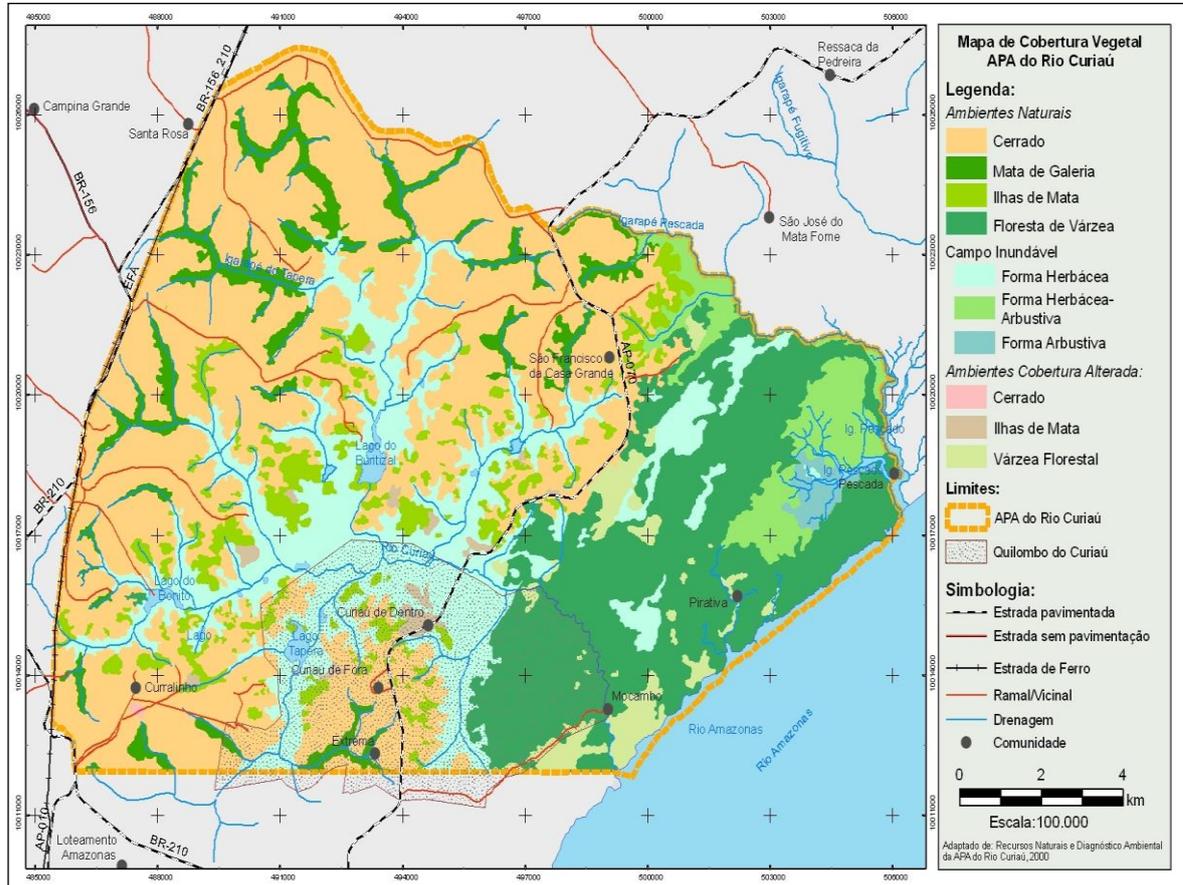
<sup>32</sup> Amplamente utilizadas na fabricação de móveis e na construção civil da região.

<sup>33</sup> Cerrado, floresta de várzea e campos inundáveis. Mais: Acevedo Marin et al. (2010, p. 170) descreve como elementos do ecossistema o “[...] rio, várzeas, lago, poços, ilhas de vegetação, floresta, ilhas de mata, ilhas de roça e quintais”.

<sup>34</sup> Cerrado, floresta de várzea, matas de galerias e ilhas de mata.

referências a estes espaços, dependendo do contexto, ora serão citados os ecossistemas, outrora os ambientes naturais, contanto que devidamente esclarecidos, principalmente quando dos desdobramentos ambientais abordados no Capítulo 5.

Mapa 2 – Caracterização dos ambientes naturais da APA do rio Curiaú.



Fonte: SEMA-AP (2000).

A Foto 1, em seguida, permite o contato visual de alguns dos usos pertinentes aos ambientes mapeados acima. A abertura da rodovia AP 070 (Fotografia 1), em 1980, representa um “divisor de águas” (TRINDADE, 1999) no que respeita o usufruto dos recursos neste território. Ao lado leste da rodovia predominam as áreas inundáveis, enquanto que na parte oeste tem-se a presença maior da terra-firme.

As ilhas de mata e os poços que também compõem a paisagem natural da APA estão entre os sistemas ecológicos privilegiados pelas famílias (QUEIROZ, 2007). De um lado por oferecerem os recursos necessários às suas estratégias de sobrevivência e, de outro, por se apresentarem como parte de um universo de significados e situações representadas pelo dia-a-dia do grupo social (ACEVEDO-MARIN, 1997; TRINDADE, 1999). Assim, a exemplo do

que acontece em Curiaú, para cada lago<sup>35</sup>, poços<sup>36</sup> e ilhas de mata<sup>37</sup> existe a atribuição de um nome, o qual alude geralmente a uma experiência simbólica vivida com o ambiente.

Fotografias 1, 2, 3 e 4: Usos e paisagens dos ambientes naturais na APA do Rio Curiaú.



Fonte: Autoria própria (2012).

Pelos registros das Fotografias 1, 2, 3 e 4, além da questão da estrada já mencionada, observa-se a criação de búfalos de modo extensivo ao longo da área de inundação do rio Curiaú, bem como um aglomerado de vegetação que caracteriza as ilhas de mata, ao fundo (Fotografia 2). A Fotografia 3 foi capturada no ambiente de várzea de Pirativa, de onde é possível identificar a densidade e a diversidade florística com certa predominância de açazeiros nesta área. E a Fotografia 4 mostra uma produção pequena de hortaliças com aproveitamento da área de cerrado em Currealinho.

Nas pesquisas de Acevedo-Marin (1997), Queiroz (2007) e Trindade (1999) cita-se a dinâmica de envolvimento dos moradores da vila de Curiaú com seus respectivos quintais.

Os quintais também são espaços do território quilombola que possuem função de uso importante para as estratégias de sobrevivência das famílias. Utilizados para a plantação de mandioca e de algumas espécies frutíferas como laranja, tangerina, maracujá, goiaba, caju [...] os quintais são também os ambientes mais explorados, pois são os locais de maior contato com a família e, em contraste com os quintais na zona urbana, os mesmos dispõem

<sup>35</sup> Tapera, Bonito e Buritizal.

<sup>36</sup> Buritizal, Caju, Tapera, Manoel Filipe, Jacaré, Malhada, Lantejão, Maré, Inferno e Açai.

<sup>37</sup> Ilhas Grande, Piauí, da Capivara, do Cipó, das Flores, das Pedras, do Caju, do Zé Carlos, do Máximo, da Castanha, da Formiga, dos Nambus, da Justina, dos Carneiros, dos Ratos, do Meio, da Passagem, da Lianda, do Portugal e do Dezenove.

de área considerável em tamanho, onde são plantadas espécies também condimentares, aromáticas e medicinais. (QUEIROZ, 2007.p. 44)

Nesse contexto, a preocupação com a manutenção da sustentabilidade da produção local estava assentada no modelo tradicional de agricultura migratória (*shifiting cultivation*) de corte e queima (*slash and burn*), mas que recentemente, por intermédio da SEMA-AP, esta prática foi reduzida expressivamente<sup>38</sup>.

Não obstante o objetivo central desta pesquisa seja investigar o quanto e como que os constructos tradicionais da cultura local, seu fortalecimento e valorização possibilitam o desenvolvimento sustentável na APA do rio Curiaú, optou-se por não elaborar uma cartografia simbólica<sup>39</sup> relacionada à questão. Destarte, os termos técnicos explorados na caracterização da área de estudo voltam-se para a ampliação do conhecimento científico acerca da estrutura ecológica e ambiental ali presente. Logo, isso também é passível de apreensão cognitiva por parte dos moradores locais, pois estes estabelecem seguramente a diferença entre várzea e cerrado, por exemplo, e no caso do relato abaixo.

O que nossos antepassados, não sabiam ler nem escrever, mas deixaram uma história pra nós. Primeiro com um terreno pra nós ficar numa boa, que ele é alto e é cobijado por todos e cercado de lago. Você vê ali naquela iluminaria, naquela ilha pra cá é lago, tudo isso aqui é lago. Nos temos um teso aqui e muito bonito. (Joaquim Araújo da Paixão, 69 – Entrevista realizada em 03/07/2012)

Como se pode constatar, a percepção ambiental por parte deste morador atribui um reconhecimento da paisagem local como fruto de suas experiências históricas e geográficas. Isso acontece quando o mesmo identifica “um terreno alto cercado por lagos”, a ilha (que seria a ilha de mata avistada ao longe, como na Fotografia 2) e o teso.

Assim, mesmo não georreferenciando a territorialidade cultural da população local, seus engajamentos, manifestações, comportamentos, intencionalidades, valores, representatividades, entre outros, o que ora é apresentado, são ferramentas suficientes para prover soluções à problemática aqui posta. Nessa perspectiva, as entrevistas, os registros

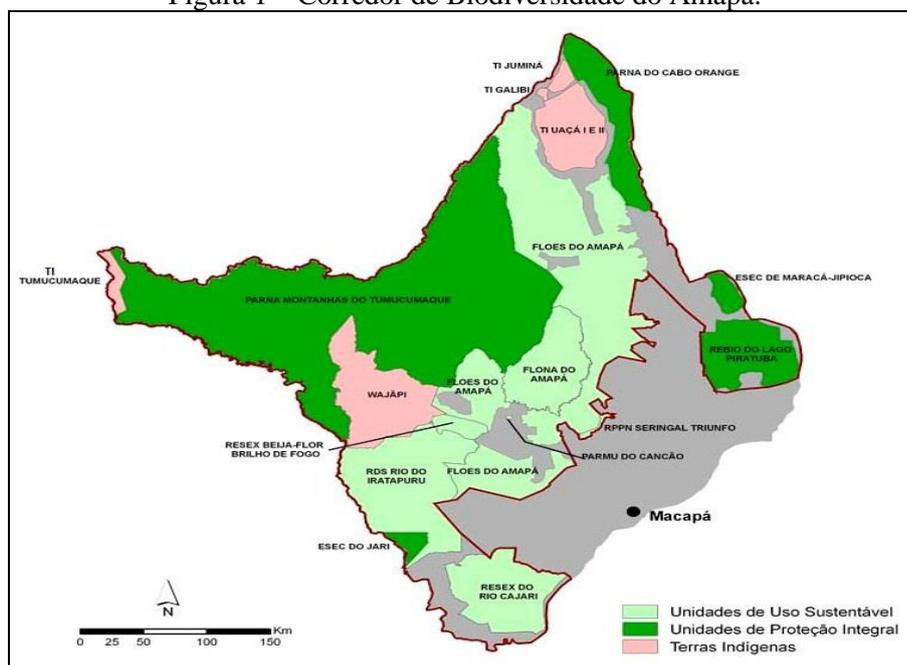
<sup>38</sup> Em contraponto a esta ideia de que o modelo de agricultura adotado na Amazônia historicamente por populações chamadas tradicionais, Hurtienne (2005. p. 28) enfatiza que “uma análise mais aprofundada mostra que não existe uma correlação clara ente a expansão da agricultura familiar e o desmatamento, porque as diversas formas de uso da terra estão ligadas a graus diferentes de sustentabilidade ambiental [...] a maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar não pode mais ser considerada como agricultura migratória de derruba e queima, mas como sistemas de produção agrícola complexos que incluem culturas perenes, árvores frutíferas, extração vegetal de produtos florestais não madeireiros, a pequena e a grande criação de gado”.

<sup>39</sup> No sentido da essência geográfica, pela tentativa de representar em mapas as significações dadas pelos sujeitos ao seu ambiente, como bem fez Trindade (1999) ao elaborar um croqui baseado na cartografia simbólica dos residentes em Curiaú.

fotográficos e as observações obtidas em campo são os pilares instrumentais principais que consolidam as argumentações sobre os fenômenos de territorialidade(s). Sem esquecer, então, das outras dimensões que se expressam enquanto territorialidade: dimensão política, econômica e ambiental.

Como posto na seção 2.4.1, onde tratou-se da questão ambiental no Estado do Amapá, é importante compreender a riqueza ecossistêmica que ora se protege via declaração internacional que institui o corredor de biodiversidade, conforme Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Corredor de Biodiversidade do Amapá.



Fonte: SEMA-AP (2012).

A figura evidencia a espacialização das áreas protegidas em todo Amapá. Note-se a existência de doze UC federais, cinco estaduais e duas municipais, além de cinco TI. Contudo, no quesito desmatamento, de acordo com dados de Amapá (2010b) a APA do Rio Curiaú foi a UC que apresentou maior índice no biênio 2007-2008, 44,76ha.

### 3.2 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS

A dimensão econômica das comunidades é baseada na criação de gado (bovino [*Bos taurus*] e bubalino [*Bubalus bubalis*]), agricultura de subsistência (produção de farinha de mandioca [*Manihot esculenta* Pohl], hortaliças, melancias [*Citrullus lanatus* (Thunb.)] e

maracujá [*Passiflora edulis*]), extrativismo animal (principalmente a caça) e vegetal (coleta do açaí e extração de madeira), pesca e turismo (AMAPÁ, 2010a; ATLAS, 2008; BRITO; DRUMMOND, 2007; TRINDADE, 1999; QUEIROZ, 2007). Embora muitos residentes também prestarem serviços na zona urbana de Macapá, a característica produtiva fundamental das comunidades são as atividades primárias com a finalidade de subsistência (em sua maioria).

Ultimamente esta característica fundamental tem competido com a existência de mecanismos mercadológicos de sobrevivência novos. Aumentaram desordenadamente o número de bares, restaurantes e pequenos comércios dentro da APA.

Mas não é o que estou lhe dizendo, as pessoas vive de bar, é casa noturna. É difícil meu amigo. As pessoas não fazem mais farinha, mas só querem viver de bar. Quando é fim de semana, noite, segunda feira o caboco vai traz duas caixas de tatuzinho, uma caixa de coisa, duas caixinhas de cerveja, coloca aí, aí passa o resto da semana todinha com a mão no queixo, esperando quem vai comprar. Ainda acha quem compra. Então, não fácil não meu amigo. (Joaquim Araújo da Paixão, 69 – Entrevista cedida em 03/07/2012)

Pelas argumentações acima é perceptível o reconhecimento do processo de perda dos costumes tradicionais. Por isso, é bastante visível nesta UC os enclaves territoriais que representam esta dinâmica, enquanto que na paisagem também é possível detectar o contraste socioespacial, por exemplo, entre a casa de farinha, *locus* de produção aos moldes tradicionais, e o bar, o qual, na parte das vezes, funciona como casa de shows.

A potencialidade turística engendrou por parte do poder público algumas ações de infraestrutura, tais como: o asfaltamento da rodovia do Curiaú (AP 070); a construção de um deck panorâmico acoplado com espaço para restaurante; loja de artesanato e adequação de um salão de beleza afro. O Centro de Cultura Local foi concebido para amostra da cultura das comunidades afro-descendentes, bem como o Espaço de Múltiplo Uso, equipamento turístico que permite a realização das manifestações culturais. Além da instalação de guaritas de apoio e fiscalização ambiental e placas de sinalização turística.

Ainda, segundo dados do Plano de Manejo, a População Economicamente Ativa (PEA) da APA tem a agricultura como principal fonte de renda, seguida do emprego no funcionalismo público e dos benefícios previdenciários – a renda média mensal por família não ultrapassa dois salários mínimos. De acordo com Brito (2003, p. 106), as condições sociais na APA são afetadas principalmente pelos problemas na educação e na saúde:

[...] as condições de educação nas seis comunidades são precárias, inclusive pela carência de professores e pelas dificuldades de acesso das crianças à escola [...] a saúde é mais grave. Em toda a APA existe apenas um posto de saúde, porém as condições de atendimento são péssimas, já que não existem médicos nem remédios.

Os níveis de escolaridade aprofundam tais preocupações (AMAPÁ, 2010a), pois, não chegam a oito no total da população, por exemplo, o número de pessoas com graduação.

No que diz respeito à posse da terra, a APA também enfrenta problemas graves, uma vez que, as terras reservadas às comunidades locais estão se reduzindo a pequenos aglomerados, imprensados por empreendimentos e propriedades particulares. A expansão da malha urbana cresceu, sobretudo, após a implantação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana que, além do aumento da especulação imobiliária, propiciou a ocupação e consequente degradação da área de entorno, ameaçando a integridade física e geográfica da APA (AMAPÁ, 2010a; ATLAS, 2008; BRITO, 2003; TRINDADE, 1999; QUEIROZ, 2007). É observável também, a ocorrência de furtos e o aumento da violência no local, isso devido à quantidade grande de bares e ao policiamento deficiente.

Neste ponto, há de se corroborar com Queiroz (2007. p. 60), pois, “as perdas territoriais ocorridas no Curiaú comprometem os recursos naturais necessários para a sobrevivência das famílias”. Mais, as áreas de ocupação no entorno do quilombo comprometem o modo de viver das famílias que passam a conviver com a ameaça de perdas materiais e simbólicas no seu território. Isso somado às condições precárias dos bairros mais recentes (Jardim I e II, Novo Horizonte<sup>40</sup>) formados sem implementação de políticas públicas necessárias a uma vida digna dos moradores da periferia urbana de Macapá.

Na ocasião da pesquisa de campo, pôde-se ter contato com uma situação de invasão desordenada de terras na APA. Segundo relatos, um grupo de agricultores, os quais geralmente desenvolvem suas atividades do outro lado da BR 210, iniciaram uma ocupação não autorizada às proximidades do Lago do Bonito com a intenção não somente de plantar em uma nova área, mas também de ter acesso à pesca no rio Curiaú e em seus lagos. Até agora não se sabe da solução para este caso.

No âmbito mais político e organizacional destaca-se a fragilidade das associações existentes (BRITO, 2003; BRITO; DRUMMOND, 2007). Contudo, em 2012, a existência de cinco associações regulares demonstra um possível fortalecimento desse mecanismo de gestão do espaço. Existem atualmente na APA: a Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo

---

<sup>40</sup> De acordo com o último Censo, este bairro é o segundo mais populoso de Macapá (IBGE, 2010).

do Curiaú (AMVQC), Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú (AMQC), Associação dos Moradores de São Francisco da Casa Grande (AMSFG), Associação dos Moradores da Comunidade Curralinho (AMCC) e Associação de Agricultores Familiares Agroextrativistas do rio Pirativa (AAERP).

Para Brito e Drummond (2007), no que se refere à alternativas e à propostas de soluções comunitárias

[...] fica evidente que em Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro e Extrema há maiores possibilidades materiais, verifica-se maior experiência organizativa, melhor trabalho em grupo e mesmo uma certa desenvoltura, talvez, em virtude do seu sucesso anterior na luta pela designação do território remanescente de quilombo (BRITO; DRUMMOND, 2007. p. 130).

Os mesmos autores salientam ainda que nas demais comunidades, o estímulo à participação deverá ter resultados diferentes, até mesmo pela condição social inerente a cada uma. No entanto, pode-se afirmar que em termos de representatividade a APA está fortalecida, pois das seis comunidades somente Pescada não tem uma associação.

É interessante dirimir que a AMQC abrange Curiaú (de dentro e de fora), Mocambo e Extrema (a lembrar que esta não pertence ao limites territoriais da APA). Porém, de modo geral, no aspecto construtivo de engajamento para promover melhorias de bem estar e qualidade de vida à população local, as associações carecem ainda de poder estratégico de articulação institucional interna e externa. Isso dificulta a implementação de projetos que visem a sustentabilidade ali.

### 3.3 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

Antes de se constituir como APA, esta carrega consigo uma formação histórica e cultural que acompanha o período de ocupação européia na Amazônia, num contexto de conflitos, exploração e apropriação das riquezas naturais e de terras, datados desde o século XIV. Muito embora já existam pesquisas excelentes que tratam do espaço curiauíense, as mesmas se detêm significativamente apenas em duas comunidades: Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora. As demais comunidades pertencentes à APA ainda apresentam uma produção científica mínima.

Todavia, as investigações de Trindade (1999) são de riqueza extrema para coleta de material histórico e cultural acerca do Curiaú (de Dentro e de Fora). Nestas, a autora caracteriza a memória social quilombola como via de construção da identidade local, elencando as estratégias de construção e ocupação do território com ênfase na análise das relações de parentesco. Destarte, permite entender que no território são construídas as redes de sociabilidade<sup>41</sup> materializada principalmente em relações de parentesco, e ainda cita uma “resignificação do espaço” dada pelas dinâmicas política, econômica, ecologicoambiental e sociocultural recentes.

Imerso na dinâmica estratégica de construção de fortes para proteção do território até então português, tal espaço permitiu a concentração de mão de obra escrava negra para a edificação da Fortaleza de São José em Macapá. A partir de então, a fuga de escravos tornou-se corrente para áreas ali próximas, ocasionando a aglomeração desses negros em quilombos, dando origem às comunidades atuais pertencentes à APA (ACEVEDO-MARIN, 1997; BRITO, 2003; QUEIROZ, 2007; TRINDADE, 1999). Embora outra versão relate que “[...] um casal de origem africana e seus sete escravos chegaram de canoa através do rio Pedreira, trazendo gado [...]” (SILVA, 2000. p. 9) e, uma vez alocados, iniciaram o povoamento da área.

Com efeito, as comunidades apresentam perfil etnocultural singular (ACEVEDO-MARIN, 1997; TRINDADE, 1999). Na condição de comunidade remanescente de quilombo afro-brasileiro, as comunidades do Curiaú preservam ainda valores e tradições desta cultura. São destaques a musicalidade (bataque e marabaixo); instrumentos (pandeiro, caixa, tambor); dança; comidas típicas; festividades religiosas; forte relacionamento com a terra e com os recursos naturais, como o uso de plantas medicinais.

Neste momento, o destaque pela valorização e fortalecimento cultural via (re)produções do bataque e do marabaixo é central. Recentemente, artistas populares locais envidam esforços intensos para registrar de modo formal os ritmos que caracterizam tais aspectos simbólicos, por meio da elaboração de partituras e criação de acervos musicais. Isto parece claro segundo o Projeto Alé implementado pela Associação Cultural e Social Placa (PLACA), o qual defende que “[...] a construção do futuro cultural do povo amapaense se faz através de seus referenciais dos usos e costume de seus antepassados, resgatando e guardando

---

<sup>41</sup> De acordo com Rodrigues (2008. p. 55), sociabilidade é uma “[...] forma autônoma ou lúdica de socialização, uma forma de interação entre iguais, sem qualquer propósito objetivo ou conteúdo determinado, onde a conversa e o lúdico tornam-se um fim em si mesmo. Para tornar possível o *jogo da sociabilidade*, os indivíduos devem se despojar dos conteúdos objetivos e subjetivos que os definem na estrutura social mais ampla, e entregar-se ao jogo lúdico e afetivo das interações, ao impulso da sociabilidade.”

para as próximas gerações a memória de seus ritmos, músicas e danças” (PROJETO ALÉ, 2010. s.n), o que reforça a identidade cultural do estado do Amapá.

O som do batuque é caracterizado pela execução percussiva à mão de dois, ou mais, pandeiros e dois tambores, “[...] um funcionando como amassador e o outro como repinicador” (SANTOS, 2002. p. 31). O amassador tem a função de marcar e segurar o tempo ou andamento da execução, enquanto que o repinicador tem execução mais livre, se destacando mais ao contratempo (“quebra”) da musicalidade. Estes instrumentos têm fabricação local a partir do uso de Polivinil Cloreto (PVC), ou do tronco do murumuruzeiro (*Astrocaryum murumuru Mart.*) ou do macaqueiro (*Parkia pendula Benth*), juntamente com a pele de carneiro (*Ovis aries*), ou de cobra (geralmente *Eunectes murinus*).

O marabaixo é diferenciado do batuque pela execução percussiva das caixas de marabaixo com baquetas, em cadência mais nostálgica (ou menos animada) do que o outro. Atualmente estas caixas são produzidas com o aproveitamento das embalagens de hortifrúti, oriundas das feiras e supermercados de Macapá, a pele de carneiro (*Ovis aries*) e o ipê (*Tabebuia chrysotricaha*), para fazer o aro da caixa. Ambos são acompanhados de suas respectivas danças, sendo a do marabaixo apresentada em performance mais comedida (movimentos curtos, com semblantes tristes) e a do batuque de modo mais livre e animada.

A origem da nomenclatura Marabaixo tem uma diversidade de definições (BOYER, 2008; QUINTELA, 1992; VIDEIRA, 2009). No entanto, sua vinculação forte à dança e musicalidade de raízes afro denota a resistência cultural e histórica quanto à identidade negra no Amapá. Videira (2009) defende que os festejos acompanhados de batuques e marabaixos comportam valores<sup>42</sup> que, por vezes, significam um retorno à autoimagem, à africanidade, saberes ancestrais, orgulho de onde e de quem são e constituem positivamente a identidade étnica do ser aquilombado no “Cria-ú”<sup>43</sup>.

Tais considerações lembram que a música/musicalidade de um local pode trazer imagens dele. Para Kong (2009. p. 154), a música também é um meio para as pessoas comunicarem suas experiências ambientais – tanto as cotidianas como aquelas fora do comum.

Como uma forma de comunicação cultural, a música é, portanto, um meio pelo qual identidades são (des)construídas, e uma análise do papel da música na (des)construção de identidades é muito útil para sublinhar a ideia de que

<sup>42</sup> Nesta direção e ainda segundo Videira (*id.*), tais festejos não são realizados no Curiaú para fins de espetáculo e nem tampouco são repetições miméticas de movimentos corpóreos.

<sup>43</sup> O termo “Cria-ú” data das origens do povoamento daquele local, o qual se remete ao criar (equivalente a “Curi”) do gado (“mu” – som característico de ruminantes).

muitas das categorias que consideramos “naturais” e imutáveis são de fato produto de processos que estão incrustados nas ações e escolhas humanas.

Ainda para a autora, muitas vezes a construção e o fortalecimento de identidades são possíveis por meio dos textos musicais (o ritmo, as letras e os estilos), dos intertextos (pôsteres, videoclipes, camisetas e outros matérias, o estilo de se vestir) e das atividades artísticas locais.

Numa abordagem conceitual sobre identidade, Castells (2003. p. 23) salienta que a identidade é a fonte de significado e experiência de um povo. Esta construção de significado<sup>44</sup> é vista como um processo baseado em atributo(s) cultural(ais) inter-relacionado(s), o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Logo, as identidades constituem “fontes de significados para os próprios atores, por eles originados, e construídos por meio de um processo de individuação” ou auto-reconhecimento.

Nesse sentido, a existência de atributos culturais inter-relacionados compreendidos principalmente na produção artística da musicalidade afro, na manifestação simbólica da dança e nas práticas festivas regularmente nas comunidades, representam “fontes de significados” para os atores sociais envolvidos no movimento. Isso reflete o que o autor chama de “covariação sistêmica entre espaço e cultura”.

[...] As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre seus vizinhos. Por outro lado, identidades locais entram em intersecção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas. (CASTELLS, 2003, p. 79).

Desse modo, percebe-se o processo em voga de (re)construção de identidades vivido na APA a partir das intersecções externas às comunidades, primordialmente no que respeita ao comportamento econômico não tradicional. Pois, compreende-se também, como Haesbaert (1999, p. 175), “[...] é no encontro ou no embate com o Outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isto, ao mesmo tempo pode promover tanto o diálogo quanto o conflito com o Outro”. Portanto, as identidades implicam uma busca do “reconhecimento” que se faz frente à “alteridade”.

As Fotografias 5 e 6, adiante, apontam as diferenças básicas da reprodução da musicalidade local. Como é possível observar, tanto crianças, quanto jovens e adultos são sujeitos no engajamento de um fortalecimento e valorização cultural na comunidade do

---

<sup>44</sup> Identificação simbólica por parte de um ator social da finalidade da ação praticada por tal ator (CASTELLS, 2003. p. 22).

Curiaú. Este *mixing* de gerações também denota o próprio repasse de tradições ao longo da história dos afrodescendentes na APA.

Fotografias 5 e 6 – Diferença instrumental entre batuque e marabaixo.



Fonte: Autoria própria (2012) e Ligia Simonian (2011).

Dois outros projetos de tentativa de fortalecimento e valorização cultural são correntes nesta UC. São estes: o Projeto Tambor no Quilombo, implantado pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e o Projeto Tambores Quilombo do Curiaú, criado pela Associação Cultural e Social Placa (PLACA). Efetivou-se o Projeto Frutos e Sementes em 2011, também sob a organização da PLACA, com apoio do Ministério da Cultura (MINC), bem como o Projeto Aiô Folia que promove o carnaval com musicalidades inerentes ao Amapá, assim, durante esse festejo o batuque e o marabaixo participam com a apresentação de grupos locais.

Sem dúvida alguma as festividades também são a materialização do poder cultural que emana nesta UC. Das seis comunidades, somente Mocambo e Pirativa não apresentam festas tradicionais. Nas demais, é até possível montar um calendário anual (Quadro 2).

Conforme se depreende de Trindade (1999), todo esse arcabouço festivo denota uma função importante de coesão social, mas que também revela tensões e conflitos, por traduzir a maneira como o grupo constrói o poder político e religioso naquele território. Em sua pesquisa a autora detalha a festa de São Joaquim, padroeiro da comunidade de Curiaú, demonstrando a força simbólica das rezas de ladainhas (inclusive em latim) e dos “ladrões”<sup>45</sup>.

<sup>45</sup> De acordo com Trindade (1999, p. 85) “[...] Os ladrões constituem um dos ‘lugares da memória’, por se encarregar de passar de geração em geração as histórias, os acontecimentos, e sobretudo reatualizar a memória,

Outrossim, pode-se aqui redimensionar a análise do “tempo das águas cheias”, figurado na memória social dos moradores mais antigos, ao contraste do tempo acelerado da acumulação capitalista que se impõe no TQ Curiaú atualmente.

Quadro 2 – Calendário de festividades na APA do Rio Curiaú

Mês	Comunidade	Festividade <sup>46</sup>
Janeiro	Curiaú	São Sebastião
Fevereiro	Curiaú	São Lázaro
Abril	Curiaú Pescada	Santo Expedito São Jorge
Maiο	Curiaú	Santa Maria
Junho	Curiaú	
Agosto	Curiaú Currealinho	São Joaquim São Raimundo
Outubro	Casa Grande	São Francisco
Dezembro	Curiaú	N. Sra. Conceição, Gugadalupe e São Tomé

Fonte: Santos (2012)

Igualmente, Di Méo (2001 apud Bezerra, 2008) ressalta a dimensão identitária que as festas condensam, pois, um dos significados da festa está no seu poder de mobilizar ou forçar as identidades em nível sociogeográfico. Uma vez que, seu significado profundo, suas manifestações, a liturgia de seu desenvolvimento, os discursos e os mitos mantêm trabalhando, de perto, ou de longe, a unidade e a identidade social. E outro aspecto riquíssimo da cultura local é o vínculo forte com as atividades produtivas de subsistência.

Dentre estas tem-se a produção de farinha, a criação de animais de porte pequeno e de búfalo (*Bubalus bubalis*), o extrativismo vegetal e o animal. Na produção de farinha, Silva (2004) aponta que no plantio da mandioca era costume realizar o mutirão (pichurum) com todas as famílias da comunidade, e o pagamento deles era a própria comida: feijoada suculenta e bebida alcoólica (gengibirra)<sup>47</sup>. A culinária local deriva dessas atividades produtivas, então, os seus consumos alimentícios são caracterizados pelos pratos de peixes, açaí, mingaus, bolos, entre outros.

Na próxima subseção, serão tecidas algumas impressões sobre duas comunidades pouco conhecidas quanto ao ambiente, a sua geografia, história, cultura, economia e sociedade.

---

pois tem o poder performático de expressar o cotidiano pela oralidade, constituindo-se, portanto, em um veículo de legitimação de uma identidade social.”

<sup>46</sup> Todas de natureza religiosa.

<sup>47</sup> Mistura líquida de cachaça com gengibre (*Zingiber officinale*) triturado.

### 3.4 CARACTERÍSTICAS GEOHISTÓRICAS DE PESCADA E PIRATIVA: CONSIDERAÇÕES BREVES

Ao longo das investigações acerca das dinâmicas de (re)produção do espaço que atualmente constitui a APA do Rio Curiaú, notou-se que parte grande do que se tem em documentos científicos elucidam muito mais o conhecimento das áreas próximas ao lago do rio Curiaú. Este conhecimento se estende um pouco para a área da comunidade de Casa Grande, pois a mesma obedece igualmente à lógica de ocupação quilombola ocorrida ali, e para a área da comunidade Curralinho, na qual também esse processo se desencadeou (SANTOS, 2012). São comunidades, portanto, que estabeleceram e fixaram seus núcleos populacionais, sobretudo, na terra firme, neste caso, na área de cerrado da UC.

Neste contexto, Mocambo, Pescada e Pirativa são comunidades que pertencem a APA, mas que estão localizadas na área de várzea (como a própria SEMA-AP atribui). E a produção científica a respeito destas áreas é pífia. Logo, serão elencadas aqui algumas características geo-históricas de referência às comunidades de Pescada e Pirativa, com base nas informações coletadas em campo.

A priori, é importante esclarecer que sobre Mocambo, embora esteja em área de várzea, não há a necessidade de maiores aprofundamentos geográficos e históricos. Pois, a mesma situa-se enquanto área remanescente de quilombo abrangida pelo Título de Reconhecimento nº. 1/99 do INCRA. Contudo, a título de esclarecimentos, é uma porção do território que fica às margens do rio Curiaú, bem próximo à sua jusante, com pelo menos doze imóveis de madeira distribuídos na margem direita; apresenta um domicílio que ao mesmo tempo é bar, restaurante e taberna.

Este ponto comercial fica exatamente no limite do ramal que dá acesso por terra a esta APA. O mesmo funciona como espaço de lazer e entretenimento às pessoas da periferia urbana de Macapá que se dirigem até lá. Embora a economia de Mocambo (que é conhecida popularmente como Curiaú Mirim) esteja afincada em pesca (o trânsito de embarcações é frequente ali), extração de açúcar<sup>48</sup> e pequena produção agrícola para subsistência.

Na maioria das informações coletadas diretamente com os moradores, identificou-se que os problemas mais acentuados estão relacionados à precariedade do saneamento básico, caracterizada pela inexistência de fossas sépticas<sup>49</sup> e água encanada, às dificuldades de comunicação telefônica e acessibilidade pelo ramal. De acordo com o líder comunitário,

---

<sup>48</sup> No local ocorre também o desembarque do produto para comercialização com os batedores.

<sup>49</sup> Das oito casas visitadas somente uma possuía este tipo de equipamento sanitário (SANTOS, 2012. n.d.c.)

existem por volta de 17 residências em Mocambo. Todas com padrões estruturais muito semelhantes, pois, são estrategicamente construídas em adaptação com o ambiente de várzea.

Os registros fotográficos abaixo (Fotografia 7) ajudam a visualizar as características paisagísticas da comunidade e, então, compreender um pouco sobre o modo de vida da população local. O ramal que dá acesso a Mocambo não é asfaltado, o que gera em alguns moradores o desejo de usufruí-lo em condições melhores, a conexão entre as residências são feitas por trilhas abertas próximas à margem do rio, com mobilidade espacial complexa. Ainda assim, os conteúdos ambientais são bastante preservados, apoiados pela conscientização ecológica dos residentes que, mesmo sem saberem do funcionamento real de uma UC, acabam sendo parceiros imprescindíveis na garantia da sustentabilidade.

Fotografia 7 – Vistas da comunidade Mocambo.



Fonte: Autoria própria (2012).

Diga-se, *en passant*, que a placa indicando uma espécie de “corredor ecológico” não condiz com a realidade. Talvez a SEMA-AP e a AMCEL tenham tido dificuldades conceituais a respeito desta definição. Em consonância com o SNUC corredores ecológicos são:

Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

Destarte, o que se presencia no ramal não converge com o descrito na Lei 9985/00, sinalizando, enfim, um dos pontos da fraqueza institucional em nível administrativo, precisamente na questão da formação de capital humano capacitado para abordar os conceitos relacionados à UC. Tal aspecto será esclarecido adiante no item 5.2.

### 3.4.1 Pescada

Segundo relato de Osório Gonçalves de Paula, 70, residente nesta comunidade desde 1985, primeiramente esta área pertencia a um proprietário de terras chamado Antônio Pinheiro. Em seguida passou a ser propriedade de “Pirizinho”, depois, de Lis Araújo, João Figueiredo e, por fim, de Juvenal. Em sua narrativa, o Senhor Osório deixa transparecer que se trata de cinco períodos<sup>50</sup> existentes antes da sua chegada para prestar serviços ao então proprietário Juvenal.

Desse modo, como um dos principais representantes deste sexto período de ocupação da área, este morador informou a existência de pelo menos nove famílias residentes na comunidade. O mesmo sobressaltou uma confusão geográfica relacionada aos nomes dos rios que dão acesso a Pescada, por parte de quem vem de fora. Existem três rios: o Vaquejador, por onde se escoava o gado, o Igarapé Novo, mais à dentro, e o Pescada, que dá nome à comunidade.

Os rios Vaquejador e Pescada confluem tornando-se único antes de encontrarem com o rio Amazonas na sua foz. E para exemplificar a diferença, o entrevistado fez questão de identificar que mora às margens do Vaquejador, e que somente do outro lado que está localizado o rio Pescada. No entanto, é precioso argumentar que as cartografias existentes na SEMA-AP atribuem de modo correto somente nome ao rio Pescada, como o próprio morador apontou, mas dificilmente identifica-se nestas cartografias a referência aos outros dois rios.

A Foto 4, mais a frente, captura o momento de interação hidrográfica das jusantes dos rios Pescada e Vaquejador. Chama atenção, ainda na imagem, o registro de uma das residências locais, que revela o tipo de instalação habitacional dali, adaptada ao ambiente de várzea como em Mocambo, e mesmo em Pirativa. É válido ressaltar que a maioria das casas das nove famílias habitantes da área são distantes umas das outras e, embora existam trilhas

---

<sup>50</sup> Nas falas não fica claro se estes proprietários têm graus de parentesco entre si.

de conexão entre elas, o contato entre os moradores, no sentido de uma convivência mais intensa, não é cotidiano.

Nesse sentido, um dos fatores que limitam a criação de uma associação, por exemplo, na comunidade é justamente a dispersão dos moradores ao longo do território. Outro fator é o número reduzido de associados que possivelmente participariam de uma fundação institucional nesses moldes, e, por último, a própria desinformação a respeito desse tipo de organização social. Por sua vez, essa tem bases culturais consolidadas, o que demanda diálogos mais presentes e consistentes entre tais sujeitos, isso para se constituir um mecanismo coletivo de força ampla quando das objeções dos interesses comunitários frente ao poder público que dali é muito ausente.

Fotografia 8 – Características paisagísticas e locais em Pescada.



Fonte: Autoria própria (2012).

Da maneira como ocorre o ambiente natural e social em Pescada, a conferir na imagem acima, não é difícil conjecturar que o acesso e as intervenções de políticas públicas sejam escassos. A esclarecer, para funcionar o sistema educacional, de quinta a oitava série, é necessário o deslocamento de barco até outras comunidades como Carapanatuba, enquanto que as etapas do ensino médio são cumpridas em Macapá. Todo esse contexto origina uma postura de reivindicações para que o ensino médio seja realizado em escola mais próxima.

No âmbito cultural, mesmo com as ingerências locais já apontadas, a comunidade homenageia o seu padroeiro São Jorge. Essa festividade ocorre no mês de Abril e conta com celebrações religiosas durante uma semana, almoço coletivo custeado pelos

próprios moradores, no dia 23, e cobertura sonora de aparelhagem. Nesses dias, há um fluxo maior de pessoas estranhas à comunidade, por isso, o reforço policial é acionado para garantir a segurança do evento.

Relativo à economia, os mecanismos de produção, circulação e consumo estão baseados na pesca, pequena agricultura de subsistência e extração de açaí. Esse último deveria ter sua produtividade melhorada a partir da implantação de manejo apropriado, o que é um desejo forte dos produtores locais, mas em meio às dificuldades de ordem política já citadas aqui, isso ainda não é possível. E mais uma vez, o que existe de sustentabilidade parte do próprio engajamento e do saber local, ora prevalecendo sobre as invasões que os açazais sofrem, ora sucumbindo a esse tipo de pressão externa, como será visto mais adiante, na subsecção 4.4.

Fotografia 9 – Capela e escola de ensino infantil em Pescada.



Fonte: Autoria própria (2012).

A imagem acima ilustra mais a forma de habitação local, como imóveis na maioria construídos de madeira, com piso sobrelevado, conectados por passarelas de estivas. É perceptível também que o contato com a natureza nesse ambiente é muito particular; assim, na presença imanente daquilo que o ser humano não criou, aponta-se que mesmo sem intervenções políticas maiores o *modus vivendis e operandi* possibilita a sustentabilidade. Ainda que ínfima, essa permite o uso dos recursos sem danos incisivos, e muita das vezes irreversíveis, ao meio ambiente, como ocorre timidamente em Pescada.

A energia elétrica que vem do Curiaú chega até à comunidade por meio de fios e postes implantados dentro da mata. Ainda, o sistema de esgoto sanitário é precário e apresenta

ausência total de fossas sépticas. Na mesma direção, acontece com o consumo de água potável que é extremamente dificultado pela inexistência de sistemas de abastecimento, cabendo aos desdobramentos de práticas tradicionais como beber água do pote, coletada do poço e filtrada com panos.

Neste momento, um esclarecimento metodológico se faz necessário. O acesso à comunidade é somente por via aquática, logo, a pesquisa neste dia de campo dependeu do comportamento da maré que influencia diretamente no tempo de deslocamento de uma área para outra. Chegou-se em Pescada por volta das 14 horas, isso após a visitação em Pirativa e em outra comunidade mais distante chamada de Fugido,<sup>51</sup> sendo que às 15 horas a natureza já impunha o retorno devido à vazante da maré.

Nessa perspectiva, o que foi relatado aqui deriva de um diálogo com um morador local, que juntamente com sua família (cinco pessoas), ajudou a construir esta escrita. Certamente que uma investigação com suporte técnico maior seja um empreendimento científico necessário, o que se pensa fazer *a posteriori*. Porém, buscou-se elencar, mesmo com tais limitações, *en passant*, alguns aspectos relacionados à cultura, economia e meio ambiente, especialmente.

### 3.4.2 Pirativa

Nesta comunidade, aproveitando as argumentações metodológicas alhures, pela oportunidade de permanência nela entre nove horas da manhã e meio dia, coletou-se um número de informações maior. Contudo, devido suas características naturais obedecer igualmente às dinâmicas de ambiente de várzea, detectou-se aspectos muito semelhantes aos encontrados em Pescada e em Mocambo. Por exemplo, a economia comporta-se quase que de maneira idêntica, ou seja, com produção intensa de açaí, agricultura de subsistência de porte

---

<sup>51</sup> A visita na comunidade Fugido deu-se por motivos de esclarecimentos sobre a inclusão desta área nos limites territoriais da APA. Caso de especulação por parte de moradores locais e também de outros moradores. Por isso, deslocou-se até seu núcleo populacional, localizado na margem esquerda do igarapé Fugitivo, e, com o auxílio de um Global Positioning System (GPS), conferiu-se as coordenadas geográficas para comparar com as delimitações descritas no Plano de Manejo da APA do Rio Curiaú. Constatou-se, portanto, que a referida comunidade não pertence territorialmente à Unidade de Conservação em questão.

pequeno e pesca – salvo uma situação comercial eminente derivada da produção de cana de açúcar<sup>52</sup> que é fornecida ao mercado amapaense.

Em contato com José Maria Nunes Pereira, 73 anos, um dos mais antigos ali, descobriu-se que a origem da comunidade remonta de uma das propriedades do casal Isaac Alcolumbre e Alegria Peres Alcolumbre, ambos judeus. Alegria é descendente de Salomão Peres e Syme Gabbay Peres, casal reconhecidíssimo no Amapá por conta do sucesso empresarial obtido no início do século XX, e deu continuidade ao empreendimento dos pais já na metade do século, após a união com Isaac Alcolumbre (BARBOSA, 2002). Nesse sentido, até hoje a família Alcolumbre possui bastante prestígio social no estado e no país, também devido aos investimentos na carreira política de alguns de seus membros.

O Senhor “Zeca” Pereira, como é conhecido popularmente, nasceu nestas terras e é descendente de um migrante maranhense que prestava serviço para a família Alcolumbre. Hoje, Pirativa é habitada por pelo menos 40 famílias<sup>53</sup> e cerca de 130 pessoas, distribuídas espacialmente ao longo da borda dos igarapés que constituem a comunidade. As moradias são típicas de população ribeirinha na Amazônia (TRINDADE JÚNIOR, 2010), tradicionalmente adequadas ao ambiente de várzea, como as de Pescada.

Fotografia 10 – Impressões ambientais em Pirativa.



Fonte: A autoria própria (2012).

<sup>52</sup> Na área de plantio da cana, os produtores diversificam a produção cultivando outras espécies vegetais como a banana e o cupuaçu.

<sup>53</sup> Em 1983 esse número era de apenas três famílias (SANTOS, 2012).

Os registros imagéticos acima denotam toda a peculiaridade do *modus vivendi* em Pirativa. Dentro dessa perspectiva, ao tangenciar Trindade Júnior (2010), é possível compreender que a interação funcional entre comunidade e natureza, na qual a circulação fluvial, a subsistência material, a utilização lúdica e simbólica dos rios, apresenta-se como enraizamentos socioeconômicos e culturais exímios. Assim, obedecer às “vontades” temporais e espaciais do rio é prática fundamental para sobrevivência e, por isso, essas formas e objetos são tão comuns na paisagem local: terreno alagado, floresta densa, embarcações, passarela de estivas, casas sobrelevadas, entre outros.

A Fotografia 8 revela um pouco do cotidiano da líder comunitária. No momento da pesquisa foi oportuno adentrar em sua residência provisória em uma embarcação atracada à margem esquerda do rio Pirativa. Assim, percebeu-se o quanto o vínculo com seu *modus vivendi* é fortalecido por não sucumbir a uma dificuldade material que é se abrigar em uma casa edificada na borda do rio, como as demais.

Nesse momento também foi revelador o degustar de um café produzido com cevada (*Hordeum vulgare*). Esse tipo de bebida tem a ver com questões religiosas do local (como será visto adiante). Fato que remonta às interconexões culturais que se materializam no território a partir do contato com outras culturas.

No âmbito político e organizacional, existe a Associação de Agricultores Familiares Agroextrativistas do rio Pirativa (AAERP) que é responsável pelos discernimentos das ações internas e externas as quais interferem na comunidade. Segundo a presidente dessa Associação, as aproximações institucionais são fracas e só se fazem presentes quando acionadas pela AAERP, inclusive a SEMA-AP que deveria ter uma frequência maior na área por ser a Secretaria do Estado que gere a APA. Nesse contexto, alguns projetos ainda são intenções que partem da AAERP para ajudar o desenvolvimento local<sup>54</sup>.

Ainda, é de destacar-se que a existência de uma Associação não corresponde à certeza de fortalecimento institucional. Sem interações institucionais a promoção da sustentabilidade é objetivo quase que inalcançável. Ainda mais que a AAERP não tem cadeira no Conselho Gestor da APA da qual faz parte, o que também demonstra a fragilidade da SEMA-AP neste quesito.

Desta situação, o que se pode comprovar de positivo é uma dada coesão de articulação intracomunitária como resultado da convergência de interesses mútuos. Mediados por um

---

<sup>54</sup> Dentre esses, identificou-se um voltado para a criação de um estaleiro para fabricação e consertos de barcos, outro para a produção de polpa de taperebá (*Spondias mombin* L.) e manga (*Mangifera indica* L.), outro envolvendo manejo de açazais e outro sobre a coleta de sementes de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl).

processo democrático de vínculo cultural local muito eminente. Isso tudo viabilizou, por exemplo, a chegada da energia elétrica, a implantação de 1.100 metros de passarelas, curso de habilitação naval, implantação do projeto barco-motor em parceria com o RURAP, entre outros.

No que se refere aos vínculos culturais, a comunidade apresenta uma singularidade que a diferencia das demais. Por ser uma população em que a maioria aderiu aos preceitos evangélicos, mais precisamente à doutrina adventista e suas correntes, não existem festividades e nem local para eventos de grande concentração de pessoas. Logo, as construções artístico-musicais tão presentes na área de cerrado não são reproduzidas aqui e a parcela católica que ainda opta por festas se desloca até outra comunidade.

As Fotografias 11 e 12, abaixo, mostram a presença institucional da Igreja Adventista e do Estado, esse por meio da escola de Ensino Infantil. Além da adaptação estrutural determinada pelo ambiente de várzea, relevante nessas instituições é o reflexo do diálogo entre Estado e Igreja, nesse caso, com objetivos sociais diferentes. O Estado tentando forjar uma educação voltada para o sucesso dos educandos no mercado de trabalho (LDB, 1996), sucesso esse eminentemente material, e a Igreja, ainda que se valha do papel do estado, está a formar sujeitos para uma riqueza imaterial ou espiritual<sup>55</sup>.

Fotografias 11 e 12 – Igreja Adventista e Escola de Ensino Infantil.



Fonte: Autoria própria (2012)

<sup>55</sup> Em campo soube-se da existência de três grupos religiosos principais: os Adventistas, os Adventistas da Reforma e Católicos. A corrente evangélica denominada Adventista da Reforma, presente desde a origem da comunidade, é considerada uma ala ortodoxa da congregação adventista por adotar práticas vegetarianas rigorosas, costumar usar roupas bem características, não consumir bebida alcóolica, entre outras.

A escola é uma das únicas construções em alvenaria encontradas na comunidade, o que sinaliza um pouco do potencial econômico baixo da população local, embora o mais adequado a esse tipo de ambiente sejam edificações de madeira mesmo. No quesito educacional, Pirativa enfrenta o problema de não ter o ensino do sexto ao nono ano, e do ensino médio por completo na própria comunidade. Essa questão incide no deslocamento dos estudantes até a escola José Bonifácio no Curiaú, sempre obedecendo ao regime de maré, o que dificulta a mobilidade espacial da população à outra comunidade, especialmente dos estudantes, pois têm horários a cumprir na escola.

Na dimensão ambiental, os prejuízos sociais estão mais relacionados ao despejo direto de resíduos nos igarapés, à erosão acentuada das margens dos rios provocada pelo tráfego de embarcações em alta velocidade, à potabilidade da água, à pesca irregular e ilegal, ao saneamento básico precário e à invasão dos açazais. Contudo, é uma comunidade com alto grau de preservação, onde é possível encontrar espécies vegetais centenárias, diversidade grande de animais,<sup>56</sup> variedade de frutas. Enfim, tudo proporcionado pela própria natureza que em consonância com as ações sustentáveis da população vem mantendo certo equilíbrio no ecossistema local.

Até aqui, elaborou-se apenas uma a caracterização geral da área de estudo. Além do mais, este capítulo elucidou algumas impressões sobre as duas comunidades sobre as quais menos tem produção científica a respeito e já iniciou a parte mais empírica da pesquisa. No próximo Capítulo abordam-se os desdobramentos culturais, políticos, econômicos e ambientais, em toda APA do Rio Curiaú.

---

<sup>56</sup> Não existe caça por parte dos moradores devido ao vínculo religioso da maioria deles.

#### 4 CULTURA, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO NA APA DO RIO CURIAÚ

Nesta dissertação, parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento pleno é um resultado do fortalecimento e valorização cultural de uma dada sociedade, neste caso, das seis comunidades situadas na APA do Rio Curiaú. Nesse processo, a questão da territorialidade emana como um conteúdo social que se expressa materialmente e imaterialmente no território, a partir de conflitos interpostos pelos interesses divergentes dos sujeitos envolvidos que ora julgam suas ações e seus planejamentos como os mais adequados para o bem estar coletivo. Portanto, a tarefa de se contemplar a sustentabilidade em todas as suas dimensões necessita da sinergia entre os envolvidos intra e extracomunitariamente.

A APA em questão é um espaço diferenciado pela sua origem afrodescendente ou quilombola. Seus aspectos principalmente culturais anunciam uma riqueza desmedida e convergem para um fortalecimento político, econômico e cultural das seis comunidades ali territorializadas. E isso muito embora existam conflitos internos e externos capazes de enfraquecer ou desarticular o engajamento cultural de seus residentes.

A formação de quilombos aconteceu há mais de três séculos no Brasil, dentro do modelo escravocrata pelo qual fora orientada a composição socioeconômica do período colonial e imperial (ALMEIDA, 1998; AMARAL, 2008; CONAQ, 2010; FREYRE, 1987).

Hoje, a existência de centenas de quilombos ou comunidades negras no interior do país revela o contingente de negros que aqui chegou e permaneceu; a intensidade da “fuga” e/ou da “luta por liberdade”; o déficit de desvantagem do seguimento negro no país que, por isso clama por políticas específicas; além de negar, de certa forma, as ideias predominantes de confraternização racial e democracia racial [...] A prática do quilombo se espalhou por todo o espaço social brasileiro, multiplicando sua face, criando uma diversidade de possibilidade, de mobilidade, de especificidade; essa multiplicidade dificulta uma caracterização única e fechada do que seja o *quilombo* (AMARAL, 2008, p. 105)

Desse modo, o quilombo do Curiaú apresenta-se enquanto uma das repercussões intraterritoriais vividas desde as origens históricas do país. Um “refúgio” resultante das condições deprimentes às quais a mão de obra escrava foi submetida durante a construção da Fortaleza de São José.

De acordo com O’Dwyer (2010, p. 42), os quilombos nem sempre foram resultados de fugas, movimentos insurrecionais ou rebelados, porém, incisivamente, “[...] consistem em

grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio”. Ainda para esse autor, a identidade destes grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas sim, pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade do grupo. Ainda conforme Acevedo, Castro (1998), O’Dwyer (2010), Queiroz (2007) e Trindade (1999), ao se observar a territorialidade destes, no sentido do uso e ocupação dos elementos essenciais do ecossistema, as práticas baseadas em laços de parentesco e vizinhança são pertinentes, com relações fortes de solidariedade e reciprocidade.

Em consonância com a maneira de apropriação de um espaço, a posse coletiva da terra configura um bem público das comunidades negras (CONAQ, 2010). Portanto, não se estabelece como bem ou propriedade privada de um de seus membros. Nesta perspectiva, o espaço ocupado pelos membros de um quilombo é e sempre foi de domínio e usufruto coletivo.

No que se refere ao termo quilombo e suas derivações de ordem semântica e morfológica, identifica-se igualmente algumas construções conceituais históricas (ACEVEDO, CASTRO, 1998; AMARAL, 2008; MMA, 2001). No entanto, com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), surge a acepção terminológica “remanescentes das comunidades dos quilombos” para aludir à população oriunda das habitações de negros fugidos durante o Brasil colonial e imperial (ALMEIDA, 1998). A partir desse momento, ainda de acordo com a Constituição, as terras ocupadas por estes afrodescendentes precisam ter a propriedade reconhecida definitivamente, cabendo ao Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Entretanto, somente onze anos depois é que o espaço curiaense é reconhecido oficialmente como TQ. Embora Acevedo-Marin (1997) e Acevedo-Marin et al. (2010) aleguem que este território estendia-se por aproximadamente 16000ha, o atual quilombo do Curiaú possui hoje pouco mais de três mil hectares. Logo, não é difícil de observar o processo de perdas territoriais pelo qual esta área passou e que a dinâmica de criação desta APA percebe, desde então, inúmeros entraves de ordem política, econômica, cultural e ambiental – o que será discutido em profundidade na subseção 4.2.1.

Como prevê o SNUC, esta APA possui um Conselho Gestor (CONGAR) presidido por um representante do governo estadual e mais 15 conselheiros que representam os interesses de comunidades locais e instituições governamentais e não governamentais. Esse

CONGAR delibera as ações que serão propostas e implementadas na APA<sup>57</sup>. Todavia, este instrumento de gestão carrega consigo um conteúdo que se expressa em conflitos, principalmente no momento das reuniões deliberativas, o que reflete, então, a manifestação das territorialidades que cada membro no Conselho representa<sup>58</sup>.

Somadas à constatação alhures, outras territorialidades lançam-se sobre a APA, tais como parceiros para realização de festas, para realização de projetos, empresas, outras secretarias do estado e do município e outras instituições são comumente identificadas em algumas intervenções diretas e indiretas neste espaço. Tudo depende da especificidade de cada atividade a ocorrer e do interesse corrente desses grupos externos ao controle do CONGAR. Assim, durante pesquisa em campo identificou-se exemplos de instituições que apresentam interferências/influências mais recentes com esta UC, a seguir:

1. Amapá Florestal e Celulose (AMCEL)
2. Associação Cultural e Social Placa (PLACA)
3. Associação de Agricultores Familiares Agroextrativistas do rio Pirativa (AAERP)
4. Batalhão Ambiental da Polícia Militar (BAPM)
5. Instituto do Meio Ambiente e do Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP)
6. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
7. Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP)
8. Ministério Público do Estado do Amapá (MPEAP)
9. Secretaria de Estado do Transporte (SETRAP)
10. Secretaria Extraordinária de Políticas para Afro-Descendentes (SEAFRO)
11. Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Amapá (SINTRA).

Ainda, são rotineiras as tomadas de decisões de grupos externos ao CONGAR. Não obstante, toda e qualquer intervenção tem que passar pelo Conselho. Logo, denota-se mais uma vez a existência de conflitos de ordem política, econômica, sociocultural e ambiental nesta APA.

Nas pesquisas de Brito (2003), de Brito e Drummond (2007), embora se afirme um amadurecimento das comunidades e da própria SEMA-AP no sentido da conservação da natureza, da melhoria da qualidade de vida e da preservação da cultura local, o que se tem hoje provoca um embate árduo. O âmago deste é o próprio processo de acumulação acelerada

---

<sup>57</sup> Precisamente, cada deliberação indica a materialização do processo democrático ao qual foram submetidas as intenções dos grupos locais interessados, seja para realização de festas, de construções de casas, de asfaltamento, de realização de projetos econômicos e culturais, entre outros.

<sup>58</sup> Em campo, observou-se a composição das cadeiras no CONGAR: Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMVQC), Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú (AMQC), Associação dos Moradores de São Francisco da Casa Grande (AMSG), Associação dos Moradores da Comunidade Currálinho (AMCC), Câmara de Vereadores, Curiaú Atlético Clube (CAC), Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), Representante da localidade Extrema, Representante da localidade Curiaú de Dentro, Representante da localidade do Curiaú de Fora, Representante da comunidade Mocambo, Secretaria de Turismo do Amapá (SETUR), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/AP), Secretaria de Estado da Cultura do Amapá (SECULT) e União dos Negros do Amapá (UNA), com presidência assumida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

de capital que obriga a tudo tornar-se mecanismo de mercado, seja local, regional, nacional ou internacional. Portanto, como o espaço da APA do rio Curiaú é estratégico para a reprodução ampliada do capital, devido à disponibilidade grande de recursos ambientais e socioculturais distribuídos ao longo dos 21.676ha, emanam os interesses individuais e coletivos de grupos sociais diversos, os quais impelem por ali suas territorialidades.

#### 4.1 FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO CULTURAL: A TENTATIVA DOS TEMPOS LENTOS<sup>59</sup>

Na dimensão cultural, os moradores mais antigos lutam pela valorização e fortalecimento de seus constructos simbólicos, principalmente na permanência das festas religiosas tradicionais acompanhadas da musicalidade de origem afro, batuque, marabaixo e suas respectivas danças, além de outras questões. Neste aspecto, importa pensar a questão da memória social que está a garantir, fundamentalmente, tais processos. Também, estes podem ser entendidos – a exemplo do que Wallace (1956) propõe – como movimentos de revitalização cultural e social.

Estes moradores ainda hoje lutam, pois, dinâmicas de enfrentamentos culturais recentes são facilmente observados nos relatos, nas posturas, nas paisagens e nas escritas locais.

Hoje tudo mudou. Estou aqui parada, analisando e comparando os tempos. Antigamente as coisas não tinham tanta facilidade como hoje, até as águas as mulheres tinham que encher em um poço no meio do mato. Tinham água pura e tão limpa que dava gosto de beber. Meu avô dizia que não precisava do ‘feitiço’ da geladeira (SANTOS, 2002, p. 27).

Este trecho produzido por uma escritora local já sinaliza em 2002 as mudanças socioculturais e ambientais que se expressam na comparação temporal entre o passado e o presente do consumo hídrico local. Tal constatação revela o signo divisor da temporalidade derivado do incremento técnico a partir do uso da geladeira, assimilando o hoje a um tempo de facilidade

---

<sup>59</sup> A ideia de “tempos lentos” recorre à contribuição teórica lapidar de Santos (2008) quando este aborda a temporalidade como uma interpretação particular do tempo social por um grupo, ou por um indivíduo. Isso porque o tempo rápido (representado pelas redes consolidadas para ampliação da acumulação capitalista via globalização) não cobre a totalidade do território, nem abrange a sociedade inteira, logo, o tempo lento (conteúdos sociais de padrões não inseridos – ou pré inseridos – no *modus vivendi* capitalista) se contrapõe à rapidez com que a economia mercadológica desenfreada é posta.

relacionado à execução de um trabalho. Não obstante o progenitor relute ao caracterizar o objeto do hoje como um “feitiço”, sugerindo uma impressão de que isso é prejudicial às tradições locais.

No entanto, não é somente no aspecto técnico que os residentes da APA do Curiaú percebem alterações. O movimento e a fluidez cultural (VIERTLER, 1999) nesta UC produz uma coexistência de objetos e ações de temporalidades distintas no território. A exemplo disso destaca-se o enfrentamento do tradicionalismo cultural local contra aquilo que não é originário dali.

Entre outros e a retomar o que Garcia-Canclini (1998), Haesbaert (2004) e Murrieta (1998) apresentam para fazer-se entender este contexto, está-se diante de um processo social onde há a interação entre diferentes pressões, disposições e estratégias potenciais que apoiam a definição do que é benéfico (ou não) intracomunitariamente. Isso porque é pelo que as pessoas fazem e como fazem, nominalmente participando das coisas do cotidiano, tarefas e demandas do seu mundo social que se define a natureza das ações. Destarte, dentro de um objetivo mais amplo, planejar o desenvolvimento neste território requer a capacidade de articulação política e social entre tais divergências com gênese cultural.

Em campo, observou-se o quanto uma parte da população mais antiga das comunidades é incisiva no combate à reprodução da territorialidade brega<sup>60</sup> (COSTA, 2007; SANTOS, 2010), principalmente na área de quilombo. Isto se instaura quando da elaboração de qualquer festa no local, mais intensamente nos bares e restaurantes, no momento em que é definido o tipo de equipamento sonoro para conduzir o ensejo e a finalidade de sua realização. A postura e encaminhamento da Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú (AMQC), por meio de sua presidente, são enfáticos: toda festividade que não tenha o caráter de valorização da cultura local de raízes afro não será aprovada pela AMQC.

É de validade profícua salientar que em reunião ordinária realizada no dia 12 de julho de 2012, o CONGAR deliberou que todo tipo de festa a ser praticada dentro da APA do Rio Curiaú tem que primeiro obedecer aos direcionamentos da associação comunitária a que está submetida. Esta decisão aconteceu de modo tenso, pois, de um lado era argumentado que as festas de aparelhagem<sup>61</sup> são mecanismos para gerar renda, e de outro, que estas fomentavam a perda das tradições originais. Mas também, por outro viés, o que se estava tentando preservar

---

<sup>60</sup> O conceito de territorialidade brega advém do trabalho de Santos (2010), pelo qual entende-se que a (re)produção da musicalidade brega, oriunda da periferia urbana da cidade de Belém/PA, simboliza e materializa um constructo territorial que são as chamadas Festas de Brega (COSTA, 2007; SANTOS, 2010).

<sup>61</sup> Costa (2007) e Santos (2010) argumentam que as Festas de Brega são também chamadas de festas de aparelhagem, por serem realizadas a partir do uso de equipamentos sonoros de porte pequeno, médio e grande.

(ou devolver) era o fortalecimento jurídico e administrativo das associações regulares, pois, as festas que ocorriam na APA tinham os alvarás de licença concedidos pela Prefeitura, sem passar pelo CONGAR ou outra associação.

Este fato sobrecarrega de tensão o Conselho. De um lado, alguns conselheiros defendem, mesmo que não tão assumidamente, as festas de brega como mecanismo de arrecadação; e, de outro, há os que lutam para manter suas tradições, opondo-se a qualquer tipo de manifestação que não colabore com o fortalecimento e valorização da cultura que lhes é singular. Daí a necessidade de um planejamento coeso, articulado e inteirado da realidade vivenciada na APA, pois, as demais dimensões (política, econômica e ambiental) dependem diretamente do entendimento sociocultural local.

Em que pese a discussão sobre desenvolvimento local na APA, como evidenciado em tela, este seria um esforço endógeno se as comunidades fossem capazes de dispor de uma estratégia própria e de exercerem controle sobre a dinâmica de transformação local. Tudo para que o território não seja um receptor passivo de ingerências de organizações externas (SILVA, 2011). Portanto, reitera-se a condição de a sustentabilidade ser produto da conjugação estratégica das dimensões política, econômica, cultural e ambiental.

Os desdobramentos de cunho político que emergem disto serão analisados na subseção seguinte (4.2). Mas, o que se evidencia neste processo é o embate entre a preservação da cultura tradicional frente ao avanço amplo de uma cultura exterior tão presente não somente no estado do Amapá, mas no próprio Brasil.

Só me sinto mal pela, do jeito que as pessoas hoje que estão vindo tratam o Curiaú. Pela cobiça. Não tratam com carinho. É pra destruir, porque isso aí traz destruição, traz poluição sonora, traz prostituição, traz a bebedeira, traz droga [...] então, meu irmão, eu pelo menos não me sinto bem, mas ao mesmo tempo me sinto feliz de eu até hoje poder trabalhar e ajudar minha comunidade (Joaquim Araújo da Paixão, 69 – Entrevista cedida em 03/07/2012).

Pelo o que relata este morador, apura-se o conflito ora estabelecido entre festas de aparelhagem trazidas de fora (“as pessoas que hoje estão vindo”) e o *modus vivendi* local. Percebe-se que a voracidade da destruição dos costumes tradicionais que esse tipo de festa provoca traz consigo um sentimento de tristeza, mas ao mesmo tempo incita a retomada da luta pela manutenção da cultura tradicional.

Neste contexto, a AMQC chegou a impedir concursos de danças de brega nas escolas da comunidade, denotando a sua força constitutiva, seu poder de intervir em fatos associados

ao fortalecimento cultural tradicional. Para a presidente atual da AMQC, o apoio à implantação de projetos de fortalecimento e valorização cultural é imprescindível:

A gente percebeu, antes da gente assumir aqui a presidência da Associação, que estas questões estavam se perdendo. Que você via inclusive era concurso de Brega dentro da escola [...] e aí a gente tá trabalhando muito essa questão, de valorizar realmente. Aqui, por exemplo, nós temos o grupo Raízes do Bolão. A gente procura incentivar, dar o apoio com o que a gente pode, dentro das nossas limitações. Dar apoio porque é um grupo que realmente trabalha isso muito forte, essa questão da cultura local, eles trabalham muito bem isso. Trabalham muito forte. De certa forma, vivem disso. E isso pra gente é muito importante. É um grupo que veio pra trabalhar isso de forma que eles consideram que isso é essencial pra eles, pra vida deles, pro viver deles e pra gente também enquanto comunidade. Então nós, enquanto instituição, a gente vem sempre valorizando, tentando valorizar bastante isso, tentando ressaltar dentro da comunidade. E a gente tem também projetos que a gente não conseguiu desenvolver ainda, mas que a gente tá buscando, agora mesmoo gente tá buscando projetos nesse sentido, não só de fomentar a cultura, as tradições, mas também de fazer o registro. Que as nossas pessoas mais velhas hoje, da primeira geração, que ainda estão vivas [...] são poucas, a gente pode contar nos dedos. Então, isso causa certa aflição porque a gente acaba vendo que as coisas vão se perdendo. E quem diz que sabe, não sabe nada, porque nós que vimos dessa geração, não sabemos nada mesmo, muito pouco. Seria arrogância nossa dizer que nós conhecemos a história do Curiaú, que a gente ouve muito por aí. Mas não é isso. A gente não conhece, a gente não sabe nada. Quem sabe mesmo são os nossos, pessoal dessa primeira geração que está viva, que sabe um pouco. Muita coisa já se perdeu no tempo (Jozineide Araújo, 46 – Entrevista cedida em 29/06/2012).

Nesta fala, algumas constatações são veementes. Em primeiro plano, o reconhecimento de um processo corrente de perda das tradições locais, no qual a materialização da territorialidade brega naquele espaço é uma espécie de motor deste processo. Em segundo, a existência do grupo Raízes do Bolão e a execução de seus projetos funcionam como um mecanismo de resistência, fortalecimento e valorização cultural. E, por último, o esforço para tentar elaborar outros projetos, os quais, não só valorizem, mas tenham a função de registrar as expressões simbólicas manifestadas ali.

Ainda segundo Jozineide Araújo, de fato, são as pessoas da primeira geração que “[...] conhecem a verdadeira história do Curiaú”. Aliás, a preocupação de registrar tais expressões simbólicas já possui algumas ferramentas que tentam explorar estes registros, tal como o do morador da vila do Curiaú, Sebastião Menezes da Silva que lançou pelo menos dois livros e ainda escreve um jornal com tiragem a cada dois meses em média<sup>62</sup>. Do mesmo modo a

<sup>62</sup> Respectivamente, *Curiaú sua vida, sua história*, *Curiaú: a resistência de um povo* e o *Jornal do Quilombo*.

moradora Esmeraldina dos Santos, tem outras obras também, como as que se conheceu durante o contato em campo<sup>63</sup>.

Por outro lado, já existem trabalhos acadêmicos que constroem um acervo significativo sobre o Curiaú (ACEVEDO-MARIN, 1997; BRITO, 2003; BRITO; DRUMMOND, 2007; MORAES, 1991; QUEIROZ, 2007; TRINDADE, 1999). Nesse sentido, o documentário Alma do Norte (ELETRONORTE, 2005) é riquíssimo por ter captado em áudio e vídeo os festejos de São Joaquim no Curiaú. Enfim, muito embora se mensure as tentativas destes registros, julga-se necessário ampliá-los e estendê-los geograficamente às outras comunidades pertencentes à APA.

Para o presidente do Curiaú Atlético Clube (CAC) – e também referência importante quanto ao acúmulo e produção de conhecimentos acerca das tradições locais – a cultura local e sua sustentabilidade fundamentam-se em três pertinências:

Não é fortalecimento cultural, eu te digo que é manter a sustentabilidade dessa cultura, porque o princípio desse povo está relacionada a três bases: primeiro foi a vivência entre família, segundo foi a sobrevivência produzindo produtos alimentícios com agricultura e pecuária, e depois em relação a tudo era o *advertimento* que eles criaram a cultura pra se *advertir* de uma maneira rústica e até hoje ela tá sendo desenvolvida [...] em principio se mantinha essa cultura de manifestação, era uma maneira de o povo se *advertir* e fazendo disso uma homenagem para os santos que a comunidade tinha como referência. Então era essa a questão. Não era hoje como está se fazendo, em função de ganhar dinheiro, e sim uma necessidade que a comunidade tinha pra dentro da sobrevivência da comunidade. Alguns pontos mudou mesmo porque tão se fazendo as coisas já não por uma questão de diversão e sim por causa do dinheiro (Sebastião Menezes da Silva, 53 – entrevista realizada em 12/07/2012).

Como é possível depreender-se desta argumentação, a cultura local está assentada originalmente na convivência familiar, nas atividades produtivas de subsistência e na diversão “rústica”. Todavia, o que impressiona é a utilização do termo sustentabilidade para ressignificar, e até mesmo contrapor, um dito “fortalecimento cultural”. Para o entrevistado, a “diversão” está tendo outra finalidade, algo de cunho mercadológico que modifica drasticamente as relações originais da população local “por causa do dinheiro”.

É seminal lembrar que alguns dos aportes teóricos elencados aqui tratam da cultura como um processo humano dotado de (re)significações (GARCIA-CANCLINI, 2007; GEERTZ, 1973; LARAIA, 1986; VERHESLT, 1990; VIERTLER, 1999). Dentro dessa perspectiva, é possível compreender a mudança de comportamento ou significação dada às

---

<sup>63</sup> A saber, *As aventuras de dona florzinha* (livro para público infantil) e *Histórias do meu povo*.

ações dos moradores, como relatado acima. Portanto, atualmente o que se percebe no contexto curiauíense e em toda dimensão APA é essa dinâmica inesgotável de produção e reprodução de cultura.

Um fator precípua no encaminhar do fortalecimento e valorização cultural local são as oficinas de batuque, marabaixo e ladainhas executadas pelo grupo Raízes do Bolão em parceria com a PLACA. O presidente desta associação expõe alguns motivos situacionais que o levam a estabelecer a parceria.

O Curiauí cara, a própria comunidade internamente ela tem uma briga interna entre eles. E se você hoje não tiver essa concepção de apaziguar, de ir lá dentro da comunidade pra dar essa sustentação, pra que eles tenham mais firmeza pra isso e que eles comecem a ter outro entendimento aquilo vai acabando. Então o que acontece, o que é a tradição deles em relação à cultura, aquilo que é raiz, aquilo que veio dos ancestrais deles, eles vão perdendo. Então, assim, a nossa função, não só dentro do Curiauí, mas é de todas as comunidades, não é de resgatar, mas, é da gente preservar o que eles ainda têm e aí é por isso que a gente tem esse trabalho voltado dessa forma, de estar incentivando, montando projeto, correndo atrás de recurso, executando lá dentro da comunidade [...] a gente pega a própria comunidade e aproveita o lado deles pra que eles repassem conhecimento pra aquela criança, pros adultos que têm interesse em interagir, em aprender, porque não tiveram essa oportunidade, porque muitas vezes a família acha que aquilo ali não é coisa pra criança. Eles não imaginam que eles vão morrer e o saber deles vai ficando embora, porque eles não conseguem repassar pras crianças (Carlos Augusto Gomes, 55 – entrevista realizada em 08/07/2012).

Novamente, a ênfase ao processo de perda dos costumes e valores simbólicos locais caracteriza a postura de resistência elencada nos projetos da PLACA. A menção aos conflitos de ordem intrínseca à comunidade atribui à associação um papel de, também, mediadora das tensões, incentivando a preservação dos saberes repassados pelos ancestrais dos curiauíenses. Assim, as oficinas pensadas, elaboradas e executadas ali são mecanismos imprescindíveis para o desenvolvimento das comunidades.

Ainda de acordo com o presidente da PLACA, até agora foram executados três projetos que exploraram oficinas no Curiauí: o Projeto Alé, o Projeto Frutos e Sementes e o Tambores Quilombo do Curiauí. O acesso aos recursos que financiaram esses projetos deu-se pela publicação de editais do Banco da Amazônia (BASA), no caso do projeto Tambores Quilombo do Curiauí, e do Ministério da Cultura (MINC), para o Projeto Frutos e Sementes, enquanto que para o Projeto Alé o recurso teve origem por meio de Emenda Parlamentar estadual (EP). Sempre a elaboração e construção material destes projetos partiram da PLACA,

pois, a maioria dos moradores da APA ainda não consegue identificar fonte de recursos, publicação de editais e a própria elaboração e implantação de projetos.

Também de criação da PLACA, existe o Projeto Aiô Folia pelo qual é desenvolvido um carnaval que valoriza as construções culturais do Amapá como um todo. Nessa abrangência, grupos de batuque e marabaixo são convidados para fazerem parte de uma estratégia de inclusão social que a associação PLACA promove. Assim, com parcerias e iniciativas externas a cultura do Curiaú acaba sendo valorizada.

Fotografia 13 – Projetos executados na APA do rio Curiaú.



Fonte: Autoria própria (2012) e Ligia Simonian (2011).

Como pode ser visto na Fotografia 13, outro projeto executado na APA é o Tambor no Quilombo. Este é coordenado pela Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) em parceria com a Secretaria de Cultura (SECULT) e a SEAFRO. Ele consiste na exposição e consumo da gastronomia local, da produção artesanal, de pinturas e da apresentação de grupos culturais ao som de batuque e marabaixo, com consumo de gengibirra, uma bebida local composta por cachaça e gengibre. Em resumo, este projeto é a realização de um evento mensal que incentiva as manifestações das tradições locais em apenas uma noite.

Quando Viertler (1999. p. 20) insiste que “[...] admitir a sustentabilidade das culturas humanas reduzindo-as a um rol de traços e padrões fixos representa desprover a cultura de sua essência [...]”, há a possibilidade, então, de enxergar o vivenciado atualmente na APA do rio Curiaú como um processo de enfrentamento entre o ontem e o hoje. Para elucidar isso, acompanha-se a entrevista da presidente do Conselho Gestor dessa UC.

Eu acho que a questão dos bares e dos restaurantes e das festas também tá vinculado a essa ociosidade. Os jovens por eles acreditarem, buscar, acharem que essa atividade econômica é a mais viável nesse momento eles começam eles mesmo. Antigamente quando tu conversava com o Seu Joaquim, tu vai com o seu Joaquim, ele conversa e diz que a música que ele gosta é esse estilo, é o tambor, é não sei o quê, e o jovem de lá é ele que tá levando as festas eletrônicas, ele tá deixando a tradição de lado. É o próprio filho de lá que leva, não é o pessoal de fora que tá levando as festas eletrônicas pra lá. Primeiro porque não tem emprego. Aí é bem visto pela comunidade, porque o quê que eles dizem: ah, a gente não tem emprego, é uma forma de circular dinheiro aqui. Esses comércios informais que geram em frente dessas festas. Então, quer dizer, é bem sério, eu acredito [...] eu acho que se não houver uma intervenção do estado, sinceramente, na APA, uma única intervenção realmente que venha suprir essa ideia de que essa atividade econômica dos bares, de festas eletrônicas é a única saída, isso tá fadado a acabar essa tradição da atividade econômica dos quilombolas, por exemplo, brevemente, e das atividades culturais deles, dos festejos dos santos. Isso tá fadado a acabar. Quem está segurando são os mais velhos. Os mais novos eles não dão a mesma importância e não vão dar enquanto não houver uma intervenção. E hoje como eu digo intervenção? Uma intervenção que venha ofertar, abrir uma boa oferta de empregos ali para esse grupo jovem que tá lá dentro da APA de forma ociosa, dar alternativa realmente pra eles (...) e o estado não consegue fazer uma intervenção [...] mas enquanto não houver isso realmente eles vão achar esses festejos eletrônicos a única alternativa pra circular dinheiro na comunidade (Sirley Luzia de Figueiredo Silva, 45 – Entrevista em 11/07/2012).

A ociosidade referida nas falas acima trata-se da ausência de mecanismos que vinculem os jovens, principalmente, em algo mais produtivo e sustentável para o desenvolvimento local. Sem alternativas claras e efetivas, resta aos mesmos lançarem-se no mercado informal coadunando com uma cultura exterior, representada pela construção de bares e restaurantes que incentivam e viabilizam a reprodução da territorialidade brega. A referência ao Sr. Joaquim e seu “gostar” significa o apelo à necessidade de fortalecimento e valorização das tradições originais (o ontem) que estão “fadados a acabar” em meio às interveniências da juventude local (o hoje).

Para a presidente do CONGAR, tudo isto está atrelado à inexistência de políticas públicas estatais sérias voltadas retamente ao compromisso com as soluções desta problemática. Contudo, acredita-se aqui numa coexistência ou sobreposição de temporalidades, pois é característica fundante do mundo atual esta “guerra cultural” entre o local e o global, entre o interior e o exterior, entre o fixo e o móvel (APPADURAI, 2002; CASTELLS, 2003; HAESBAERT, 2002; 2004; 2009; SIMONIAN, 2005; SPALING; DECKER, 1996; VIOLA, 2000), uma vez que,

[...] la verdadera cuestión reside en el control cultural de todo este proceso, es decir, en la capacidad social de decisión sobre todos aquellos componentes de una cultura que deben ponerse en juego para identificar las necesidades, los problemas y las aspiraciones de la propia sociedad, e intentar satisfacerlas (BATALLA, 1982, apud VIOLA, 2000. p. 23).

Não se trata de que os quilombolas tenham, neste caso, que se isolar do exterior, e sim que parta deles uma “incorporação seletiva” (VIOLA, 2000) de determinados aportes econômicos e culturais externos, sempre quando não representem uma ameaça para seu estilo de vida.

Neste contexto, algumas comprovações em campo já sinalizaram tal incorporação seletiva. Por exemplo, no transcorrer da reunião ordinária do Conselho em julho, testemunhou-se as articulações entre os membros do CONGAR e moradores da comunidade do Curiaú para viabilizar, no local, um curso de informática proposto pela AMCEL. Logo, é passível de percepção que o contato com o uso de tecnologias informacionais, obedecendo a padrões externos de interação entre sociedade e natureza disseminados pela globalização, marca a assimilação coletiva já predisposta ao que vem de fora.

Isto se dá não somente no âmbito técnico, mediante a realização do curso de informática. No entanto, também modifica o comportamento cultural dos usuários pelo contato com este tipo de ferramenta tecnológica (CASTELLS, 2003; HAESBAERT, 2004; SOUZA, 2006). Bem como, interfere no comprometimento econômico dado pela criação de um mercado local em potencial a partir da aquisição de produtos de informática e equipamentos afins. Mais: qualifica, até certo ponto, a mão de obra local para ingressar em postos de trabalho que prescindem deste conhecimento enquanto requisito.

Nesse panorama de cunho cultural e econômico, Trindade (1999. p. 38) observou que mesmo no diálogo mercadológico com a cidade de Macapá existe um retorno ao território que simboliza e fortalece o sentimento de pertencimento dos moradores em Curiaú.

Atualmente, no que se refere a outras atividades econômicas, a migração e o trabalho assalariado funcionam como estratégias de crescimento econômico. Existe um fluxo contínuo de pessoas para a cidade de Macapá, tanto para vender sua força de trabalho quanto para dar continuidade aos estudos. Contudo, este fluxo não constitui uma migração definitiva, mas um movimento que trabalhadores e estudantes realizam diariamente, sem com isso deixarem de morar no Curiaú. Ao contrario, tem crescido o número de pessoas que voltam para fixar residência junto aos parentes.

Deste modo, fica claro que sem intervenção política, a partir da elaboração e operacionalização de projetos coerentes com a realidade cultural local, não haverá desenvolvimento pleno que mantenha e fortaleça as tradições originais. Ao retomar-se

Diegues (1994), Sachs (1993), Simonian (2007a; 2005) e Veiga, 2005, pensa-se isto quanto à garantia de qualidade de vida, bem estar e felicidade para os residentes em toda a APA, o que seria em outros termos, um desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo.

Neste ponto é de destacar-se que todo este patrimônio cultural<sup>64</sup> resulta na afirmação de processos de identificação individuais e coletivos imersos num campo de tensões sociais (NIGRO, 2010). Ao considerar isto, reconfigurações socioespaciais são altamente previsíveis e é o que ocorre ultimamente nesta APA, não somente no âmbito político, econômico e ambiental, mas também, e principalmente, cultural. Por último, embora o Curiaú seja uma vila tombada pelo Estado desde 1992 como um patrimônio cultural, cabe lembrar que pouco, ou quase nada foi citado sobre isso nas falas dos agentes do governo, enquanto que intracomunitariamente a situação foi (e é) inversa.

Dentre as principais o mais importantes coisas que preservamos é a harmonia entre as famílias, a unidade e nossa organização interna, excluindo-se qualquer possibilidade de individualismo queremos fortalecer mais o coletivo, como forma de preservar a nossa memória cultural que historicamente vem sendo vítima da “exclusão social”, inclusive pela distorção da verdade pela própria historiografia oficial, quando alega sermos “minoría”, ou de que a nossa liberdade deveu-se principalmente por iniciativa dos brancos daquela época, etc... subestimando a nossa capacidade de ter feito a nossa própria História, com muita coragem, luta e sofrimento, ajudada dessa forma a construir a riqueza desta Nação. (Associação dos Moradores da Comunidade do Curiaú. Alínea “b” de Requerimento interposto ao INCRA em 18 de outubro de 1995).

Destarte, os indivíduos que se relacionam diretamente com um bem cultural, a partir de uma vivência cotidiana, passam a ter legitimidade de transformá-lo em seu patrimônio (NIGRO, 2010). Portanto, este se firma como um direito social importante e muitas mobilizações sociais passam a agir em favor de sua preservação. Disso, presume-se a fortaleza simbólico-cultural originária na comunidade curiaúense. Na subseção seguinte, discutir-se-á melhor a dimensão política e institucional que envolve a APA do Rio Curiaú.

---

<sup>64</sup> Segundo Nigro (2010), um patrimônio cultural admite três dimensões: patrimônio enquanto fenômeno eminentemente espacial; como atributo que contribui para a afirmação de processos de identificação individuais e coletivos; e como bem econômico, pois assume múltiplos usos e consumos comportando-se enquanto uma fonte potencial de conflito entre os diversos interesses dos grupos envolvidos.

## 4.2 INSTRUMENTAÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS

No âmbito político, no sentido das articulações comunitárias para defender seus interesses perante as intervenções externas e internas na APA, a existência das cinco associações regulares denota um engajamento cívico potente. Muito embora as dificuldades internas a cada uma demonstrem certa instabilidade administrativa, sobremaneira a despeito do equilíbrio financeiro. Aliás, Silva (2010; 2007) ao discutir as organizações de populações tradicionais no sul amapaense, e Batista (2010) ao discorrer as inquirições acerca da RESEX Mãe Grande Curuçá no Pará sinalizam que a criação e consequente manutenção de associações em UC enfrentam problemas fulcrais de ordens outras.

Neste contexto, e, por isso mesmo, as territorialidades não se impõem facilmente. O que dependerá sempre das interações coletivas focando o bem estar mútuo entre as partes, o que raramente ocorre. A corroborar ainda com Batista (2010), Silva (2010; 2007) e Simonian (2005), as deficiências culturais, educacionais e de capacitação técnica e a influência da estrutura social são apontadas como limitações de associações locais à participação em instâncias de decisão.

Não obstante Brito (2003) tenha identificado processos participativos ávidos na elaboração do diagnóstico e zoneamento da APA que aconteceu no início da década de 2000. Contudo, não basta somente a presença dos líderes comunitários, das pessoas e das instituições interessadas nestes processos e, assim, executar o planejamento pelo planejamento com a finalidade de titular a gestão como compartilhada, ou co-gestão. Os enclaves políticos, econômicos, culturais e ambientais atuais apontam que enquanto não houver a operacionalização de projetos de desenvolvimento resultantes destas participações, irão se perpetuarem conflitos de ordens diversas como os expostos aqui.

Por outro lado, é interessante argumentar que a alta densidade de capital social<sup>65</sup> observada em campo, em meio aos moradores e ao CONGAR, não depende do nível de escolaridade ou da inserção político-partidária, mas do arcabouço simbólico e cultural. Estes se dão a partir dos saberes tradicionais de como relacionar-se com o meio ambiente, com a outridade, os quais são repassados de geração em geração, sendo todos frutos da resistência afro.

---

<sup>65</sup> Embora não se tenha utilizado uma metodologia específica para se mensurar esta densidade, o potencial de engajamento cívico (número de pessoas com conhecimento das questões sociais que envolvem a APA) sustenta a afirmação.

No território, além de se ter desenvolvido um conjunto de atividades que refletem as relações econômicas, também se constrói a rede de sociabilidade, materializada principalmente em relações de parentesco. Pôde-se verificar no Curiaú que tais relações traduzem as estratégias de defesa do território ocupado, ou seja, os casamentos ou uniões representaram e ainda representam meios que dificultam a fragmentação de suas terras. Para garantir isso, acionam a identidade de descendentes/herdeiros. É por isso que os aspectos determinantes na organização social do grupo são definidos, primeiro, pela ascendência a um tronco comum; depois, pela herança da terra deixada por seus antepassados; e, por último, no processo de sucessão em determinadas funções estabelecidas nas obrigações dos festejos religiosos [...] a história de ascendência a um tronco comum determina todos os níveis de suas relações sociais, seja na construção, distribuição e uso do território, da mesma maneira que em suas representações simbólicas (TRINDADE, 1999. p. 110).

Como infere-se da análise acima, essa rede de sociabilidade quanto mais consolidada e coesa com sistemas próprios de resolução de problemas, melhores são administradas as tensões e os conflitos sociais intra e extracomunitários. Talvez, por este motivo, é que as seis comunidades não dependem de um cargo direto de vereador, deputado, prefeito ou governador, embora exista engajamento partidário de alguns, mas restrito a cargos indiretos de coordenação e afins, por exemplo.

No entanto, as estratégias de sustentabilidade cultural com vínculos conjugais internos, como posto pela autora, atualmente não condizem com a realidade, mesmo na área de quilombo. A pressão cultural exógena é avassaladora, ainda mais com a proximidade da capital Macapá. Assim, em conformidade com Silva (2012), os relacionamentos de ordem afetiva, em especial dos jovens, são também influenciados por valores que divergem dos padrões de origem afro e tendem a um grau de miscigenação maior, pois, a cada cinco crianças que nascem, somente uma é negra.

Uma maneira de compreender os constructos de cunho político nesta APA não perpassa somente à existência das associações dos moradores, mas pelas próprias aproximações institucionais internas e externas que ocorrem ali. As aproximações internas referem-se às articulações engendradas pelas associações formadas dentro da UC com as demais instituições que são membros do CONGAR. Enquanto que as aproximações externas são caracterizadas pelo devido contato das outras instituições, governamentais ou não, que não possuem vínculos oficiais com o CONGAR.

Nesta direção, algumas parcerias oficiais ou não foram identificadas durante a pesquisa de campo. Por exemplo, a AMCEL estava providenciando a execução de um curso

de informática para 72 jovens na área do quilombo, mas isso poderia ser estendido às outras comunidades. O BAPM tem a função de fiscalização e autuação de crimes ambientais na área, mas com limitações técnicas<sup>66</sup>.

Por sua vez, o IMAP tem a função fiscalizadora também, mas, especificamente na APA do rio Curiaú, suas intervenções são insignificantes, pois a preferência de execução de trabalho é para áreas mais distantes da capital (SANTOS, 2012). O INCRA atua mais na legalização de terras e é instituição importante no reconhecimento e delimitação de áreas quilombolas ali, a exemplo das TQ Rosa e São José do Mata Fome criadas mais recentemente. O RURAP exerce mais parcerias técnicas, por exemplo, na operacionalização do Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (PROTAF) na área de cerrado da APA, bem como o SINTRA que mobilizou alguns cursos de aproveitamento da área de várzea para produção.

Também, em campo, verificou-se que a SETRAP já tentava iniciar o asfaltamento do ramal do Currão. Contudo, a instituição esbarrava na condição de ter que elaborar um plano de recuperação para a área de onde seria retirado aterro para execução da terraplanagem e pavimentação desta via. Por fim, sabe-se que a SEAFRO faz parceria com a SETUR para executar o Projeto Tambor no Quilombo.

Como visto anteriormente, a referência central ao CONGAR neste trabalho é precípua, justamente por ser este o instrumento de gestão territorial oficial da APA. No decorrer da reunião ordinária do dia 12/07/2012, percebeu-se que, analisando isoladamente o engajamento e o perfil de cada conselheiro (postura argumentativa, grau de esclarecimento e conhecimento técnico, e em última instância, a escolaridade), o Conselho é forte (Fotografia 11, na página a seguir). Embora a dificuldade para se chegar ao quórum tenha sido grande, mas o que prevalece nesta afirmação é o nível de argumentação de seus membros na hora de defenderem interesses individuais e coletivos.

Todavia, em se tratando de uma instância colegiada que deveria compatibilizar os interesses múltiplos das representações constituintes e transformá-los em ações que projetem benefícios mútuos, pelo menos à maioria influenciada pelo contexto socioterritorial APA, o CONGAR apresenta entraves. Ainda mais quando da proposta de seu regimento interno, o qual aponta os princípios da sustentabilidade, transparência e agregação de parcerias, proposição sistemática de diretrizes, ações e programas com o objetivo de integrar e/ou otimizar a relação com a população, em especial as tradicionais. Neste panorama, foi

---

<sup>66</sup> Por exemplo, em campo tentou-se coletar o número de autuações registradas nos últimos dois anos, mas por motivos técnicos o Batalhão Ambiental não teve como disponibilizar os dados.

reveladora a constatação *in situ* de que muitos membros do Conselho não se interessam em participar porque recorrentemente não tinham suas pretensões aclamadas e que em muitas decisões beneficiava-se a minoria dos moradores do Curiaú, e mesmo da APA.

Fotografia 14 – Reunião dos conselheiros do CONGAR.



Fonte: A autoria própria (2012).

Esta situação contrapõe o exposto por Brito (2003). Em sua pesquisa é possível entender que os moradores se auto organizavam sociopoliticamente e reivindicavam a participação no processo de gestão da área. Supõe-se que isso era uma realidade promissora porque existia uma aproximação maior do poder público, como na época o próprio IBAMA, além do suporte legal instituído pelo SNUC.

Porém, dentro de um contexto recente, o poder de mediação da SEMA-AP mostrou-se fragilizado desde o momento do contato com os outros membros para avisá-los da quarta reunião ordinária do ano de 2012. Mesmo com algumas confirmações de participação, a preocupação da presidente do Conselho era de que fosse possível alcançar-se ao menos o quórum, pois há meses que não era realizado o CONGAR,<sup>67</sup> por motivos de licença médica da presidente ou compatibilidade de datas. Outros conselheiros e suplentes foram até pré-avisados por este autor, e mesmo com a disponibilidade de dois veículos da Secretaria para locomoção destes, no dia marcado foi somente na segunda chamada, uma hora depois do previsto, que se deu início à reunião.

<sup>67</sup> O último tinha ocorrido em 25/04/2012.

Até o momento da finalização desta dissertação, detectou-se algumas intenções de projetos interessantes. O projeto Biblioteca Viva que prevê um acervo de mais de 1000 livros e também materiais de mídia – a função principal desta biblioteca seria de efetivar registros das histórias das pessoas da primeira geração que ainda estão vivas. A construção de uma escola de ensino infantil onde se ensinariam desde cedo os hábitos, costumes, valores e princípios de raízes culturais locais, pois as escolas existentes na APA privilegiam o repasse de conhecimentos desconexos em relação às tradições quilombolas.

Outro projeto, o qual já é citado no Plano de Manejo da APA rio Curiaú, cabe à implantação das trilhas ecológicas próximas ao lago do Curiaú. De acordo com a SETUR, SEMA e AMQC existem trilhas em três níveis de dificuldade, e que pelo menos uma é possível de ser viabilizada em breve. Ainda segundo a SETUR, seriam importantes ações de turismo pedagógico e a construção de um museu contextual, mas como são apenas intenções de projetos não tem como explorá-los aqui.

Estas intenções são somente intenções porque a execução de projetos de desenvolvimento naquela área está arraigada em dificuldades políticas, pois, em meio a interesses internos e externos múltiplos, o CONGAR tem dificuldade para convergir decisões coerentes. Como dito, inicialmente a própria composição das cadeiras no Conselho, além de não contemplar representativamente todas as comunidades, vinculando seis membros de uma mesma localidade praticamente (Curiaú), outras instituições com potencial político e operacional maior não participam. Entre estas dá-se atenção especial à UNIFAP e à Universidade Estadual do Amapá (UEAP), pois, como salienta Silva (2002), o corpo científico das universidades na Amazônia, embora em meio à dificuldades, tem força (conhecimento acadêmico) e prestígio para contribuir no desenvolvimento.

Outra ingerência de centralidade política é a oscilação na estrutura administrativa do estado, e mesmo da prefeitura, uma vez que em toda mudança partidária do governo estadual troca-se o presidente do CONGAR. Essa ocorrência prejudica o papel mediador que a SEMA/AP tem, refletindo em desarticulações nevrálgicas, principalmente no sentido das aproximações pessoais com os demais membros e pelo desconhecimento das realidades locais. Muito se atribui igualmente à fragilidade técnica desta Secretaria, porque, há apenas dois funcionários com nível superior destinados a cuidar de uma área de 21.676ha, na prática algo quase impossível.

Esta dificuldade não é singular somente à SEMA-AP. No IMAP, na SETUR-AP, na SECULT-AP e no BAPM-AP alegou-se o mesmo problema. A prefeitura quase não participa do CONGAR, embora receba o comunicado oficialmente, por motivos de impasses políticos,

uma vez que o governo estadual é um e o municipal é outro. Também, a contar entraves internos entre moradores,<sup>68</sup> a inexistência de sociedade civil organizada em Pescada e a AAERP não ter cadeira no CONGAR, significando que a chamada área de várzea tem participação nula nas tomadas de decisões. Todavia, a própria burocracia para implementar projetos mesmo que já aprovados.

São mais de 21 mil hectares. A gente precisa monitorar, a gente precisa estar presente, fiscalizar, a gente precisa fazer ações de educação ambiental, e pra esse espaço são dois técnicos destinados pra fazer a gestão dentro dessa Unidade. Eu conto com os estagiários que na verdade são meu braço direito, sinceramente, e muito de parceria. Então, isso é um dos grandes entraves na gestão adequada de uma Unidade é isso: o numero reduzido de técnicos gestores de Unidade de Conservação, voltados pra isso mesmo. Um outro problema também é a própria burocracia dentro da própria instituição de implementar projetos. Por exemplo, nós temos um projeto aprovado de construção da base da SEMA dentro da APA do rio Curiaú. A gente sabe que a presença do órgão gestor dentro de uma Unidade [...] inibe algumas ações que vão de encontro com os objetivos daquela Unidade. Então a gente tem tentado construir a base da SEMA dentro da APA [...] mas existe uma burocracia dentro mesmo da própria instituição pra implementar os projetos mesmo tendo o recurso já disponibilizado (Sirley Luzia de Figueiredo Silva, 45 – Entrevista em 11/07/2012).

Na fala da presidente do CONGAR e Chefe da APA do rio Curiaú, identifica-se as problemáticas ora retratadas: número de técnicos insuficientes e a burocracia dentro da própria SEMA-AP. A presença de estagiários neste setor da secretaria é realmente intensa, o que demonstra um pouco da negligência estatal para o provimento de cargos relacionados diretamente ao desenvolvimento de uma UC. Ainda, de acordo com Simonian (2005), importa salientar que, para vislumbrar o desenvolvimento, é necessária, pelo menos, uma existência suficiente de mão-de-obra qualificada.

A parceria mencionada, ainda na fala, remete-se à colaboração no planejamento e gestão desta UC manifestada pela ajuda de cada Associação, líderes locais e outras instituições quando acionados, ou até mesmo quando estes procuram a Secretaria para relatar algo de interferência área. Talvez, por isso, que para a maioria dos entrevistados a SEMA-AP tem sido uma instituição razoavelmente presente na APA, mesmo sem base física instalada e com dificuldades logísticas para acesso a todas as comunidades, salvo na área de várzea que as visitas técnicas são mais esporádicas. Outra questão que influencia diretamente a gestão é a superposição jurídica no mesmo espaço das categorias APA e Território Quilombola, o que será visto a seguir.

---

<sup>68</sup> A principal delas é que muitos moradores contestam a legitimidade da atual gestão da AMQC.

#### 4.2.1 A superposição APA/TQ

A concordar com Acevedo-Marin et al. (2010), a sobreposição da APA ao quilombo é palco de dúvidas e incertezas sobre o futuro das famílias que dependem dos recursos para realizar suas atividades de sobrevivência. Isso, porque, há a conjugação situacional de uma pressão externa, de diversas ordens (populacional, ecológica, jurídica, simbólica, econômica e política), e uma pressão interna marcada pela busca de fontes sustentáveis de recursos na área do quilombo. Então, compreende-se a dificuldade de serem definidas vantagens e desvantagens, para quem e para quê, nesta miscelânea institucional e territorial.

Desde as primeiras tentativas de proteção da APA do Rio Curiaú, existem conflitos. Segundo Acevedo-Marin et al. (2010), se por um lado a titulação das terras do Curiaú garantiria a propriedade e o uso comum pelas famílias, por outro, a APA instituiria processos de controle e preservação que comprometeria o *modus vivendi* das famílias. Prejudicaria e prejudica, portanto, o manejo dos sistemas ecológicos existentes no território que são repassados entre as gerações<sup>69</sup>.

No entanto, do ponto de vista dos benefícios socioterritoriais tal superposição acaba sendo algo positivo. Logo, ao mesmo tempo em que existe uma complementariedade, também é perceptível um afastamento ou divergência na prática dessas categorias. Elas convergem, ou beneficiam quilombolas e poder público, a partir do momento em que mecanismos de proteção, não só do meio ambiente, mas do sítio histórico e das tradições originais que ali existem, são disseminados entre os moradores e entre outros sujeitos.

Um exemplo disto cabe à funcionalidade tácita de o Quilombo funcionar como uma espécie de “camisa de força” (ACEVEDO-MARIN, 2012)<sup>70</sup> que contém o avanço da periferia urbana de Macapá sobre a APA. Neste caso, embora não pertença à APA, a comunidade de Extrema (remanescente de quilombo de ocupação mais recente) foi estrategicamente povoada no limite em que ocorre esta pressão urbana. Portanto, esta “cerca viva” (QUEIROZ, 2007) inibe as tentativas de invasão desordenada por sujeitos que não são quilombolas.

Entretanto, existe uma confusão administrativa por parte dos gestores local, municipal e estadual. A AMQC informa que o quilombo deveria ser visto como prevê o Título de

---

<sup>69</sup> Ainda em Acevedo Marin et al. (2010), tem-se a afirmativa de que a “terra é de todos” (relato do presidente da associação dos moradores naquela época) e, no sentido de garantir o uso comum do território pelas famílias locais, tem existência legal em certidões desde 1892, por meio do registro de posse das terras denominadas São Joaquim do Curiaú.

<sup>70</sup> Esclarecimento pessoal concedido ao autor quando da defesa do projeto de qualificação desta dissertação.

Reconhecimento, sendo uma propriedade privada de uso coletivo, nesse caso, dentro de uma APA. Seria equivalente a uma propriedade privada, já contemplada pela lei do SNUC, porém com uma extensão territorial de 3.321ha, todavia, não é o que acontece.

O posicionamento da AMQC em relação a essa questão é contundente. De acordo com a atual presidente desta associação, as autoridades lidam como se este espaço fosse um bairro no qual a presença de bares, festividades e balneários é um convite ao lazer desordenado, que despreza o conteúdo das tradições locais, que polui e prejudica toda uma comunidade. Para ela, até mesmo o acesso teria que ser de modo coordenado e que a SEMA não tem esse olhar.

Por sua vez, a SEMA-AP tem uma postura mais diplomática afirmando que a sobreposição é um reforço na gestão compartilhada e que enxerga uma assistência e proximidade maior do Estado para com os quilombolas. Em suas ações, a prefeitura quase sempre desconsidera, não só a legitimidade da AMQC, mas também o ser quilombado. Essa ocorrência é enfática quando da autorização à execução de obras e de festas sem dialogar com o CONGAR ou a AMQC.

A prefeitura municipal de Macapá emite autorizações para realização de festas na APA sem se preocupar com vistorias mais abrangentes que contemplem o entendimento do *modus vivendi e operandi* da população tradicional nesta UC (SANTOS, 2012). Tal situação é idêntica quando das liberações de obras ali. Isso além dos já mencionados entraves de ordem política com o governo do Estado do Amapá.

Tudo isto acontece na esfera administrativa, contudo, na dimensão cotidiana dos moradores pode-se sintetizar que eles se entendem mais como remanescentes de quilombolas. E porque, mesmo não sabendo conceitualmente as diferenças, quando indagados sobre o funcionamento de uma APA, suas falas eram associadas mais à condição da propriedade coletiva, com os esclarecimentos de que ali não se pode vender a terra e da não existência de muros. Por fim, é válido ressaltar que em meio à pesquisa de campo ficou claro o engajamento de outras comunidades pertencentes à APA na busca pelo seu reconhecimento enquanto área remanescente de quilombo; foi assim na Casa Grande e em Curralinho.

Ainda, dados da pesquisa de campo revelam que dos 23 entrevistados residentes na área de quilombo (Curiaú e Mocambo), apenas quatro (17,39%) estabeleceram claramente as diferenças entre APA e TQ. Isso permite reforçar que a maioria da população no quilombo do Curiaú percebe-se de fato como um afrodescendente e que suas ações no território correspondem às posturas tácitas de sua respectiva identidade. Logo, o viver, também, em uma UC possibilita uma impressão de que isso não é tão importante para os sujeitos ali

territorializados, pois a própria condição de Ser quilombo já pressupõe a proteção ambiental objetivada pelo SNUC.

Uma observação fundamental é que uma área de quilombo é legitimada por instituições federais como INCRA e FCP. Deste modo, a garantia de direitos sobre a terra tem apoio jurídico mais forte, pois provém da União, e não somente dos estados. Portanto, é mais vantajoso para as comunidades locais serem amparadas e terem acesso a recursos que são federais e, assim, poderem viabilizar seu desenvolvimento.

### 4.3 A RESISTÊNCIA NO MERCADO

Na dimensão econômica, o tradicionalismo ou vocação natural é de atividades primárias como agricultura, extrativismo e pesca, uma criação de gado e de animais de porte pequeno, produção de farinha e de açai. No entanto, a capacidade produtiva baixa e a lucratividade baixa incentivam o desdobramento de outras atividades mais rentáveis por parte dos moradores locais, como a promoção de festas, a construção de bares, restaurantes e pequenos comércios, a produção artesanal e a criação de bubalinos. Outrossim, a problemática se instaura na questão sobre o que negociar com o mercado, principalmente quando da complexidade de se produzir desenvolvimento que seja sustentável.

O comportamento econômico das comunidades da APA altera-se ao longo do tempo vitimado pelo próprio processo de acumulação em voga. Isto posto, a população local percebe este movimento que também culmina na expressão de tensões e conflitos.

Na minha época meu amigo que eu me formei, o Curiaú era um lugar que sempre foi cobiçado pra fazer as coisas. Farinha no Curiaú aqui era primeiro lugar. E era carradas e carradas. Mas não é o que eu estou lhe dizendo, quando virou quilombo ninguém quis mais fazer roça. É só botar botequim e fazer boate. E hoje a maioria do pessoal compra farinha na feira, daqui do Curiaú. Pouca gente daqui, pouca gente, não sei se tem cinco pessoas que tem roça. As pessoas não quiseram mais. É só comprar cachaça pra vender, fazer botequim pra comprar cachaça e fazer boate. Só querem ganhar tudo fácil e trazer desgraça pra dentro da comunidade. Porque benefício não traz, porque não ajuda em nada a comunidade, só faz destruí-la (Joaquim Araújo da Paixão, 69 – em 03/07/2012).

Neste diálogo, acompanham-se alguns elementos da modificação dos mecanismos de produção, circulação e consumo. Não bastasse a cobiça pelo acesso aos seus recursos naturais,

o Curiáú acabou incorporando um tipo de comércio estranho ao *modus operandi* original desde quando a área foi reconhecida como TQ. A presença de bares, restaurantes e boates incomoda a maioria dos moradores mais antigos e denota um enclave na paisagem marcada pela coexistência da casa de farinha, do bar e da aparelhagem, por exemplo, como se vê na Fotografia 15, a seguir.

Fotografia 15 – Coexistência simbólica em Curiáú.



Fonte: Autoria própria (2012)

Na verdade, o atual processo de acumulação capitalista dita que o local deve se adequar às suas ingerências (CASTELLS, 2003; HAESBAERT, 2004; HARVEY, 2005; SOUZA, 2006; 2002). Então, o que ocorre dentro da APA é uma adaptação. Até mesmo porque a população aumentou.

Somente na área do quilombo existem mais de 400 (quatrocentas) famílias que buscam arduamente inúmeras maneiras para garantir sua sobrevivência<sup>71</sup>. Logo, uma das alternativas adotadas é justamente a abertura de pequenos comércios com venda de bebidas alcólicas e que depois vão sendo ampliados. Objetiva-se, assim, a descaracterização do ambiente original, o qual está imerso numa dinâmica atroz de inserção de mecanismos exteriores para manutenção da vida de cada sujeito que ali reside.

A recapitular os direcionamentos políticos que certamente influenciam a territorialidade econômica dos grupos sociais, parece que algumas medidas adotadas nesta UC dão fluidez maior a essa dinâmica. Neste sentido, as intenções de implantação de projetos de

<sup>71</sup> Para efeitos comparativos, no ano de 1999 existiam aproximadamente 76 famílias (TRINDADE, 1999). Nesse sentido, em treze anos só a área de quilombo teve um incremento populacional de 426,31%.

desenvolvimento turístico, pelo governo do Amapá através da SETUR, para esta área são preâmbulos da incorporação de medidas que vão de encontro à preservação das características econômicas locais. Portanto, “trilhas ecológicas”, “grande hotel ecológico com utilização de mão de obra local”, “museu” e o que já existe, como o deck panorâmico (Fotografia 16), resultarão em perda dos constructos originais de tal espaço, muito embora exista uma margem boa de benefício econômico para moradores que estarão inseridos no projeto.

Fotografia 16 – Uso do deck panorâmico.



Fonte: Autoria própria (2012)

Para esclarecer argumentações já feitas, a Fotografia 16 demonstra como que a construção de um equipamento turístico na APA não corresponde na totalidade à permanência dos objetos e ações de origem quilombola. O turismo que isto enseja é tão somente local, até mesmo porque é viável o acesso de bicicleta. Os bares e restaurantes reproduzem musicalidade de outras culturas, embora priorizem em seus cardápios a culinária local.

Normalmente durante os finais de semana do mês de julho, há superlotação deste espaço. O que menos se vê são afrodescendentes locais aproveitando o equipamento, salvo na utilização da mão de obra para preencher o cargo de vigilante do local. Nestas condições, o banho nesse lago pelas crianças da comunidade só acontece na parte da manhã bem cedo ou no início da noite quando já diminuiu a aglomeração, pois, há a ocorrência de pessoas se jogando de bicicleta da ponte, podendo provocar acidentes graves, e a possibilidade grande de conflitos com estranhos.

Estes fatos corroboram com o pensamento do poder público em relação ao Curiaú como um bairro de lazer, assertiva similar à da presidente da AMQC. Também, fica claro que

o desenvolvimento pela exploração dos potenciais turísticos da APA precisa ser planejado de modo coerente com as especificidades locais, principalmente quando for definido o nível de qualificação da mão obra que será utilizada. Nesta direção, é oportuno informar que a maioria dos moradores não tem graduação superior nem militância esclarecida, o que dificulta a sua participação e engajamento nas tomadas de decisões.

Desenvolvimento quando a gente não tem a participação da comunidade [...] porque aqui muitos não têm a capacitação profissional, não estão preparados para o mercado de trabalho, ou porque não estudaram, ou porque simplesmente deixaram de estudar muito cedo. Então, pra gente, hoje aqui desenvolvimento é você preservar isso aqui e buscar formas, modos sustentáveis de trabalhar. Então, desenvolvimento pra mim aqui hoje não significa acabar com toda a natureza, colocar uma indústria e tudo mais, porque os nossos moradores não estão preparados pra ir para o mercado de trabalho. Os nossos moradores poucos tem um curso técnico. São raríssimos ou que talvez nenhum tenha um curso técnico. São pouquíssimos os que tem um curso superior (Jozineide Araújo, 46 – Entrevista cedida em 29/06/2012).

A entrevista acima comprova justamente a deficiência vivida na qualificação profissional dos residentes no TQ Curiaú, embora seja uma realidade em toda APA (SANTOS, 2012). E, como visto, a percepção de desenvolvimento segue uma prática de valorização da mão de obra local, na qual a qualificação técnica dos moradores é imprescindível. Então, infere-se que a sustentabilidade, em todas as suas dimensões, não será realizada em tempo breve e, portanto, depende de projetos de desenvolvimento coesos, em sinergia com as potencialidades e particularidades locais.

Em outra atividade produtiva, a pecuária nas áreas de cerrado próximas aos lagos foi presença sempre marcante (SILVA, 2004). A própria origem da comunidade curiaense está assentada nesta atividade produtiva, contudo, atualmente a criação de gado bovino se mistura com a de bubalino, o qual funciona como uma espécie de poupança para seus donos, onde, em momentos de dificuldades econômicas estes animais tornam-se opções de comercialização. Na área de várzea, este tipo de atividade não é muito forte, pois o próprio búfalo que poderia se adaptar a este ambiente trouxe prejuízos a seus criadores quando invadia as áreas de plantio.

A contribuição das atividades pesqueiras na dinâmica econômica desta UC também sofre variação negativa. O incremento demográfico local pressiona os lagos e o aumento do consumo do recurso pesqueiro sem qualquer tipo de controle leva à sua escassez. Não obstante, esta atividade ainda seja uma das principais fontes de proteína animal dos moradores

da APA. Aliás, como posto por Simonian et al. (2012) em relação à ilha de Pacamorema na RESEX Mãe Grande, Pará, essa é uma realidade bem mais ampla em termos amazônicos, ou seja, há recorrência dos discursos quanto à escassez do pescado.

Outra prática econômica forte é a produção de açaí. Com concentração maior na parte leste da APA, pode-se afirmar que é a principal fonte de renda dos moradores residentes na área de várzea, justamente por ser este o ambiente em que a palmeira do açaí tem maior índice de produtividade. Em campo, por exemplo, ouviu-se de um produtor local que no final do ano de 2011 uma “saca” do produto chegou a ser vendido em Macapá a R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), mais que quadruplicando seu valor médio durante a safra anual (entre janeiro e junho).

É de se revelar que uma parte grande da população tem vínculos empregatícios formais e informais na zona urbana de Macapá. Isso representa não somente uma maneira de buscar mecanismos de sobrevivência fora dali como, também, coaduna com o processo natural de perda dos valores tradicionais locais. Nesse contexto, outra constatação em campo foi que muitas casas na APA são ocupadas somente durante os finais de semana ou em período de férias, funcionando como abrigo ou refúgio em dias de descanso para os trabalhadores que têm origem no Curiaú, mas que hoje residem fora dali.

Tais análises econômicas acerca das práxis cotidianas na APA do Rio Curiaú refletem as interferências humanas no ambiente vivido. Assim, um grau de preservação maior ou menor dos recursos naturais e o que está sendo feito para sustentar isso são observados ao longo dos 21.676ha de extensão dessa mesma APA. Com o objetivo de identificar esses desdobramentos de ordem ambiental, segue-se a próxima subsecção.

#### 4.4 A INTENÇÃO DO AMBIENTE SUSTENTÁVEL

A territorialidade dos grupos voltados a intervenções (de qualquer tipo e escala) na APA do Rio Curiaú é o mecanismo social natural de produção do espaço geográfico e conseqüentemente de alteração do meio ambiente. Como visto em Bonnemaïson (2002), Haesbaert (2009; 2004; 2002), Saquet (2009) e Souza (2006), não existe um território pronto e acabado. A todo tempo, a cada segundo, (re)produz-se um espaço e igualmente as relações de poder que acontecem em tal espaço também se modificam, talvez não perceptíveis de imediato, mas, ocorrem.

Tudo isso remete ao ambiente e à identificação de características que são na verdade processos. *Ad hoc*, o cerrado, a floresta de várzea e os campos inundáveis da APA do Rio Curiaú, mesmo que sendo ecossistemas especialmente protegidos, sofrem naturalmente suas mudanças, contudo, é pelo trabalho ou ação humana que estas paisagens são alteradas de maneira mais acelerada. De tal modo que, os critérios ou variáveis de desenvolvimento precisam ser cuidadosamente planejados, com a elaboração e implantação de projetos que de fato promovam sustentabilidade não só ambiental, mas cultural, política e econômica.

As mudanças nos ambientes naturais desta UC são claras. Assim, o acesso intenso e desordenado aos recursos desta aciona o desequilíbrio ambiental, no qual não somente a natureza é ameaçada, mas o próprio ser humano, principalmente os que sobrevivem dali.

A gente já teve tanta coisa aqui que já foi extraviada. Você entrava aqui no pescada, você gostava de ver a quantidade de tracajá, hoje você já não vê porque já foi destruído. A camaleoa quase também vai à falência, também já tá criando. A capivara vinha aqui no terreiro de casa, também a gente já vê pouco. Ai quantidade de peixe que nós vimos já não tem porque também já foi destruído. Porque depois que nós tivemos essa vizinhança aí desconhecida pra nós. Com o que é que nós tamo lhe dando com madeireiro e palmitero. E é só um tipo de gente pra desgradar qualquer terreno, depende de eles terem oportunidade [...] isso aí já foi tirado foi muita madeira aí do outro lado. Tanto faz a madeira quanto o palmito. Aí, nesse influenciamento desse trabalho vai tudo [...] e se o caboco vai tirar o açaí no mato, desses tirador daí do outro lado, que conhece, que são acostumado a cortar o palmito, quando ele vem ele já vem com uma preguiça, ele jávem com um camaleão, ele já vem com um jabuti. Isso aí é o ganho dele. Lá ele entoca na lança, presta conta do açaí que ele tirou e pronto (Osório Gonçalves de Paula, 70 – entrevistado em 09/07/2012).

Na fala do líder comunitário de Pescada, há uma ênfase na escassez e diminuição dos recursos animais e vegetais da comunidade. O mesmo identifica dois principais atores que aceleram este processo, os quais são desconhecidos ou estranhos à população original: o madeireiro e o palmitero. Elencam-se, do mesmo modo, as estratégias utilizadas para se beneficiar ilegalmente dos recursos extraviados da natureza.

Ainda no leste da APA, em Pirativa, a presidente da AAERP apontou que, além do despejo de lixo diretamente nos rios que ainda existe razoavelmente, um dos problemas é a erosão da borda dos rios provocada pela incidência das ondas geradas pelas embarcações que trafegam em alta velocidade. Enquanto que do outro lado da APA, na comunidade Currálinho, as agressões ao meio ambiente foram relatadas pela presidente da associação que esclareceu a situação de pesca ilegal com mergulhos no poço do Bonito por gente de fora. Especificamente

nessa comunidade registrou-se um despejo irregular de lixo numa área próxima ao centro de ocupação da comunidade.

Fotografia 17 – Passivos ambientais em Curiaú e Curralinho.



Fonte: Autoria própria (2012).

A Fotografia 17 acima corresponde à visualização dos passivos ambientais flagrados na comunidade Curiaú, mais precisamente dentro da linha de maré alta do rio Curiaú, bem abaixo do deck panorâmico, e em Curralinho, próximo ao seu núcleo de povoamento. A SEMA-AP tem ciência sobre esses casos e dos demais já relatados aqui, no entanto, a dificuldade de intensificar as fiscalizações e proceder com as devidas prevenções e punições é facilmente atribuída à insuficiência do número de técnicos que assumem esta função. É pertinente lembrar que a SEMA-AP não tem o poder de autuar os responsáveis por estes crimes ambientais, e sim o BAPM, o que reitera a desarticulação e fragilidade institucional vivenciadas na administração da APA.

Na comunidade Casa Grande a percepção de um morador local também enfatiza mudanças na disponibilidade de recursos ambientais.

Esse lugar foi um lugar muito farto. Isso aqui quando eu me entendi eu comia o que eu queria aqui. Hoje você não come, porque a maioria que é daqui só vive pra vender as coisas aqui. Pegar pra vender. Naquele tempo não, a gente pegava é pra comer. Queria comer um pato você comia. Queria comer um jabuti você comia. Queria comer um jacaré você comia. Se você queria comer uma peixada você comia tudo que é de fartura aqui nesse mato pra cá. Hoje não tem nada [...] tem um bando é de acabador [...] e moram aqui dentro mesmo. Vão no mato matar um veado e é pra vender, se matar um *queixara* é pra vender, se pegar um jabuti é pra vender. Tudo o que pega

é pra vender (Bernardo Correa das Chagas, 86 – entrevistado em 23/06/2012).

Nestes argumentos, estabelece-se a relação com um tempo de fartura e disponibilidade de recursos, e ao tempo atual no qual a existência de “acabadores” prejudica a vida animal na mata. Outro ponto fundamental é a mudança de referencial dada à natureza. Agora, essa é vista pelos próprios moradores como mercadoria e não mais como *locus* de sobrevivência equilibrada entre a oferta de recurso e a necessidade humana de alimentação.

Por sua vez, a SEMA-AP também teceu considerações acerca dos principais problemas ambientais que rondam a APA do Rio Curiaú.

Um dos problemas que a gente enfrenta é a pressão da caça ilegal especialmente na várzea. Da pesca também no período mais da estiagem quando os lagos começam a secar e ficam aqueles poços, então existe uma pressão gigantesca nesses poços, uma pressão de pesca. Tapagem de igarapés. O pessoal tá diminuindo mais o desmatamento pra fazer pasto. A gente acompanha na imagem de satélite. Mas a gente ainda tem problema, por exemplo, de queimada. Em 2010 a gente enfrentou uma grande queimada ali naquela região do Bomba, atrás do Curiaú de Fora. Toda aquela área ali queimou bastante. Então a gente sabe que essas queimadas às vezes são espontâneas porque fica muito seco no período de outubro-novembro e qualquer fagulha leva realmente a queimar aquela parte do cerrado, mas muitas delas são provocadas por parte da agricultura (...) existe o impacto ambiental das agriculturas porque desmata aqui, ano que vem desmata outra ilha de mata, e ai às vezes se não fizer o aceso corretamente existe essa queimada, essa queimada avança pro cerrado [...] ainda tem a questão do búfalo que também a gente tinha esperança que esse número de búfalos fosse realmente diminuído [...] existem transtornos enormes. Estatisticamente a gente sabe que esses animais criados do jeito que são criados, de forma extensiva provocam e tem provocado acidentes com morte, aliado à questão já das festas, então, são duas situações assim que levam a esse problema. Mas um outro problema ambiental que a gente enfrenta lá são os problemas de invasão de açazais na área de várzea. O que ocorre: o pessoal que não é morador de lá, especialmente ali do limite pelo pescada, sai daqui do igarapé das mulheres várias embarcações vão pra lá todo dia de manhã e entram nos açazais, já são divididos açazais entre eles, mas não são moradores de lá, são pessoas aqui mesmo de Macapá que vão explorar esse açai lá (Sirley Luzia de Figueiredo Silva, 45 – entrevistada em 11/07/2012).

Por estas construções orais da entrevistada, entende-se que a SEMA consegue identificar minuciosamente os problemas ambientais que a APA enfrenta, principalmente quando a origem disso é a ação humana.

Todavia, suas contrapartidas de prevenção e de contenção das agressões aos ecossistemas locais são extremamente limitadas. Prova disso é que mesmo com uma proposta

de zoneamento descrita no Plano de Manejo publicado em 2010, onde constam sete zonas,<sup>72</sup> não existe, até agora, medidas direcionadas para implantá-la. Note-se que elas têm como finalidade ordenar áreas para tipos variados de exploração e que as mesmas são uma atualização do diagnóstico e zoneamento participativos realizado em 2000 por esta Secretaria.

Em síntese, a realidade é que o Plano de Manejo e seus direcionamentos não são tidos como ferramentas de desenvolvimento. Embora esteja mal elaborado, principalmente do ponto de vista ortográfico e de diagramação, é possível compreender algumas diretrizes as quais são de relevância extrema para promover a sustentabilidade na APA. Portanto, pelas impressões obtidas em campo, e outras leituras, considera-se o que existe como meras intenções de um desenvolvimento mais abrangente e equitativo.

Planejamento em si é até executável. Porém, interpenetrado de incoerências, que vão da escolha dos membros no CONGAR às articulações, ou melhor, ausência de articulações coesas com outras instituições e esferas de poder, assim como detectou Silva (2010; 2007) no sul do Amapá. Todo esse complexo de intenções sem uma postura administrativa contundente e eficaz não criará condições para o tão sonhado desenvolvimento, ainda mais em termos sustentáveis.

Porque, assim, o que sustenta o Curiaú é o lado cultural. Eu vejo que tem que ter um projeto voltado especificamente pra esse lado. Para o resgate, o fortalecimento e aproveitar essa nova geração que tá aí. Tem uma criançada boa de instrumento lá pra caramba (José Araújo da Paixão, 52 – entrevistado em 02/09/2012).

De posse do entendimento de um representante da SECULT-AP, também morador da comunidade de Curiaú, é pertinente destacar a necessidade da existência de projetos arraigados na questão cultural. Projetos que não signifiquem somente o repasse de verbas e apoios logísticos para a elaboração de uma festividade tradicional, como recorrente.

Na tentativa de contribuir para uma noção da riqueza cultural local, acompanha-se a íntegra<sup>73</sup> de uma publicação no Jornal do Quilombo:

Todas as pessoas observadoras pensadores e curiosas é de certeza que estes vêem a beleza da natureza seja ela flora o fauna e a humana, mais se tratando das pessoas, Deus criou com uma perfeição maravilhosa de raças e peles, só que muitas pessoas se sentem superiores a certos e a outros, e estes se escondem atrais de uma capa ou embalagem argumentando que é assim a

---

<sup>72</sup> Zona de uso extensivo, zona de uso intensivo, zona histórica-cultural, zona de recuperação, zona de uso especial, zona de reprodução e zona de ocupação.

<sup>73</sup> Manteve-se a grafia original.

divisão da sociedade, mais o ser grandioso Deus não fez esta divisão, as classes de mais poder aquisitivo e de influencia, o escravismo exista ate nos dias de hoje de uma maneira superficial e um tanto no anonimato de certo ponto com receio das represaria das leis que ampara os cidadãos. As pessoas boas e justas que pertencem estas classes sociais tem dentro deles humildade simplicidade e compaixão pelos outros sejam eles de onde venham ou o que fazem, um quilombola, um ribeirinho ou um índio, estes são gentes pessoas que merecem respeito, todos são valiosos e necessárias para a natureza, estes homens e mulheres destas terras áreas lugares confirmam a sustentabilidade para o povo da cidade, por que ainda esta indiferente que faz com que muitas pessoas se cinto encabulados inibidos e com receio de brigarem e lutarem pelos seus direitos, a prepotência, a arrogância e áspides em certas pessoas, não deveriam estarem em lugares públicos para o atendimento aos cidadãos como podemos mudar esta situação de ignorância sem quem se propõem a estudar e se capacitar as vezes torna-se pior de quem já está habituado a tratar as pessoas com indiferença, o certo é fazer e criar a universidade de humildade e atenciosidade (SILVA, 2012 – Jornal do Quilombo, edição n. 89. Abril 2012).

Como é observável, o autor revela os fundamentos originais da (re)produção social na comunidade: a humildade, a simplicidade e a compaixão. Mostra um pouco da dificuldade na luta pelos direitos dos quilombolas, mas também dos ribeirinhos e dos indígenas, quando estes pares necessitam da cidade (Macapá e até mesmo outras). Ao final, dá sinais de que uma suposta universidade de humildade e “atenciosidade” poderia garantir o certo (ou o justo) nas relações interpessoais dentro e fora da comunidade.

Outro enfoque lapidar do autor é a clareza de que as desigualdades sociais não são naturais (ou divinas). Neste ponto é de validez extrema associar esse entendimento a um *modus operandi* baseado na reciprocidade e na redistribuição (POLANYI, 1980). A reciprocidade estaria alicerçada na relação de parentesco, como Acevedo-Marin (1997) e Trindade (1999) identificaram, e a redistribuição se liga à divisão do trabalho entre os comuns no quilombo, uma vez que a propriedade da terra é coletiva.

Nos dizeres de Polanyi (1980, p. 63): “[...] princípios de comportamento como esse, contudo, não podem ser efetivos a menos que os padrões institucionais existentes levem à sua aplicação”. Numa perspectiva de contemporizar tais conjecturas é preciso, pois, adotar estrategicamente estas raízes. Então, planejar é essencial, porque o planejamento precede as ações e demanda naturalmente projetos de intervenções.

Este deve estar focado na situação socioeconômica e político-institucional do território onde se pretenda interferir para melhorar as condições de vida dos atores sociais inseridos na problemática a ser planejada (BUARQUE, 2002; MATUS, 1989; SILVA, 2012). Por essa perspectiva, então, pode-se afirmar que sem projetos não existe desenvolvimento. E, para que

existam projetos é *sine qua non* planejá-los e, mais ainda, implementá-los e monitorá-los, considerando a reciprocidade, a solidariedade, a equidade<sup>74</sup>.

Em outras palavras, para se chegar ao desenvolvimento é necessário compreender o processo. É por isso que se defende aqui o planejamento estrategicossituacional, porque o processo de configuração socioespacial ora apresenta uma situação ou realidade, ora se caracteriza por outra, ainda mais quando observada uma UC com características bastante fortes de raízes culturais afrodescendentes. Para a APA do Rio Curiaú, as origens simbólicas podem favorecer o planejamento (BRITO, 2003), mas é de suma importância atentar sempre para o bem estar coletivo no momento do diálogo com a outridade para decidir algo, mesmo que para isso seja necessário adotar seletivamente algo estranho aos vínculos culturais tradicionais.

---

<sup>74</sup> Esta deve ser entendida como “[...] a igualdade de oportunidades de desenvolvimento humano da população, respeitada a diversidade sociocultural mas asseguradas a qualidade de vida e a qualificação para a cidadania e o trabalho.” (BUARQUE, 2002. p. 22)

## 5 CONCLUSÕES

As investigações desempenhadas no contexto da APA do Rio Curiaú nesta dissertação apontam para a problemática do elo entre cultura e desenvolvimento. Isto, pois, concebe-se teórica e empiricamente que toda e qualquer intenção de desenvolvimento está fundamentalmente arraigada no constructo simbólico e cultural de cada ser humano. Seja qual for o adjetivo a ser usado para complementar o sentido do termo “desenvolver”: sustentável(mente), econômico(camente), cultural(mente), político(camente), ambiental(mente), social(mente), entre outros.

Neste sentido, desenvolvimento requer a identificação de que isto é um processo de (re)produção social e que depende intrinsecamente do fortalecimento e valorização das bases culturais visando não somente o indivíduo, mas a coletividade. Como constatado, o vínculo a uma economia de mercado provoca uma postura de enfrentamento por parte dos que ainda sobrevivem em outros moldes, em tempos não acelerados de acumulação, nos quais a base das relações materiais e imateriais são a reciprocidade, a solidariedade, a confiança, as virtudes. Logo, ao notar que a APA em questão é constituída de sujeitos que afirmam veementemente que “aqui não é mercado, é sobrevivência”, redobra-se a atenção para a compreensão do território, e principalmente para a gestão deste.

Dentro desse contexto, a retomar que antes de gerir, deve-se planejar para que o fim seja sempre a felicidade, ou melhor, o próprio desenvolvimento da maioria. Um dos elementos fulcrais, por parte da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas, seria considerar a cultura local enquanto imprescindível. E, sem dúvida, vincular a tais procedimentos a percepção econômica, política, cultural e ambiental dos moradores mais antigos, tanto da área de várzea quanto de terra firme, poderia ser um ponto de partida dos projetos de garantia de qualidade de vida, bem estar e justiça social.

Contudo, não basta somente priorizar o fomento financeiro para elaboração das festividades tradicionais, ou de outras culminâncias artísticas ao longo do ano (no caso da SETUR/SEAFRO) e mesmo valer-se de um tombamento que só existe em lei, salvo a “cultura” de preservação intracomunitária praticada em Curiaú pelos originários dali. É preciso, pois, projetos estrategicamente articulados, com efetividade ampla na valorização e fortalecimento cultural e com monitoramento incisivo durante seus prazos curto, médio e longo. Afinal, projetos, e não planos de manejo, são condições *sine qua non* para o desenvolvimento.

As articulações estratégicas demandam a participação qualitativa dos sujeitos (ou atores) envolvidos. Como o governo do Estado do Amapá é quem coordena as ações na APA por meio da SEMA-AP, este poderia (re)iniciar um diagnóstico para elencar a qualidade dos que participarão das tomadas de decisões. Isso porque, da maneira com que se estabelece o CONGAR atualmente não se tem muito a certeza da eficiência para a resolução de problemas e mediação de conflitos internos e externos ao próprio Conselho e a esta UC.

Pelo já citado, a qualidade da participação está muito mais alicerçada no comprometimento, engajamento, (re)conhecimento de problemas e propostas de soluções coerentes, postura solidária, recíproca e horizontal dos envolvidos do que nos níveis de escolaridade e vínculos políticos e institucionais. É bom lembrar que muitos conselheiros ocupam as cadeiras do CONGAR devido à sua militância política e institucional, inclusive na cadeira de presidente do Conselho. A exemplo, a mudança de governo estadual na última eleição provocou a alteração de cargos na SEMA-AP e consequentemente na presidência do CONGAR, daí a necessidade de a qualidade ser virtude também nessa esfera de poder.

Por outro lado, a superposição jurídica e institucional APA/TQ que deveria caracterizar um constructo positivo na administração e na criação de condições favoráveis para o desenvolvimento local, também está permeada de entraves. A maioria dos residentes é de origem afro, e em contato com estes, é súbita a autoidentificação enquanto quilombolas. Quando indagados sobre as vantagens de viverem em uma AP, os mesmos remetem-se a argumentações que constituem muito mais a categoria TQ.

De modo semelhante, a SEMA-AP em suas ações (ou ausências delas) está longe de assegurar o *modus vivendi* ou *operandi* dos afrodescendentes, não obstante sejam apontados tais residentes como quilombolas. A reprodução incontrolada de festas de aparelhagem, de bares, restaurantes e comércios com finalidades essencialmente lucrativas na APA são testemunhas disso. Destarte, ressalta-se mais uma das incoerências socioterritoriais a ser superada.

Deste modo, as aproximações institucionais outras poderiam encontrar um cenário político e estrutural favorável a parcerias mais nevrálgicas e não pontuais como as de hoje, com destaque às oficinas de batuque e marabaixo executadas pela PLACA. Todavia, para isso, é igualmente providencial a capacitação profissional da juventude local para que se acompanhe um processo de desenvolvimento compactado, com envolvimento da maioria. A incorporar seletiva e estrategicamente a cultura exterior.

Todo este complexo relacional entre humanidade e natureza traduz-se em apropriação socioespacial na condição de território. Assim, a maneira de a(s) territorialidade(s) se

impor(em) confere(m) o grau de intervenção/alteração no ambiente. E, em tempos, não mais de “águas cheias”, mas de evocação da sustentabilidade em meio à voracidade mercadológica da economia capitalista, compreender os conteúdos e os modos de suas interposições é tarefa incessante para se praticar a equidade social e conseqüentemente a conservação ambiental.

Portanto, a tentativa dos tempos lentos é uma resistência que num primeiro momento parece sucumbir ou enfraquecer, mas que permanece. Não obstante esteja permeada de conflitos internos e pressões externas, em particular no que respeita ao TQ Curiaú. Porém, claramente as comunidades da área de várzea também presumem de potencial riquíssimo de natureza ecológica, econômica, política e cultural, faltando urgentemente viabilizar mecanismos de interação que possibilitem e incentivem a participação de seus representantes nas tomadas de decisões.

Ao elencar tais evidências, retorna-se aos objetivos desta pesquisa e nota-se que a relação entre cultura e desenvolvimento na APA do Rio Curiaú é deficiente e fragilizada, tanto do ponto de vista das estratégias do governo estadual, quanto das ações que surgem endogenamente por parte das comunidades. Isso reverbera em conflitos que expressam a luta pela imposição das respectivas territorialidades entre os sujeitos envolvidos na (re)produção social nesta UC. Viu-se isto na dimensão política quando das incoerências na ocupação das cadeiras do CONGAR, no dissenso na questão da legitimidade da atual presidência da AMQC e no desgaste político entre prefeitura e estado, sobretudo.

Também na dimensão econômica percebeu-se que há, em termos de territorialidade, elementos que se embatem. São os casos dos mecanismos que a díade globalização/capitalismo impõe no território como práticas de sobrevivência contra um modelo prístino construído pelos moradores mais antigos e seus ancestrais. Logo, a própria paisagem demonstra este entrave, como no exemplo da casa de farinha em coexistência com a aparelhagem.

Na dimensão ambiental visualizaram-se os resíduos das adoções políticas e econômicas dentro da UC. Tem-se, portanto, a persistência das queimadas e desmatamentos ilegais, invasões na área de várzea e lagos, destinação inadequada de lixos, escassez de recursos da fauna e da flora e poluição visual. Deste modo, a sustentabilidade renova-se enquanto meras intenções que incrementam oralidades em campanhas políticas somente.

E no que se refere à existência de elementos de planejamento local via implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e valorização cultural, como notou-se, atualmente apenas um projeto tem essa finalidade, mas, por motivos já elencados, é incipiente. Assim, é recorrente que pela tentativa árdua dos moradores mais antigos, em

especial dos afrodescendentes, os vínculos culturais nativos ainda são preservados. Embora a PLACA tenha sido, de modo plausível, entretanto isolada, uma parceira indispensável para a perpetuação das raízes culturais originais daquele território.

Longe de encaminhar o desenvolvimento pleno como uma tarefa simples, a conjuntura desta pesquisa acumulou noções de como possibilitar o caminho para tal na dimensão territorial da APA do Rio Curiaú. Identificar e compreender minuciosa e prudentemente os desdobramentos políticos, econômicos, culturais e ambientais que se materializam nesta UC são variáveis a serem dominadas e convergi-las em potenciais de sustentabilidade. Portanto, a reforçar o que foi apontado em outras produções científicas alhures, a valorização, fortalecimento e usufruto dos benefícios culturais locais são incomensuravelmente essenciais no planejamento, elaboração, implementação e monitoramento para a mudança social positiva.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. *Amazônia: do discurso á práxis*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros do Trombetas*. Guardiães de matas e rios. 2. ed. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 1998.
- ACEVEDO-MARIN, R. E. *Nascidos no Curiaú*. Belém: NAEA;UFPA, 1997.
- ACEVEDO-MARIN, R. E.; CHAVES, E. Imagens de Belém: paradoxos de modernidade e cultura na Amazônia. In: XIMENES, T. (Org.). *Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém: NAEA, 1997. p. 407-427.
- ACEVEDO MARIN, R. E. et al. Quilombolas do Curiaú: conflitos socioambientais não resolvidos com a criação da APA do Curiaú. In: ALMEIDA, W. B. de. et al. (Org.). *Territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; UEA Edições, 2010. p. 169-177. Caderno de debates.
- ADAMS, C. As Florestas Virgens Manejadas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 10. n. 1, p. 3-20, 1994. (Série Antropologia).
- ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006. p. 15-32.
- ALBERTO, D. P. S. *Políticas públicas, turismo e unidades de conservação municipais: uma experiência em Cancão, Serra do Navio, Amapá*. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- ALEGRETTI, M. A construção institucional da reserva extrativista. In: A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Brasília: UNB, 2002. p. 462-588.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombo: terra e problema. In: *Jamary dos pretos: terra de mocambeiros* (Projeto Vida de Negro). São Luís: SMDDH; CCN-PVN, 1998. v. 2 (Coleção Negro Cosme).
- AMAPÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. *Programa de desenvolvimento sustentável*. Macapá: SEPLAN, 1995.
- \_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. Decreto 1418: trata do tombamento a vila do Curiaú como patrimônio cultural do estado. *Diário Oficial do Estado*, Macapá, n. 42, não paginado, set.1992.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú*. Macapá, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Relatório técnico do desmatamento no estado do Amapá, referente aos anos de 2007 a 2008*. Macapá, 2010b.

AMARAL, A. J. P. *Da senzala ao quilombo*. Práticas educativas e uso de recursos naturais entre os quilombolas do médio Amazonas – Pará. 2008. 326f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

AMARAL FILHO, J. do. A endogênização no desenvolvimento econômico regional no local. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: IPEA. n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: INDA, J. X.; ROSALDO, R. *The anthropology of globalization: a reader*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.

ARAÚJO, M. A. R. *Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

ARRUDA, R. S. V. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação*. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB; USP; HUCITEC, 2000. p. 273-288.

ATLAS. Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá. Macapá: MMA; IBAMA; GEA; SEMA, 2008.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, C. S. *Personagens ilustres do Amapá*. Macapá: APES, 2002. v. 3.

BATISTA, I. M. da S. Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BELLO, A. A. A fenomenologia. In: \_\_\_\_\_. *Fenomenologia e ciências humanas: psicologia, história e religião*. Bauru, EDUSC, 2004. p. 49-101.

BOISIER, S. E. *Sociedad civil, participación, conocimiento y gestión territorial*. Santiago de Chile: ILPES, 1997.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: *Geografia cultural: um século* (3). CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002. p. 83-132.

BOSERUP, E. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: HUCITEC; POLIS, 1987.

BOYER, V. Passado português, presente negro e indizibilidade ameríndia: o caso de Mazagão Velho, Amapá. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28. n. 2. p. 11-29, 2008.

BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Fundação Cultural Palmares. Curiaú: título de reconhecimento como Terra Quilombola n. 1. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 1325, p. 10, nov. 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. In: DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). *Biodiversidade 4*. Brasília, DF; São Paulo: USP, 2001.

BRITO, D. M. C. *A construção do espaço público na gestão ambiental de unidades de conservação: o caso da Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú – Amapá*. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2003.

BRITO, D; DRUMMOND, J. O planejamento e o zoneamento participativos: novos instrumentos de gestão para as unidades de conservação do Brasil (o caso da área de proteção ambiental do rio Curiaú, Amapá/AP). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 1, n. 3, p. 112-131, set./dez. 2007.

BUARQUE, S. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CABALLERO-ARIAS, H. (Post)desarrollo, antropología y estado en Venezuela: la nueva lógica de la participación local. *Espacio Abierto*, Caracas, v. 16, n. 1, p. 135-162, 2007.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidades e significados na sociedade em rede. In: \_\_\_\_\_. *O poder da identidade: a era da informação na sociedade*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 21-92.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação*. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB; USP; HUCITEC, 2000. p. 165-182.

CASTRO JÚNIOR, E. de.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-66.

CIFELLI, G. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto – MG. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: FAPESP; ANNABLUME, 2010. p. 115-138.

CLAVAL, P. A geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro, EDUERJ: 1999. p. 59 -97.

\_\_\_\_\_. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro, EDUERJ: 2001. p. 35 - 88.

\_\_\_\_\_. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: EDUFPR, 2002, p. 11 – 46.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. de A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-111.

COLLINS, R. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ. Manifesto pelos direitos quilombolas. In: ALMEIDA, W. B. de. et al. (Org.). *Territórios quilombolas e conflitos*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 267-289. Caderno de debates.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Economia, cultura e espaço: uma introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Economia, cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. p. 7-14.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e a escola de Berkeley: uma apreciação. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro, EDUERJ: 2001. p. 9 - 33.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-47.

COSTA, A. M. D. da. *Festa na cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará*. Belém: [s.n.] 2007.

COSTA, E. A problemática da superação do subdesenvolvimento e a questão da integração regional. IDESP. *Revista de Estudos Paraenses*. v. 2, n. 1. Belém, fev. 2009.

CREWE, E.; HARRISON, E. Seeing culture as barrier. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). *The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism*. Malden, Mass.; Blackwell Publishing, 2005. p. 232-234.

CRUZ, S. H. R. *Desenvolvimento, turismo e fronteira na Pan-Amazônia: trajetórias entre Brasil e Guiana Francesa*. 2010. 378 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR; Fundação O Boticário, 2002. p. 52-73.

DIEGUES, A. C. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Etnoconservação*. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB; USP; HUCITEC, 2000. p. 1-46.

ESCOBAR, A. El lugar de La naturaleza y La naturaleza Del lugar: globalización o posdesarrollo. In: VIOLA, A. (Org.). *Antropología del desarrollo*. Barcelona: Paidós, 2000. p. 169-216.

ELETRONORTE. *Alma do Norte*. Batuque e marabaixo: identidade, devoção e festa do Curiaú. Macapá, 2005. DVD.

ETKIN, J. *Capital social y valores en la organización sustentable*. Buenos Aires: Granica, 2007.

FEENY, D.; BERQUES, F.; MCCAY, B. J.; ACHESON, J. M. A Tragédia dos Comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB; USP, 2001. p. 17-42.

FERNANDES, F. A. *A Capoeiragem amazônica: políticas públicas e sustentabilidade cultural em Belém*. 2009. 115f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

FUKUYAMA, F. *Confiança: as virtudes e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento*. Enfoque histórico-cultural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCIA-CANCLINI, N. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. 2. ed.: Rio de Janeiro, EDUERJ, 2007.

\_\_\_\_\_. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVEA, H. H; RODRÍGUEZ, I. C. Capital social, desarrollo endógeno y gestión de demandas ciudadanas. *Revista Venezolana de Gerencia*, Caracas, ano 14, n. 45, p. 55-77, 2009.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo, Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2009. p. 95-120.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 169-190.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, n. 3859, 1968.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. 1. ed. V. 4. Belém: EDUFPA, 2004.

HOEBEL, E. A.; FROST, E. L. *Antropologia Cultural e Social*. São Paulo: Cultrix, 1981.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *Novos cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

JAMESON, F. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KONG, L. Música popular nas análises geográficas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Cinema, música e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. p. 129-175.

LARAIA, R. de B. *Cultura um conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEFF, E. *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, D. POZZOBON, J. Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19. n. 54, p. 45 – 76, maio/ago. 2005.

MALINOWSKI, B. *Os argonautas do Pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, E. et al. Diálogo com o governador João Alberto Capiberibe. In: MOULIN, N. (Org.). *Amapá: um norte para o Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, H. H. de S. Metodologia qualitativa de pesquisas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30. n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MATUS, C. *Adeus Senhor Presidente: planejamento, antiplanejamento e governo*. Recife: Editora Litteris, 1989.

\_\_\_\_\_. *Estratégias políticas: chimpanzé, Maquiavel e Ghandi*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MAUÉS, R. H. Um aspecto da diversidade do caboclo amazônico: a religião. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 53, n. 19, p. 259-274, 2005.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2009. p. 217-228.

MORAES, J. L. A. de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, S. M. de S. (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 123-148.

MORAES, J. M. da S. Adoção de inovações, relações de trabalho e cultura na unidade de produção camponesa: o caso de Curiaú no Amapá. 1991. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras, 1991.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. *Revista Economia*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2008.

MURRIETA, R. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. *Revista Antropologia*, São Paulo, v. 41, n. 1, não paginado, 1998.

NIGRO, C. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: FAPESP; ANNABLUME, 2010. p. 55-80.

O'DWYER, E. C. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: ALMEIDA, W. B. de. et al. (Org.). *Territórios quilombolas e conflitos*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 41-48. Caderno de debates.

OLIVEIRA, C. P. de. O método de avaliação por múltiplos critérios como apoio ao planejamento ambiental: aplicação experimental no cerrado central do Amapá, Brasil. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O trabalho do antropólogo*. 2. ed. SP: UNESP; Paralelo 15, 2000. p.17-36.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo, EDUSP, 1993.

OSTROM, E. Type of good and collective action. *Workshop in political theory and policy analysis center for the study of institutions, population and environmental change*. Indiana University, 2002.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campos, 1980.

PORTO, J. L. R. Reinvenções do uso do território amapaense. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010. p. 91-113.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. São Paulo: FGV, 1996.

QUARESMA, H. D. de. A. B. *O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/Maiandeuá*. Belém: NAEA, 2003.

QUEIROZ, S. *Território Quilombola do Curiaú e Área de Proteção Ambiental do Curiaú: interpretação dos conflitos socioambientais pela economia ecológica*. 2007. 107f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

QUINTELA, E. *Marabaixo*. Macapá: Tipiti, 1992.

RIBEIRO, A. C. Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá. 2008. 294 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RODRIGUES, C. I. *Vem do Bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano*. Belém: NAEA, 2008.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SANTOS, E. *Histórias do meu povo*. Macapá: Confraria Tucuju, 2002.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 28-56.

SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SANTOS, F. *Notas de campo*. Macapá, 2012.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e sustentabilidade cultural: uma perspectiva geográfica no Movimento Bregueiro em Belém do Pará. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 2, mai./ago., 2010.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2009. p. 73-94.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, F. *Planejamento regional com foco em arranjos produtivos locais: a experiência recente do Estado do Pará*. Belém: NAEA; UFPA, 2009.

\_\_\_\_\_. Pólos de inovação tecnológica e planejamento regional no estado do Pará. In: PONTE, M. X. (Org.). *Produção sustentável na Amazônia*. Belém: UFPA, 2011.

SILVA, F. SILVA, L. *História regional e participação social nas mesorregiões paraenses*. Belém, NAEA/UFPA, 2009.

SILVA, J. B. da. *Unidades de Conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaense: tendências, problemas e perspectivas*. 2007. 374 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

\_\_\_\_\_. Populações tradicionais sul-amapaenses de unidades de conservação: valores, condutas e o papel da pedagogia da alternância. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010. p.287-324.

SILVA, S. M. da. *Curiaú, sua vida sua história*. Macapá: FUNDECAP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Curiaú: a resistência de um povo*. Macapá: SEMA, 2004.

\_\_\_\_\_. *Jornal do quilombo*, Macapá, n. 89, abr. 2012.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN VACA, L. E. (Org.) *Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA; UNESCO, 2007a. p. 25-44.

\_\_\_\_\_. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). *Imagem & pesquisa na Amazônia: ferramentas de compreensão da realidade*. Belém: Alves, 2007b. p. 15-52.

\_\_\_\_\_. Pesquisa em Ciências Humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, MPEG, v. 1, n. 2, p. 119-134, 2005. (Série Ciências Humanas 7).

\_\_\_\_\_. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.

SIMONIAN, L. T. L. et al., *Pacamorema / RESEX Marinha Mãe Grande: terra de feiticeiras ou metáfora para impasses ao desenvolvimento?* Belém: NAEA, 2012.

SIMONIAN, L. T. L.; PINTO, P. M.; CAMPOS, R. I. R. de. *Unidades de conservação em Martírios/Andorinhas: perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas.* Belém: UFPA, 2007.

SIMONIAN, L. T. L. et al. de. Floresta Nacional do Amapá: um histórico breve, políticas públicas e (in) sustentabilidade. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá.* Belém: NAEA; MPEAP, 2010. p. 115-180.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC. *Texto da Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.* São Paulo, 2000. (Série Cadernos da Reserva da Biosfera, n. 18).

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia conceitos e temas.* 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.77-116.

\_\_\_\_\_. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPALING, H.; DEKKER, A. Cultural sustainable development: concepts and principles. Disponível em: <<http://www.asa3.org/ASA/PSFC/1996/PSFC1296Spallinghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

TRINDADE, J. B. “*No tempo das águas cheias*”: memória e história dos negros do Curiaú-AP. 1999. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

TRINDADE JÚNIOR, S. T. C. da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).* São Paulo, n. 51, p. 113-137, set. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.* São Paulo: Atlas, 1992.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.* Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERHESLT, T. G. Culture: the forgotten dimension. In: \_\_\_\_\_. *No life without roots: culture and development.* London: Zed Books, 1990. p. 17-23.

VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: FAPESP; ANNABLUME, 2008.

VIDEIRA, P. L. Marabaixo e batuque: práticas pedagógicas com saberes quilombolas no cotidiano escolar em Macapá. In: AGUIAR, M. A. et al. (Org.). *Educação e diversidade: estudos e pesquisas*. Recife: Gráfica Vasconcelos, 2009. Disponível em: [http://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/piedade\\_lino2.pdf](http://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/piedade_lino2.pdf). Acesso em: 9 fev. 2012.

VIOLA, A. La crisis do desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Antropología del Desarrollo*. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-64.

VIERTLER, R. B. A idéia de “sustentabilidade cultural”: considerações e críticas pela antropologia. In: BASTOS FILHO, J. B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. (Org.). *Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade em questão*. Maceió: PRODEMA; UFAL, 1999. p. 17-35.

WAGLEY, C. *Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasileira, 1977.

WAGNER, P.; MIKESELL, M. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 27-62.

WALLACE, A. F. C. Revitalization movements. *American Anthropologist*, US, v. 58, n. 2, p. 264-281, 1956.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**APÊNDICES**

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTORES E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NA APA/TQ RIO CURIAÚ

Nome:

Ano de nascimento:

Cidade e estado de origem:

Formação/Escolaridade:

Tempo de engajamento:

1 Qual a importância deste espaço ter se constituído Área de Proteção Ambiental (APA)?

- Entendimento do que é uma APA: conselho gestor, participação, benefícios sociais e ambientais e legislação própria.
- Compreensão do que é uma Unidade de Conservação (UC).
- Engajamento na (re) produção de um espaço sustentável.
- Como se trabalha no dia-a-dia a questão da superposição da APA com a TQ?
- Como se dá a participação da Fundação Palmares na TQ do Curiaú?

2 Como que se dá a interação entre SEMA/AP e as comunidades locais? E o contrário?

- Ações concretas de políticas de desenvolvimento local: fomentos, parcerias, oficinas, seminários, entre outros.
- Canais de interação: acessibilidade, frequência, resolução de problemas.
- Entendimento da funcionalidade da SEMA e sua eficácia.
- Identificação das expressões múltiplas de territorialidades.

3 Se este espaço não fosse constituído APA, o que aconteceria no entorno das seis comunidades ali territorializadas?

- Percepção de problemáticas sociais e ambientais.
- Relevância (ou não) do constructo APA.

4 Como que você percebe a existência, ou não, de um fortalecimento cultural local? Como acontece isso?

- Práticas reais de fortalecimento e valorização cultural.
- O que se tem hoje, o que foi perdido e o que se preserva.
- Relação entre cultura, territorialidade e desenvolvimento.

5 Quais os principais problemas sociais e ambientais que você percebe neste espaço? O que você pode propor de solução?

- Identificação de problemas e de soluções por parte dos gestores.
- Destacar eventuais conflitos de ordem social (territorialidade) e ambiental.

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MORADORES LOCAIS E FREQUENTADORES DA APA RIO CURIAÚ

Nome:

Ano de nascimento:

Cidade e estado de origem:

Formação/Escolaridade:

Tempo de residência local:

1. Como que você percebe a existência, ou não, de um fortalecimento cultural local?  
Como acontece isso?
  - Práticas reais de fortalecimento e valorização cultural.
  - O que se tem hoje, o que foi perdido e o que se preserva.
  
2. Qual a importância de seu ambiente de residência ter se constituído Área de Proteção Ambiental (APA)? Isso influencia sua vida?
  - Entendimento do que é uma APA: conselho gestor, participação e benefícios ambientais.
  - Engajamento na (re) produção de um espaço sustentável.
  
3. Se este espaço não fosse constituído APA, o que aconteceria no entorno das comunidades?
  - Percepção de problemáticas ambientais.
  - Relevância (ou não) do constructo APA.
  
4. Como que se dá a interação entre SEMA/AP e comunidades locais? E o contrário?
  - Ações concretas de políticas de desenvolvimento local: fomentos, parcerias, oficinas, seminários, entre outros.
  - Canais de interação: acessibilidade, frequência, resolução de problemas.
  - Entendimento da funcionalidade da SEMA e sua eficácia.

APÊNDICE C – RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS DURANTE A PESQUISA

IDENTIFICAÇÃO	COMUNIDADE/INSTITUIÇÃO	TIPO DE ENTREVISTA
Bernardo Correa das Chagas	Casa Grande	Formal
Joaquim Araújo da Paixão	Curiaú	Formal
Pedro Rosário dos Santos	Curiaú	Formal
Joaquina dos Santos Ramos	Curralinho	Formal
Raimunda Chagas do Santos	Curralinho	Formal
Manoel Bibório Dias Ramos	Curralinho	Formal
Sandra Dias Lobo	Curralinho	Formal
Lucinéia Ramos Lobo	Curralinho	Formal
Raimunda Lima	Curralinho	Formal
Marconi Souza de Souza	Curralinho	Formal
Antônio Maciel	Mocambo	Formal
Natália Santos dos Santos	Mocambo	Formal
Jéssica da Silva Saraiva	Mocambo	Formal
Edelson dos Santos	Mocambo	Formal
Maria Analzira	Mocambo	Formal
Manoel Ataíde de Souza	Mocambo	Formal
Nilza Maria dos Santos	Curiaú	Formal
Evaldo Oliveira dos Santos	Curiaú	Formal
Enilda Rodrigues dos Santos	Curiaú	Formal
Aldilene Silva da Cruz	Curiaú	Formal
Josilane Santana de Abreu	Curiaú	Formal
Patrícia Silva da Paixão	Curiaú	Formal
Suzana da Paixão dos Santos	Curiaú	Formal
Rafaela Silva da Paixão	Curiaú	Formal
José Roberto Ataíde França	Pirativa	Formal
Socorro da Silva Trindade	Pirativa	Formal
José Maria Nunes Pereira	Pirativa	Formal
Damião Araújo Ferreira	Pirativa	Formal
Apocindo da Costa Loureiro	Fugido Grande	Formal
Osório Gonçalves de Paula	Pescada	Formal
Creuza Miranda Silva	AMVC	Formal
Sebastião Menezes da Silva	CAC	Formal
Airton Ferreira G. Neto	SEMA	Formal
Sirley Luzia de F. Silva	SEMA	Formal
José Araújo da Paixão	SECULT	Formal
Oséas Ferreira	SETUR	Formal
Marléia Valadares Rodrigues	AAERP	Formal
Jozineide Araújo	AMQC	Formal
Carlos Augusto Gomes	PLACA	Formal
Heloany Picanço	SEMA	Formal
Plácido Conceição	PLACA	Formal
Domingos Rodrigues	Mocambo	Informal
Eunice dos Santos	Mocambo	Informal
Ailton Chagas da Silva	AMCG	Informal
Sargento Cruz	BAPM	Informal
Marlúcio Oliveira	SEMA	Informal

Bruno Nozaki	Frequentador	Informal
Alessandra Maia	Curiaú	Informal
Sacha Gomes	Frequentadora	Informal
Adilson Ramos	Frequentador	Informal